



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

***RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2016***

MARÇO, 2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Este RG foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e suas alterações, bem como de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e a Portaria TCU nº 59/2017.

Brasília, Março de 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

RG – Relatório de Gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
Port. - Portaria
ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União
PGR – Procuradoria Geral da República
MPF – Ministério Público Federal
MPU – Ministério Público da União
MP – Ministério Público
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
MEC – Ministério da Educação

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros

Quadro 1- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	9
Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	11
Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos.....	16
Quadro 4 - Demandas por bens e serviços de Ti - Resumo.....	45
Quadro 5 - Eventos e Treinamentos em 2016 - resumo	47
Quadro 6 - Informações sobre contratos de prestação de serviços	65
Quadro 7 - Avaliação da prestação de serviços	67
Quadro 8 - Composição do Quadro de Estagiários - 2016	67
Quadro 9- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU	69
Quadro 10 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	69
Quadro 11 - Principais Sistemas de Informação	76
Quadro 12 - Nível de Criticidade Sistemas STI.....	79
Quadro 14 - Artigos de Opinião Publicados No Perfil Da Esmpu no Medium Em 2016	83
Quadro 15 – Vídeo-aulas Divulgadas em 2016	83
Quadro 16 - Edições Do Programa “Espaço Debate” Divulgadas Em 2016	84
Quadro 17 - vídeos da série “Você Sabia?” publicados em 2016	84
Quadro 18 - PRODUÇÃO ASCOM 2016.....	85
Quadro 19 - Enquete: Como Ficou Sabendo Do Curso?.....	86

Gráficos

Gráfico 1 - Execução ESMPU janeiro - dezembro 2016	22
Gráfico 2 - Execução ESMPU janeiro - dezembro 2016	22
Gráfico 3 - Restos a Pagar Liquidados no exercício 2016.....	23
Gráfico 4 - Distribuição de pessoal de TI na ESMPU.....	71
Gráfico 5 - Distribuição de pessoal por áreas macro da estrutura STI	71
Gráfico 6- Produção ASCOM 2016	86
Gráfico 7 - Enquete: Como você ficou sabendo do cursos?	87

Tabelas

Tabela 1 - Execução Orçamentária 2016	21
Tabela 2 - Ação/Subtítulos – OFSS – 20HP	25
Tabela 3 - Ação/Subtítulos – OFSS – 11EQ.....	26
Tabela 4 - Ação/Subtítulos – OFSS – 20TP.....	26
Tabela 5 - Ação/Subtítulos – OFSS – 0181	27
Tabela 6 - Ação/Subtítulos – OFSS – 09HB.....	28
Tabela 7 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2004	29
Tabela 8 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2010	30
Tabela 9 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2011	31
Tabela 10 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2012	32
Tabela 11 - Ação/Subtítulos – OFSS – 216H	33
Tabela 12- Ações Do Orçamento De Investimento - 20HP	33
Tabela 13 - Ações Do Orçamento De Investimento - 11EQ.....	34
Tabela 14 - despesas por modalidade de contratação – execução total	36
Tabela 15 - Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Execução Total	37
Tabela 16 - despesas por grupo e elemento de despesa – direta pela ESMPU	39
Tabela 17 - Força de Trabalho da UPC.....	61
Tabela 18 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	62
Tabela 19 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	62
Tabela 20 - Demonstrativo de Despesas do pessoal.....	64
Tabela 21 - Projetos em andamento	72
Tabela 22 - Projetos Concluídos	73
Tabela 23 - Contratos de serviços continuados.....	75
Tabela 24 - Variação Patrimonial Diminutiva	90

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019.

SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
1.1	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	9
1.2	NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	9
1.3	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
1.4	ORGANOGRAMA	11
1.5	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
2	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL 17	
2.1	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	17
2.1.1	<i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	<i>17</i>
2.1.2	<i>Estágio de implementação do planejamento estratégico.....</i>	<i>19</i>
2.1.3	<i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....</i>	<i>19</i>
2.2	FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	20
2.3	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	21
2.3.1	<i>Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados</i>	<i>23</i>
2.3.2	<i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	<i>24</i>
2.3.3	<i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	<i>34</i>
2.3.4	<i>Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	<i>35</i>
2.3.5	<i>Informações sobre a execução das despesas.....</i>	<i>36</i>
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	40
2.5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	40
2.5.1	<i>Indicadores SEPLAN.....</i>	<i>40</i>
2.5.2	<i>Indicadores STI</i>	<i>42</i>
2.5.3	<i>Indicadores da Secretaria de Administração.....</i>	<i>47</i>
3	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	53
3.1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	53
3.2	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	56
3.3	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVO	58
3.4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	58
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	60
4.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	60
4.1.1	<i>Estrutura de pessoal da unidade.....</i>	<i>61</i>
4.1.2	<i>Demonstrativo das despesas com pessoal.....</i>	<i>64</i>
4.1.3	<i>Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....</i>	<i>65</i>
4.1.4	<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....</i>	<i>65</i>
4.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....	69
4.2.1	<i>Gestão do patrimônio imobiliário da União.....</i>	<i>69</i>
4.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	71
4.3.1	<i>Principais sistemas de informações</i>	<i>76</i>
4.3.2	<i>Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI</i>	<i>79</i>
4.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	80
4.4.1	<i>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	<i>81</i>
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	82
5.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	82
5.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	86
5.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	86
5.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	87
5.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	87
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	90

6.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO O DE ATIVOS E PASSIVOS.....	90
6.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	91
6.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	92
6.3.1	<i>Balanço Orçamentário</i>	92
6.3.2	<i>Balanço Financeiro</i>	96
6.3.3	<i>Balanço Patrimonial</i>	97
6.3.4	<i>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</i>	103
6.3.5	<i>Demonstrações das Variações Patrimoniais</i>	106
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	110
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	110
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	110
7.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	110
7.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	110
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	110
7.6	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110
	NÃO SE APLICA A ESTA UPC.	110
8	ANEXOS E APÊNDICES	111
9	PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	111
10	ROL DE RESPONSÁVEIS.....	111
11	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	112
12	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	113
12.1	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	113
12.2	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES.....	114
12.3	INTEGRIDADE E COMPLETUDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	115
12.4	INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	116
12.5	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	117
12.6	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI	118
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi criada em 1998 pela Lei nº 9.628. É uma instituição federal da Administração Direta, vinculada diretamente ao Procurador-Geral da República. Configura-se como um ente de direito público de natureza jurídica autônoma, conforme dispõe o art. 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Foi instalada no dia 14 de junho de 2000, com foro e sede na Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16 de dezembro de 2013, e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 78, de 22 de outubro de 2014.

A ESMPU é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar compatível com a sua personalidade jurídica, de acordo com os seus atos constitutivos e legislação vigente.

Promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão, em busca de intercâmbio de informações com vistas à profissionalização de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). É responsável pela realização dos cursos de ingresso e vitaliciamento e cursos necessários para promoção de membros do MPU na carreira, atividades criadas por exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004. Apoiar projetos de pesquisa científica propostos e conduzidos por membros e servidores que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade, com ações desenvolvidas em parceria com órgãos públicos, organizações não-governamentais e outras instituições. O saber produzido pelos integrantes do Ministério Público da União é disseminado nas publicações da Escola (Boletim Científico e a série Manual de Atuação, dentre outras).

O relatório a seguir apresenta as principais realizações da ESMPU no exercício de 2016, bem como a prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e competências

Os objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPTU estão elencados no artigo 3º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998:

- I. Iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais;
- II. Aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;
- III. Desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
- IV. Zelar pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

As finalidades básicas da ESMPTU são as descritas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

- I. A oferta de formação continuada e especializada;
- II. O incentivo e o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa;
- III. A estrutura organizacional racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos institucionais;
- IV. A integração entre os quatro ramos do MPU.

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como missão:

“Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais.”

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 1- Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 9.628, de 14 abril de 1998, cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Normas em vigor que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Portaria PGR nº 686, de 19/12/2011: remaneja cargos em comissão e funções de Confiança, da Procuradoria Geral da República, para a Escola Superior do Ministério Público da União; Portaria PGR nº 247, de 16/5/2012; Lei nº 13.032, de 24/09/2014: cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, aprova o Regimento Interno da ESMPTU; Portaria PGR/MPU n.78, de 22/10/2014, aprova nova redação do Regimento Interno.

1.3 Ambiente de atuação

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é órgão público federal, diretamente vinculado ao Procurador-Geral da República. As ações de capacitação são conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União e concentram esforços para elevar o nível de eficiência no trabalho, tendo como base a formação continuada.

Conforme exposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Lei nº 11.415 de 15/12/2006 – que atrelam a progressão funcional e promoção dos membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa, e também da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, indignação, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional. Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino.

O foco das ações educacionais da ESMPU, antes centrado em atividades de extensão – como seminários, simpósios e congressos –, voltou-se, a partir de 2011, aos cursos de aperfeiçoamento, com carga horária geralmente superior à das atividades de extensão. Buscou-se a capacitação que aprimore o saber, visando à melhoria contínua do desempenho nas funções institucionais e gerando melhor qualificação do quadro do MPU. Os cursos de aperfeiçoamento da área administrativa são oferecidos, prioritariamente, na modalidade a distância.

O desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa que abordem temas de relevante interesse do MPU além de ser um dos pilares fundamentais de uma instituição de ensino é, também, para a Escola, um dos quatro objetivos consignados em sua Lei de criação. Os projetos de pesquisa são voltados à inovação e ao aperfeiçoamento das ações finalísticas do MPU, portanto, são pesquisas aplicadas, conduzidas ao longo da existência da Escola. A proposição pode ser feita por membros e servidores em atividade no MPU, de forma individual ou coletiva, de acordo com regulamento próprio. Esses projetos têm como objetivos o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do Órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber. O objeto da Pesquisa Científica Aplicada (PCA) deve ser correlato a temas de interesse institucional, tais como assuntos relacionados às diversas áreas do Direito ou à natureza, história e estudo de caso dos órgãos ligados, direta ou indiretamente, ao Ministério Público da União.

As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores. Dessa forma, publica e divulga boletins científicos, resenhas, dissertações e teses acadêmicas, com ênfase na área jurídica.

A ESMPU também celebra acordos de cooperação com diversas instituições, incluindo as internacionais, com o objetivo de estimular o intercâmbio em áreas de interesse mútuo. Busca-se o aprimoramento do quadro, bem como o apoio a atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do MPU.

Em síntese, a ESMPU apresenta-se no cenário da Administração Pública, desde a sua instalação, como um espaço aberto ao debate, ao diálogo e à profissionalização. Nesse sentido, busca

contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão, o desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento econômico da região. Seu trabalho é comprometido com a qualidade dos seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação institucional mais efetiva.

1.4 Organograma

Quadro 2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Administração Superior 1.1. Conselho Administrativo	Gerir as atividades da ESMPU e estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis; avaliar a organização, o funcionamento dos serviços administrativos e o resultado dos recursos financeiros aplicados; deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente; conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino.	1. Luciano Mariz Maia (MPF) 2. Gisele Santos Fernandes Góes (MPT) 3. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (MPM) 4. Dicken William Lemes Silva (MPDFT)	Conselheiro	01/01/2016 a 31/12/2016
1.2. Diretoria-Geral	Exercer as funções de gestão e subsidiar o Conselho Administrativo na tomada de decisões.	Carlos Henrique Martins Lima	Diretor-Geral	01/01/2016 a 31/12/2016
1.2.1. Assessoria Jurídica	Emitir parecer jurídico e assistir a Administração Superior em procedimentos administrativos ou judiciais que envolvam matéria pertinente à ESMPU.	José Bernardino Nunes da Silva	Assessor-Chefe	01/01/2016 a 31/12/2016
		Deborah Sarah Dias Leão	Assessora-Chefe	01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
1.2.2. Assessoria de Comunicação	Orientar a Administração Superior nas atividades de comunicação social, produzir e divulgar material informativo sobre as atividades da ESMPU.	Graziane Madureira Baptista	Assessor Chefe	01/01/2016 a 31/12/2016
1.2.3. Gabinete	Organizar a agenda e prestar assistência à Diretoria-Geral.	José Bernardino Nunes da Silva	Chefe de Gabinete	01/01/2016 a 31/12/2016
1.3. Coordenações de Ensino	Supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU e participar de sessões do CONAD como representantes do Corpo Docente.	1. Bruno Freire de Carvalho Calabrich (MPF)	Coordenador de Ensino	01/01/2016 a 29/02/2015
		1.1 Pedro Antonio de Oliveira Machado (MPF)		01/03/2016 a 31/12/2016
		2. Renata Coelho Vieira (MPT)		01/01/2016 a 31/12/2016
		3. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues (MPM)		01/01/2016 a 31/12/2016
		4. Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja (MPDFT)		01/01/2016 a 31/12/2016
2. Outros Órgãos Colegiados:	Discutir sobre cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU e propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada.	1. Deborah Macedo Duprat de Britro Pereira (MPF)	Membro efetivo	16/02/2016 a 03/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		1.1. Odim Brandão Ferreira (MPF)		03/10/2016 a 31/12/2016

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
2.1. Câmara de Desenvolvimento Científico		2. José Bonifácio Borges de Andrada (MPF)		16/02/2016 a 03/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		2.1. Walter Claudius Rothenburg (MPF)		03/10/2016 a 31/12/2016
		3. João Batista Berthier Leite Soares (MPT)		16/02/2016 a 05/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		3.1. Bruno Gomes Borges da Fonseca		05/10/2016 a 31/12/2016
		4. Alessandro Santos de Miranda (MPT)		16/02/2016 a 31/12/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		5. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (MPM)		16/02/2016 a 03/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		5.1. Cláudio Martins		03/10/2016 a 31/12/2016
		6. Selma Pereira de Santana (MPM)		16/02/2016 a 03/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		7. Tania Maria Nava Marchewka (MPDFT)		16/02/2016 a 03/10/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
		7.1. Pedro Thomé de Arruda Neto		03/10/2016 a 31/12/2016
		8. Fabiana de Assis Pinheiro (MPDFT)		16/02/2016 a 31/12/2016 (De 01/01/2016 a 15/02/2016 a Câmara de Desenvolvimento Científico esteve com suas atividades suspensas)
2.2. Câmara Editorial	Examinar o conteúdo e a forma dos projetos de publicações de caráter científico, sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU, e propor a modalidade e a prioridade de publicação e tiragem da obra.	1. André Batista Neves (PR/BA)	Membro efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
		2. Antonio do Passo Cabral (PR/RJ)		01/01/2016 a 31/12/2016
		3. Antônio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)		01/01/2016 a 31/12/2016
		4. Erlan José Peixoto do Prado (PRT/10ª Região)		01/01/2016 a 15/02/2016 substituído por Carolina Vieira Mercante
		5. Maria Rosynete de Oliveira Lima (MPDFT)		01/01/2016 a 31/12/2016
		6. Ricardo José Macedo Brito Pereira (PGT)		01/01/2016 a 31/12/2016
		7. Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas (PJM/Recife – PE)		01/01/2016 a 31/12/2016
		8. Selma Pereira de Santana (PJM/Salvador – BA)		01/01/2016 a 31/12/2016
		9. Carolina Vieira Mercante (PRT/2ª Região)		16/02/2016 a 31/12/2016 em substituição de Erlan José Peixoto do Prado

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
3. Secretaria de Planejamento e Projetos	Articular as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU e propor e avaliar planos, programas e projetos estratégicos e operacionais.	Volker Egon Bohne	Secretário	Desde 29/12/2011
4. Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional	Supervisionar o registro acadêmico; o desenvolvimento da produção editorial e gráfica; o serviço de biblioteca; e a infraestrutura e a logística das atividades acadêmicas e de eventos institucionais.	Nelson de Sousa Lima	Secretário	Desde 29/12/2011
5. Secretaria de Administração	Gerenciar as atividades relacionadas a planejamento e gestão orçamentária e financeira, ordenação de despesas e gestão de pessoas; serviços administrativos; compras e contratações; material e patrimônio; obras e serviços de engenharia.	Sonia Márcia Fernandes Amaral	Secretária	Desde 04/02/2014
6. Secretaria de Tecnologia da Informação	Supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação	Moises Jacobino de Moraes	Secretário	Desde 06/04/2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos

Macro-processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gerir Atividades acadêmicas	<p>Detalha a gestão das atividades acadêmicas, compreendendo:</p> <p>a) planejar atividades acadêmicas.</p> <p>b) Formatar Plano Anual de Atividades.</p> <p>c) administrar atividades de aperfeiçoamento EAD.</p> <p>d) administrar atividades de aperfeiçoamento presencial.</p> <p>e) administrar atividades de extensão.</p> <p>f) administrar atividades de Pós-Graduação.</p> <p>g) avaliar atividades acadêmicas (por atividade).</p> <p>h) avaliar a qualidade do processo das atividades acadêmicas.</p>	<p>- Plano de Atividades.</p> <p>- Planejamento dos custos das atividades acadêmicas.</p> <p>- Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas.</p>	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<p>- Diretoria-Geral</p> <p>- Conselho Administrativo</p> <p>- Secretaria de Planejamento e Projetos</p> <p>- Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional</p> <p>- Secretaria de Administração</p>
Gerir Pesquisas Científicas Aplicadas	<p>Detalha a gestão dos projetos de pesquisas científicas aplicadas, compreendendo:</p> <p>a) planejar pesquisas científicas aplicadas.</p> <p>b) administrar pesquisas científicas aplicadas.</p> <p>c) avaliar a qualidade do processo das pesquisas científicas aplicadas.</p>	- Relatórios Parcial e Final da Pesquisa Científica Aplicada.	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<p>- Diretoria-Geral</p> <p>- Conselho Administrativo</p> <p>- Câmara de Desenvolvimento Científico</p> <p>- Secretaria de Planejamento e Projetos</p> <p>- Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional</p> <p>- Secretaria de Administração</p>
Gerir Publicações	<p>Detalha a gestão das publicações, compreendendo:</p> <p>a) Planejar publicações.</p> <p>b) Administrar publicações.</p> <p>c) Avaliar processo de publicação.</p>	- Publicações.	Membros e Servidores do Ministério Público da União	<p>- Diretoria-Geral</p> <p>- Conselho Administrativo</p> <p>- Câmara Editorial</p> <p>- Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional</p> <p>- Secretaria de Administração</p>

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

A ESMPU, por ser uma instituição de ensino de pós-graduação, descreve o seu planejamento organizacional no documento Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, exigência do Ministério da Educação – MEC para as escolas de governo serem credenciadas e reconhecidas como legítimas em sua oferta educacional. O PDI é o documento que sistematiza a previsão e implementação do planejamento, do desenvolvimento, da avaliação e da gestão da escola de governo¹.

Em 2011, a ESMPU elaborou o PDI para o horizonte 2011-2016, que foi reformulado no ano de 2015. Assim, o PDI vigente abrange o período de 2015 a 2019² e busca o alinhamento das mais diferentes áreas da Escola – do administrativo ao pedagógico – considerando, pois, fatores como a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de autoavaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição, importantes para o alcance de resultados.

O plano apresenta, portanto, o perfil institucional, contemplando as finalidades previstas na lei de criação da ESMPU, os objetivos e metas, as áreas de atuação acadêmica e as políticas de ensino, de extensão e de pesquisas. Esse arcabouço foi construído a partir de uma análise de ambientes interno e externo, metas e resultados esperados, que oferecem diretrizes para a gestão.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

As metas estabelecidas para a ESMPU visam alcançar a excelência na gestão e, por isso, tiveram como base os princípios constitucionais da Administração Pública e, como pilares, os fundamentos da excelência gerencial:

1. Legalidade (liderança e constância de propósitos, responsabilidade social);
2. Impessoalidade (controle social, pensamento sistêmico, geração de valor);
3. Moralidade (foco no cidadão e na sociedade);
4. Publicidade (aprendizado organizacional; orientação por processos e informações; gestão participativa); e
5. Eficiência (visão de futuro e cultura da inovação).

Considerando esses fundamentos e o resultado da análise do ambiente, buscou-se o refinamento da gestão da ESMPU, visando ao equilíbrio entre as competências da Instituição e as exigências dos ambientes interno e externo, sem perder de vista o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, proposto pelo Tribunal de Contas da União

¹ BRASIL, Ministério da Educação. Especificidades do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para as Escolas de Governo – documento orientador. Brasília, 2016

² Acessível em: <http://escola.mpu.mp.br/Institucional/legislacao-e-regulamentos-1/PDI%202015%20-%202019.pdf>

(TCU)³, e o atendimento das dez dimensões trazidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com as devidas adaptações para a realidade da Escola:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O estabelecimento das metas para o quinquênio 2015-2019 analisou também as cinquenta e duas metas propostas no PDI 2011-2016. Desse total, dez permaneceram inalteradas para o novo quinquênio, quatro foram agrupadas em duas metas, por similaridade de tema e oito tiveram a nomenclatura alterada e ajuste nas macroatividades. As demais foram cumpridas em 2015 ou retiradas por decisão do Conselho Administrativo da ESMPU. A essas metas remanescentes do PDI 2011-2016 foram adicionadas cinco novas, perfazendo um total de 25 (vinte e cinco) para o quinquênio 2015-2019, agrupadas de acordo com os oito critérios do Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ⁴, substituindo “Clientes” por “Cidadãos”:

3 Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. De acordo com o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns **mecanismos** devem ser adotados: a **liderança**, a **estratégia** e o **controle**. A cada um deles foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta, ou indiretamente, para o alcance dos objetivos. São eles: (a) pessoas e competências; (b) princípios e comportamentos; (c) liderança organizacional; (d) sistema de governança; (e) relacionamento com partes interessadas; (f) estratégia organizacional; (g) alinhamento transorganizacional; (h) gestão de riscos e controle interno; (i) auditoria interna; e (j) *accountability* e transparência.

⁴ A entidade sem fins lucrativos foi criada para administrar o Prêmio Nacional da Qualidade® (PNQ), em 1991. Com trajetória marcada pela busca das melhores práticas da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil. Em 2005, a Fundação promoveu uma ampla reestruturação, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

1. Liderança
2. Estratégias e planos
3. Cidadãos
4. Sociedade
5. Informações e conhecimento
6. Pessoas
7. Processos
8. Resultados

Este último critério não tem metas específicas ligadas a ele. Ao contrário: ele está inserido em todas as metas apresentadas, em campo específico do quadro.

O Quadro contendo o Acompanhamento de metas do PDI da ESMPU encontra-se como Anexo I desse Relatório de Gestão.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por ser uma instituição de ensino, o planejamento estratégico da ESMPU está expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que começou a ser implementado em 2011, para o horizonte 2011-2016. Muitas das metas estabelecidas para o período foram atingidas e objetivos institucionais alcançados. Em 2015 o PDI foi revisto e atualizado. Novas metas foram estabelecidas e foram criados indicadores de desempenho para mensuração do alcance de cada uma delas, além de possibilitar o monitoramento e avaliação das ações e dos resultados esperados. Apesar de o planejamento estratégico da ESMPU estar implementado, de algumas das metas estabelecidas estarem em execução e de outras já terem sido alcançadas, é necessário realizar o desdobramento da estratégia, para que haja instrumentos de acompanhamento das ações empreendidas pelas áreas da ESMPU para alcance das metas. Além de permitir o desenvolvimento da cultura de planejamento em níveis estratégico, tático e operacional, favorecerá o controle dos resultados e o tratamento de desvios.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A ESMPU se organiza física e administrativamente para o quinquênio 2015-2019, para fazer frente ao desafio autoproposto e cumprir a missão de “Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais”. Para tanto, apoia-se nos objetivos institucionais e nas políticas de ensino, assim como em metas que se articulam com mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os órgãos da ESMPU que apoiam as atividades acadêmicas e contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são: o Conselho Administrativo (CONAD); a Diretoria-Geral; as Coordenações de Ensino; a Secretaria de Planejamento e Projetos; a Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional; a Secretaria de Administração e a Secretaria de Tecnologia da Informação.

Para cada uma das metas estabelecidas no PDI 2015-2019 (plano estratégico da ESMPU), está designada a área responsável pelo seu alcance. À luz dessas metas, as áreas da ESMPU elaboram os respectivos planos de ação, que descrevem as ações empreendidas para execução das macroatividades e das metas estabelecidas no plano estratégico, bem como a previsão de conclusão e

o resultado esperado. Essas ações consistem em programas, projetos, prioridades e atividades executadas no âmbito das secretarias.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução e dos resultados das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU é semestral, sendo realizada por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas. Na estrutura organizacional da ESMPU, há duas áreas responsáveis pelo monitoramento: a Divisão de Desenvolvimento Organizacional, que acompanha a execução do PDI, e a Divisão de Avaliação, que avalia as ações empreendidas.

Uma instância de controle interno na ESMPU é a Comissão Própria de Avaliação, que tem a finalidade de conduzir os processos de avaliações institucionais da Escola, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos competentes. Sua composição contempla a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Os membros são escolhidos para um mandato de dois anos. Ademais, na estrutura do MPU há a AUDIN, responsável por realizar auditoria interna nas unidades componentes do Ministério.

Os instrumentos para monitoramento são os planos de ações de cada secretaria da Escola, que servem para acompanhamento de resultados e posicionamento. As informações coletadas são consolidadas em relatórios de autoavaliação institucional, exigência do MEC a escolas de governo.

2.3 Desempenho orçamentário

A Dotação Orçamentária da Escola Superior do Ministério Público da União, aprovada pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF e prevista na Lei nº 13.255, de 14/1/2016 - Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA/2016), publicada no Diário Oficial da União de 15/1/2016, destinou recursos na ordem de R\$ 22.076.451,00 para a ESMPU, sendo: R\$ 6.300.212,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 10.190.835,00 para Capacitação; R\$ 184.278,00 para Pesquisa; R\$ 240.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 2.170.813,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 2.990.313,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Em virtude da necessidade da continuidade de suas atividades e de outras alterações orçamentárias, a ESMPU passou a ter, como dotação orçamentária final no exercício de 2016, créditos na ordem de R\$ 25.956.451,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), distribuídos da seguinte forma: R\$ 7.479.031,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.268.294,00 para Capacitação; R\$ 0,00 para Pesquisa; R\$ 168.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.150.813,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 890.313,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi utilizado o montante de R\$ 25.268.763,64, equivalente a 97,35%, sendo: R\$ 24.003.671,61 (92,48%) diretamente pela ESMPU, e R\$ 1.265.092,03 (4,87%) descentralizado.

Dos créditos utilizados, foi pago o montante de R\$ 21.522.766,72, correspondente a 85,18%, sendo: R\$ 21.089.210,11 (83,46%) diretamente pela ESMPU, e R\$ 433.556,61 (1,72%) dos créditos descentralizados.

Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 3.740.118,92, equivalente a 14,80%, sendo: R\$ 2.914.461,50 (11,53%) diretamente pela ESMPU, e R\$ 825.657,42 (3,27%) dos créditos descentralizados.

O valor de R\$ 5.878,00, correspondente a 0,02%, foi descentralizado ao Departamento de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho/MPT, porém não foi empenhado.

Os créditos não utilizados (disponível) no exercício de 2016, na ordem de R\$ 687.687,36, corresponderam a 2,65% da dotação.

Tabela 1 - Execução Orçamentária 2016

Descrição	Dotação	Empenhado	% Empenhado	Executado	% de Execução
Administração	7.479.031,00	7.478.752,32	100,00	5.162.003,50	69,02
Capacitação	9.268.294,00	9.266.890,18	99,98	8.849.928,27	95,49
Pesquisa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção	168.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais^e	8.150.813,00	7.667.830,22	94,07	7.528.279,48	92,36
Benefícios Assistenciais	890.313,00	855.290,92	96,07	814.090,89	91,44
TOTAL	25.956.451,00	25.268.763,64	97,35	22.354.302,14	86,12

Gráfico 1 - Execução ESMPU janeiro - dezembro 2016

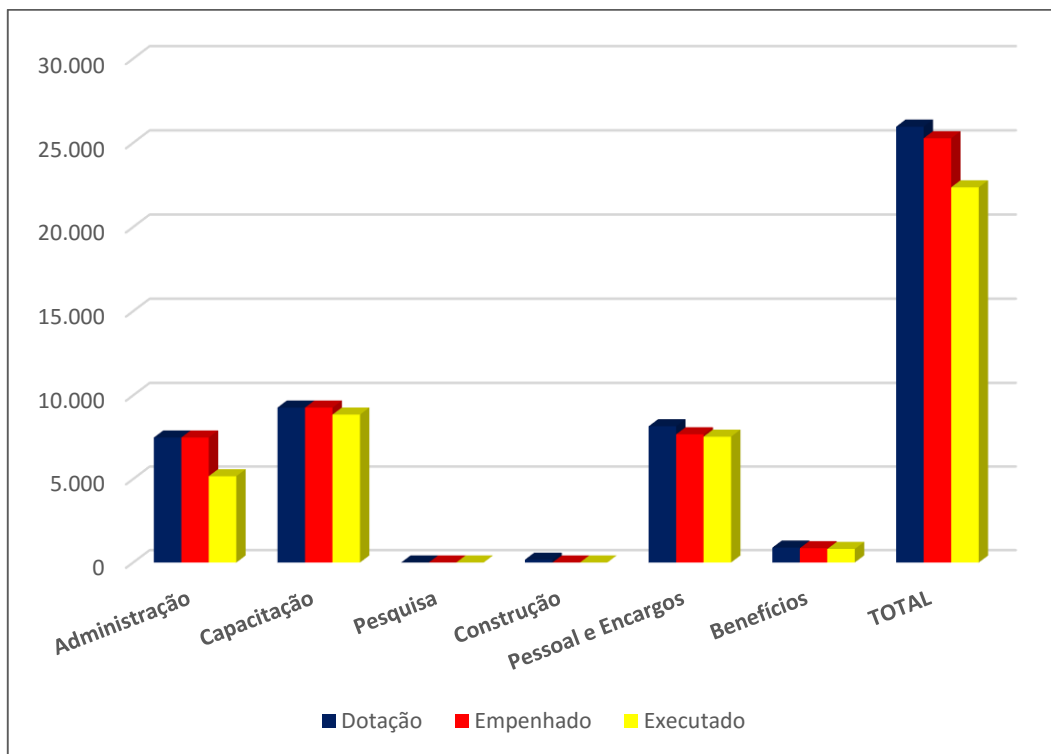
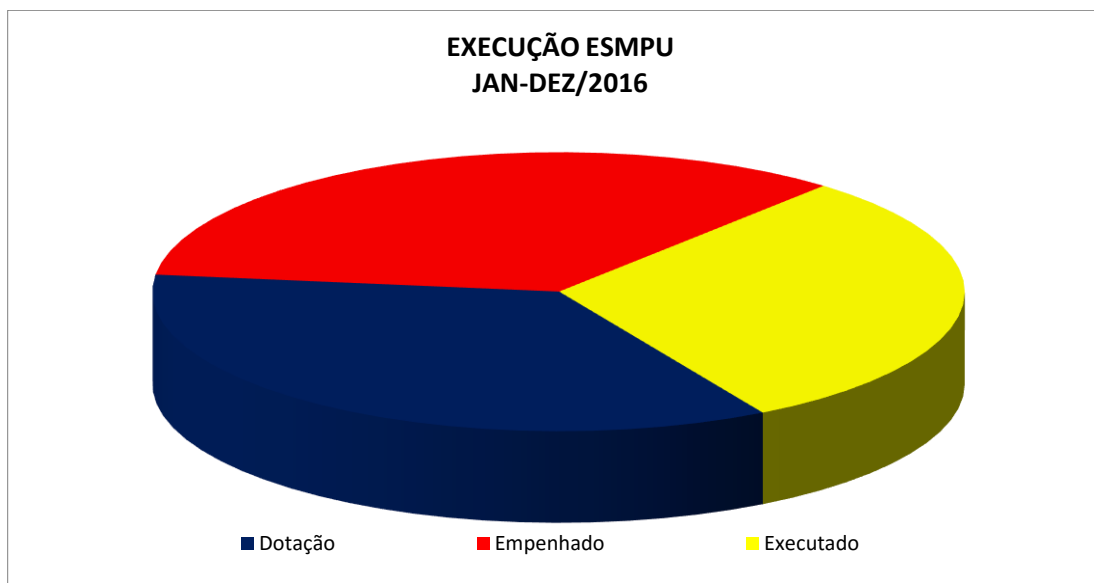


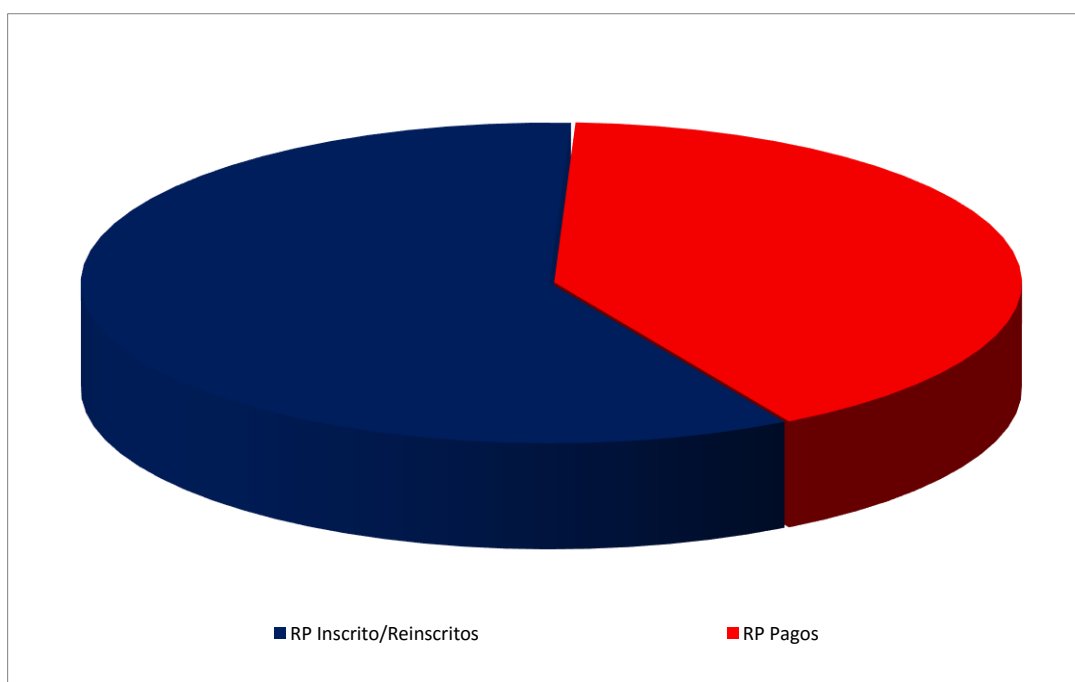
Gráfico 2 - Execução ESMPU janeiro - dezembro 2016



Restos a pagar

O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2016 foi de R\$ 2.271.648,71. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R\$ 1.574.734,55, correspondente a 69,32%. Promoveu, ainda, o cancelamento do valor de R\$ 617.675,69, equivalente a 24,27%, sendo: R\$ 510.291,50 (20,05%), referente a RPNP de 2015, e R\$ 107.384,19 (4,22%) de 2014. Foi reinscrito em RPNP, a ser liquidado no exercício de 2017, o montante de R\$ 79.238,47 (3,49%).

Gráfico 3 - Restos a Pagar Liquidados no exercício 2016



2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O PPA 2016-2019 conta com a Ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União. Para o exercício de 2016, a ESMPU solicitou, inicialmente, uma dotação de R\$ 2.310.000,00. Essa dotação sofreu limitação pela Secretaria de Orçamento Federal do Governo Federal – SOF/MPOG, sendo o valor final fixado em R\$ 240.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para execução dos projetos complementares para finalizar a obra. Entretanto, esses recursos eram insuficientes. Para executar a etapa prevista para 2016 seriam necessários recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00.

Diante desse cenário, a ESMPU, por meio do Ofício nº 213/2016/DIRGE/ESMPU, de 19/2/2016, encaminhou à Secretaria Geral do MPF solicitação de abertura de crédito adicional, no valor de R\$ 4.860.000,00 os quais se destinariam à abertura do certame licitatório que se encontrava em andamento, cuja previsão inicial de sua realização seria para o segundo semestre de 2016.

No início do mês de maio, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) devolveu a solicitação com a seguinte resposta:

“De ordem do Secretário de Orçamento Federal, comunica-se que os Pedidos SIOP de créditos adicionais à Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, Lei Orçamentária Anual de 2016, LOA-2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2016, foram devolvidos a esse órgão via SIOP, em razão do atual cenário fiscal.”

A negativa da SOF inviabilizou a abertura de licitação, uma vez que os recursos previstos na LOA/2016, no montante de R\$ 240.000,00 seriam insuficientes para iniciar a construção desta última etapa da obra.

Por meio do Ofício nº 790/DIRGE/ESMPU, de 26/8/2016, a ESMPU realizou nova solicitação de crédito suplementar, no valor de R\$ 4.860.000,00 os quais se destinariam à abertura do certame licitatório no segundo semestre de 2016, para fins da continuidade da obra de construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

Como também não obteve êxito nessa última solicitação, a ESMPU, para fins da continuidade de suas atividades administrativas, encaminhou solicitação de alteração orçamentária à PGR, por meio do Ofício nº 846/2016/DIRGE/ESMPU, de 30/9/2016, no valor de R\$ 72.000,00 oriundo da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU para outras Despesas de Capital. Essa alteração foi realizada pela Portaria PGR nº 77, publicada no DOU de 13/10/2016.

Dessa forma, a dotação final para a ação de Construção do Centro de Treinamento da ESMPU passou a ser de R\$ 168.000,00, da qual não se realizou quaisquer gastos no exercício de 2016.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica.

Tabela 2 - Ação/Subtítulos – OFSS – 20HP

Identificação da Ação							
Código	20HP					Tipo: Atividade	
Descrição	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581			Tipo: Gestão, Manut. E Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	16.675.325,00	16.747.325,00	16.739.764	13.225.481	13.225.481		3.514.284
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Nacional	Projeto desenvolvido	Unidade	9.360	174		163	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nacional	2.311.024	1.935.306	633.168	Projeto desenvolvido	Unidade	0	

Observações:

A meta física do produto da ação 20HP foi alterada de 9036 para 180, tendo em vista que esse número se refere à quantidade de servidores capacitados para o exercício de 2016, o qual pertence ao Plano Orçamentário 0002 - Capacitação de Pessoal. Nesse sentido, foi reprogramada, para o primeiro semestre, a meta física da ação para 180 projetos desenvolvidos. Para o segundo semestre, essa meta foi novamente estimada, passando a ser de 174 projetos. Dessa meta reprogramada, foi executada a quantidade de 163 projetos. No cálculo da quantidade de projetos desenvolvidos foram considerados: 153 atividades acadêmicas finalizadas em 2016 e 10 cursos de longa duração realizados em 2016, mas que ainda não foram finalizados. A discrepância observada ocorreu em virtude de 19 atividades que foram canceladas e da inclusão de novas atividades no decorrer do ano de 2016.

Tabela 3 - Ação/Subtítulos – OFSS – 11EQ

Identificação da Ação							
Código	11EQ					Tipo: Projeto	
Descrição	Construção do Centro de Treinamento da ESMPU						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 – ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	240.000,00	168.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	1%	1%	0%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	0%	

Observações:

Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 240.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para execução da segunda etapa da obra. Os recursos não foram utilizados, conforme justificativas apresentadas no item 2.3.1 deste relatório.

Tabela 4 - Ação/Subtítulos – OFSS – 20TP

Identificação da Ação			
Código	20TP		Tipo: Atividade
Descrição	Pessoal Ativo da União		
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU		

Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Nacional	740.813,00	6.850.813,00	6.850.813,00	6.716.262,26	6.716.262,26		134.550,74
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Nacional	Pagamento de pessoal ativo da União	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Nacional	39.730,20	14.857,68	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:

Tabela 5 - Ação/Subtítulos – OFSS – 0181

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo: Atividade	
Descrição	Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código: 0089	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	Pagamento de aposentadorias e pensões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A

Observações:

Tabela 6 - Ação/Subtítulos – OFSS – 09HB

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo: Atividade		
Descrição	Contribuição para Seguridade Social - Patronal						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	1.300.000,00	1.300.000,00	817.017,22	812.017,22	812.017,22		5.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	2.000,00	524,90	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:

Tabela 7 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2004

Identificação da Ação							
Código	2004					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	1.145.520,00	220.520,00	220.520,00	175.435,64	175.435,64		45.084,36
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	208.957,41	208.937,52	19,89	N/A	N/A	N/A	

Observações:

- 1) Por meio da Portaria PGR nº 74, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 28/9/2016, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 925.000,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.
- 2) O valor de R\$ 220.520,00 foi descentralizado à Secretaria de Administração – SA/PGR, para pagamento de despesas de Assistência Médica e Odontológica (inclusive exames periódicos) dos servidores da ESMPU.

Tabela 8 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2010

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo: Atividade	
Descrição	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	313.236,00	93.236,00	93.236,00	81.683,34	81.683,34		11.552,66
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	64.865,65	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:

Por meio da Portaria PGR nº 74, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 28/9/2016, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 220.591,32 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Tabela 9 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2011

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	60.000,00	5.000,00	5.000,00	1.286,76	1.286,76		3.713,24
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	5.088,23	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:

Por meio da Portaria PGR nº 74, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 28/9/2016, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 55.000,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Tabela 10 - Ação/Subtítulos – OFSS – 2012

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação de Servidores e Empregados Civis						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	1.419.024,00	519.024,00	519.024,00	493.089,87	493.089,87		25.934,13
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	162.118,27	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:

Por meio da Portaria PGR nº 74, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 28/9/2016, a ESMPU concedeu ao Ministério Público Federal – MPF o montante de R\$ 900.000,00 para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

Tabela 11 - Ação/Subtítulos – OFSS – 216H

Identificação da Ação							
Código	216H					Tipo: Atividade	
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581		Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Em Brasília	52.533,00	52.533,00	17.510,92	17.510,92	17.510,92		
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
Em Brasília	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Em Brasília	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	

Observações:
Tabela 12- Ações Do Orçamento De Investimento - 20HP

Identificação da Ação			
Código	20HP		Tipo: Atividade
Descrição	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento		
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Defesa da Ordem Jurídica
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Execução Financeira e Física			
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Meta	

Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
463.440,00	2.070.302,00	2.070.023,32	Apoio realizado	Percentual de execução	100%	100%	100%

Observações:

A ação 20HP possui “Projeto desenvolvido”, como descrição da meta, e “Unidade”, como unidade de medida. A dotação de investimento desta ação foi executada dentro do Plano Orçamentário 001 – Administração da ESMPU, a qual possui “Apoio realizado” como descrição da meta e “percentual de execução” como unidade de medida, atingindo a totalidade de sua previsão.

Tabela 13 - Ações Do Orçamento De Investimento - 11EQ

Identificação da Ação							
Código	11EQ					Tipo: Projeto	
Descrição	Construção do Centro de Treinamento da ESMPU						
Programa	Defesa da Ordem Jurídica	Código: 0581	Tipo: Gestão, Manut. e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	34105 - ESMPU						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
240.000,00	168.000,00	0,00	Centro de treinamento construído	Percentual de execução física	0%	0%	0%

Observações:

Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 240.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para execução dos projetos complementares para finalizar a obra. Os recursos não foram utilizados, conforme justificativas apresentadas no item 2.3.1 deste relatório.

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Para o exercício de 2016, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) solicitou à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recursos na ordem de R\$ 49.160.000,00, sendo R\$ 8.451.000,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital, R\$ 12.992.000,00 para Capacitação, R\$ 770.000,00 para Pesquisa, R\$ 8.575.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU, R\$ 15.952.000,00 para pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e R\$ 2.419.000,00 para Benefícios.

Apesar de todos os esforços empreendidos pela Diretoria Geral da ESMPU e pela Secretaria de Planos e Orçamento (SPO) - Setorial Orçamentária do MPU, foram estabelecidos, pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), limites orçamentários bem inferiores ao solicitado pela ESMPU.

Assim, a dotação orçamentária aprovada pela Lei nº 13.255, de 14/1/2016 - Lei Orçamentária Anual de 2016 (LOA/2016), publicada no Diário Oficial da União de 15/1/2016, destinou recursos na ordem de R\$ 22.076.451,00 para a ESMPU, sendo: R\$ 6.300.212,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 10.190.835,00 para Capacitação; R\$ 184.278,00 para Pesquisa; R\$ 240.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 2.170.813,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 2.990.313,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Para fins da continuidade de suas atividades administrativas, a ESMPU promoveu as seguintes alterações orçamentárias:

- Portarias PGR Nº 9, de 4/2/2016, publicada no DOU de 5/2/2016, Nº 55, de 16/6/2016, publicada no DOU de 17/6/2016, Nº 80, de 21/10/2016, publicada no DOU de 24/10/2016, Nº 95, de 28/11/2016, publicada no DOU de 29/11/2016 e Nº 119, de 23/12/2016, publicada no DOU nº 247, de 26/12/2016, a ESMPU recebeu cinco créditos suplementares, totalizando de R\$ 6.180.000,00 para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais.

- Ofício nº 795/2016/DIRGE/ESMPU, de 31/8/2016, para alteração orçamentária no valor de R\$ 150.000,00 realizada pela Portaria PGR nº 70, publicada no DOU de 12/9/2016, bem como disponibilização do montante de R\$ 2.100.000,00 ao Ministério Público Federal – MPF, comunicado por meio do Ofício nº 825/2016/DIRGE/ESMPU, de 19/9/2016, para fins de pagamento de benefícios assistenciais aos membros e servidores daquele Órgão.

- Ofício nº 846/2016/DIRGE/ESMPU, de 30/9/2016, para alteração orçamentária, no valor de R\$ 72.000,00, oriundo da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU, realizada pela Portaria PGR nº 77, publicada no DOU de 13/10/2016.

- Ofício nº 1059/2016/DIRGE/ESMPU, de 7/12/2016, para alteração orçamentária à PGR, no valor de R\$ 1.384.862,00, parcialmente oriundos dos Planos Orçamentários 002 – Capacitação de Pessoal (R\$ 922.541,00) e 003 – Pesquisa na Área Jurídica (R\$ 184.278,00), ambos pertencentes à ação 20HP – Desenvolvimento de competência de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento. Essa alteração foi realizada pela Portaria PGR nº 108, de 14/12/2016, publicada no DOU nº 240, de 15/12/2016, Seção 1, páginas 114 e 115.

- Portaria PGR nºs 111, de 15/12/2016 - DOU nº 241, de 16/12/2016, foi cancelado o montante de R\$ 200.000,00, referente a despesas com pessoal e encargos sociais.

Dessa forma, a dotação orçamentária final da ESMPU no exercício de 2016 foi de R\$ 25.956.451,00, distribuídos da seguinte forma: R\$ 7.479.031,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R\$ 9.268.294,00 para Capacitação; R\$ 0,00 para Pesquisa; R\$ 168.000,00 para a construção do Edifício-Sede da ESMPU; R\$ 8.150.813,00 para despesas com pessoal e encargos sociais, e R\$ 890.313,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores..

2.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não há conteúdo a declarar, pois não houve transferências de recursos no exercício de 2016.

2.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Tabela 14 - despesas por modalidade de contratação – execução total

Unidade orçamentária: ESMPU	Código UO: 34105		UGO: 200234	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.092.777,83	8.123.076,63	5.824.001,03	6.813.628,16
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	8.092.777,83	8.123.076,63	5.824.001,03	6.813.628,16
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.620.605,27	1.211.093,99	1.371.606,71	985.752,42
h) Dispensa	139.310,69	162.923,00	97.467,20	112.180,90
i) Inexigibilidade	1.481.294,58	1.048.170,99	1.274.139,51	873.571,52
3. Regime de Execução Especial	5.770,61	2.166,85	5.770,61	2.166,85
j) Suprimento de Fundos	5.770,61	2.166,85	5.770,61	2.166,85
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	12.998.504,92	8.091.832,55	12.858.954,18	8.050.102,35
k) Pagamento em Folha	7.667.830,22	3.295.734,16	7.528.279,48	3.254.003,96
l) Diárias	5.330.674,70	4.796.098,39	5.330.674,70	4.796.098,39
5. Outros	2.106.343,21	2.470.298,72	1.849.207,81	1.822.966,56
6. Total (1+2+3+4+5)	24.824.001,84	19.898.468,74	21.909.540,34	17.674.616,34

Observação: O quadro acima contempla o recebimento de recursos abaixo relacionados:

1. O Ministério Público do Trabalho – MPT, em atendimento ao Ofício nº 797/2016/DIRGE/ESMPU, de 26/8/2016, promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 68.468,45, destinados à cobertura de despesas com a realização do Seminário “Pane nas Organizações - Adoecimento ao Encantamento do Trabalho”. Desse crédito, empenhou-se e executou-se o montante de R\$ 67.885,81, equivalente a 99,15% dos créditos. Restou, ainda, o valor de R\$ 582,64 (0,85%), que não foi utilizado.
2. Também, o Ministério Público do Trabalho – MPT, em atendimento ao Ofício nº 953/2016/DIRGE/ESMPU, de 25/10/2016, promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 46.803,79, destinados à cobertura de despesas com a realização do Curso “Exposição ao amianto e suas consequências à saúde do trabalhador – estratégias para uma atuação sistêmica”. Esse crédito foi totalmente empenhado e executado, correspondendo a 100%.
3. A Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, por meio da Nota de Movimentação de Crédito 2016NC004787, de 4/11/2016, descentralizou o montante de R\$ 646.800,00, para cobertura de despesas com bolsa-capacitação aos participantes da atividade acadêmica “XI Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – CIV/MPF”. Desse montante, empenhou-se e executou-se o valor de R\$ 586.092,28, correspondente a 90,61%. Restou, ainda, o total de R\$ 60.707,72 (7,67%), que não foi utilizado.

4. Ainda, a Secretaria Geral da Procuradoria Geral da República, por intermédio da Nota de Movimentação de Crédito 2016NC005608, de 19/12/2016, descentralizou o montante de R\$ 107.663,05, para cobertura de despesas com pagamento de bolsa-capacitação aos membros e servidores participantes do Curso de Desenvolvimento de Lideranças – Turmas 1 e 2. Esse montante foi totalmente empenhado e executado, correspondendo a 100%.
5. O Ministério Público Militar – MPM, em atendimento aos Ofícios n.º 96/2016/CSP-CNMP, de 28/9/2016, e n.º 854/2016/DIRGE/ESMPU, de 4/10/2016, promoveu a descentralização de créditos na ordem de R\$ 11.885,30, para cobertura de despesas com a realização do “II Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar”. Esse crédito foi totalmente empenhado e executado, correspondendo a 100%.
6. Dessa forma, a ESMPU recebeu o montante de R\$ 881.620,59, do qual foi empenhado e executado o valor de R\$ 820.330,23, correspondente a 93,05%. Desse crédito, não foi utilizado o total de R\$ 61.290,36, equivalente a 6,95%.

Tabela 15 - Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Execução Total

Unidade Orçamentária: ESMPU			Código UO: 34105				UGO: 200234	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	7.667.830,22	3.295.734,16	7.528.279,48	3.254.003,96	139.550,74	41.730,20	7.528.279,48	3.254.003,96
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	6.557.412,07	2.821.893,35	6.422.861,33	2.783.163,15	134.550,74	38.730,20	6.422.861,33	2.783.163,15
Obrigações patronais	974.346,39	418.521,09	969.346,39	416.521,09	5.000,00	2.000,00	969.346,39	416.521,09
Outras despesas variáveis - pessoal civil	104.095,36	43.364,46	104.095,36	42.364,46	-	1.000,00	104.095,36	42.364,46
Contribuição a entidade fechada de previdência	31.976,40	11.955,26	31.976,40	11.955,26	-	0,00	31.976,40	11.955,26
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	15.529.356,29	15.116.531,73	14.169.566,52	13.444.212,62	1.359.789,77	1.672.319,11	14.169.566,52	13.444.212,62
Diárias - Civil	5.226.223,34	4.661.993,64	5.226.223,34	4.661.993,64	0,00	0,00	5.226.223,34	4.661.993,64
Locação de Mão de Obra	3.337.442,12	2.903.971,07	3.041.454,23	2.612.401,47	295.987,89	291.569,60	3.041.454,23	2.612.401,47
Passagens e Despesas com Locomoção	2.086.359,82	2.717.971,07	2.027.543,31	2.696.722,78	58.816,51	21.248,29	2.027.543,31	2.696.722,78
Demais elementos do grupo	4.879.331,01	4.832.595,95	3.874.345,64	3.473.094,73	1.004.985,37	1.359.501,22	3.874.345,64	3.473.094,73
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	1.626.815,33	1.486.202,85	211.694,34	976.399,76	1.415.120,99	509.803,09	211.694,34	976.399,76
Equipamentos/Material Permanente	1.543.690,23	1.254.611,23	205.754,34	865.275,38	1.337.935,89	389.335,85	205.754,34	865.275,38
Aquisição de softwares	83.125,10	231.591,62	5.940,00	111.124,38	77.185,10	120.467,24	5.940,00	111.124,38
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 16 - despesas por grupo e elemento de despesa – direta pela ESMPU

Unidade Orçamentária: ESMPU			Código UO: 34105			UGO: 200234		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	7.667.830,22	3.295.734,16	7.528.279,48	3.254.003,96	139.550,74	41.730,20	7.528.279,48	3.254.003,96
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	6.557.412,07	2.821.893,35	6.422.861,33	2.783.163,15	134.550,74	38.730,20	6.422.861,33	2.783.163,15
Obrigações patronais	974.346,39	418.521,09	969.346,39	416.521,09	5.000,00	2.000,00	969.346,39	416.521,09
Outras despesas variáveis - pessoal civil	104.095,36	43.364,46	104.095,36	42.364,46	0,00	1.000,00	104.095,36	42.364,46
Contribuição a entidade fechada de previdência	31.976,40	11.955,26	31.976,40	11.955,26	0,00	0,00	31.976,40	11.955,26
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	15.529.356,29	14.322.744,77	14.169.566,52	12.650.425,66	1.359.789,77	1.672.319,11	14.169.566,52	12.650.425,66
Diárias - Civil	4.495.626,36	4.096.835,16	5.226.223,34	4.096.835,16	0,00	0,00	5.226.223,34	4.096.835,16
Locação de Mão de Obra	3.337.442,12	2.903.971,07	3.041.454,23	2.612.401,47	295.987,89	291.569,60	3.041.454,23	2.612.401,47
Passagens e Despesas com Locomoção	2.009.860,21	2.703.309,30	2.027.543,31	2.682.061,01	58.816,51	21.284,29	2.027.543,31	2.682.061,01
Demais elementos do grupo	5.686.427,60	4.618.629,24	3.874.345,64	3.259.128,02	1.004.985,37	1.359.501,22	3.874.345,64	3.259.128,02
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	1.626.815,33	1.486.202,85	211.694,34	976.399,76	1.415.120,99	509.803,09	211.694,34	976.399,76
Equipamentos/Material Permanente	1.543.690,23	1.254.611,23	205.754,34	865.275,38	1.337.935,89	389.335,85	205.754,34	865.275,38
Aquisição de softwares	83.125,10	231.591,62	5.940,00	111.124,38	77.185,10	120.467,24	5.940,00	111.124,38
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4 Desempenho operacional

O Desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. Para isso a ESMPU mede seu desempenho por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas e da mensuração e análise dos indicadores de desempenho estabelecidos no PDI. É possível acompanhar o desempenho através dos dados exibidos no anexo I desse relatório.

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.5.1 Indicadores SEPLAN

Nome do indicador: Desenvolvimento de Membros e Servidores do MPU		Classificação: Eficácia	
O que mede: Quantitativo de projetos desenvolvidos de atividades acadêmicas, de extensão e de pesquisas realizados no ano		Periodicidade: Anual	
Fórmula de cálculo: Somatório do total de atividades acadêmicas, com o total de atividades de extensão e total de pesquisas realizados no ano.			
Meta física de referência (12/2015): 159 projetos	Meta física prevista: 174 projetos	Meta física alcançada: 163 projetos	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas e projetos de pesquisas a cada ano. Em razão dos contingenciamentos orçamentários e do redirecionamento da estratégia da ESMPU, não foi possível alcançar a meta de 174 projetos.</p> <p>No cálculo da quantidade de projetos desenvolvidos em 2016 foram considerados: 153 atividades acadêmicas finalizadas em 2016 e 10 cursos de longa duração realizados em 2016, mas que ainda não foram finalizados. A diferença observada é em virtude de 19 atividades que foram canceladas e da inclusão de novas atividades no decorrer do ano de 2016.</p> <p>Por fim, mesmo não alcançando a meta física prevista para 2016 percebe-se a expansão do número de projetos desenvolvidos em relação a 2015.</p>			

Nome do indicador: Capacitação de Pessoal		Classificação: Eficácia	
O que mede: Quantitativo de membros e servidores capacitados no ano		Periodicidade: Anual	
Fórmula de cálculo: Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas com o total de participantes nas atividades de extensão realizadas no ano			
Meta física de referência (12/2015):	Meta física prevista:	Meta física alcançada:	

6.103 capacitados	9.063 capacitados	7.235 capacitados
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Com esse aumento gradativo, buscava-se que até 2015 a ESMPU conseguisse atingir a meta de ofertar 01 (uma) vaga por ano para cada Membro e Servidor da área fim, 01 (uma) vaga por ano para cada dois servidores da área meio e 01 (uma) vaga por ano para cada Servidor até 2017. Contudo, para atingimento de tal propósito, fazia-se necessária a destinação orçamentária correspondente, conforme informado no Plano Plurianual. Em razão dos contingenciamentos orçamentários e do redirecionamento da estratégia da ESMPU, que a partir de 2015 optou por melhorar a qualidade metodológica dos cursos ofertados, diminuindo a quantidade de participantes por curso de 30 para 25, de forma a favorecer a atividade prática e o diálogo nas ações educacionais, não foi possível alcançar a meta de 9.063 capacitados.</p> <p>Outro fator impeditivo para o alcance da meta estava na ampliação da oferta de cursos a distância para Membros do MPU. Essa modalidade de ensino permite alcançar maior número de participantes. Contudo, por se tratar de uma modalidade de ensino relativamente nova, a adesão de Membros a cursos a distância foi pequena. Estima-se que tal adesão e interesse irá se expandir ao longo do tempo, por requerer uma mudança cultural e comportamental por parte do discente.</p> <p>Cabe informar ainda que o número de capacitados abaixo da média da meta planejada para 2016 decorreu dos seguintes motivos: a) 810 participantes de atividades acadêmicas não obtiveram certificação por algum motivo, dos quais pode haver pessoas capacitadas ou que não chegaram a cursar determinada atividade; b) redução do número de participantes (de 25 para 20 participantes) de 11 atividades presenciais realizadas entre os meses de outubro a dezembro de 2016, conforme determinação da Administração Superior da Escola; c) 19 atividades canceladas por diversos motivos, conseqüentemente 915 vagas deixaram de ser ofertadas; e d) por fim, 48 vagas ofertadas que não foram preenchidas por participantes.</p> <p>Por fim, mesmo não alcançando a meta física prevista para 2016 percebe-se a expansão do número de capacitados em relação a 2015.</p>		

Nome do indicador:		Classificação:
Pesquisa na área jurídica		Eficácia
O que mede:		Periodicidade:
Quantitativo de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano		Anual
Fórmula de cálculo:		
Somatório de projetos de pesquisas desenvolvidos no ano		
Meta física de referência (12/2015):	Meta física prevista:	Meta física alcançada:
2 projetos de pesquisa	4 projetos de pesquisa	-
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>A ESMPU não desenvolveu nenhum projeto de pesquisa em 2016, devido ao pouco número de membros, no MPU que possuem formação para realização de pesquisa empírica, com domínio de metodologia de pesquisa. Assim, a Escola optou por empreender esforços para consecução da meta 4 do critério 6 de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019: “Possibilitar aos integrantes do MPU a conclusão de pós-graduação stricto sensu entre 05 a 10 anos de admissão no MPU”, uma vez que a realização dessa meta viabilizará a consecução da meta 1 do critério 4 do PDI relacionado ao desenvolvimento de pesquisas jurídicas. Ou seja, por meio de programas de mestrado, a ESMPU constituirá e capacitará um grupo de pesquisadores que, com o devido rigor metodológico, aprofundarão os estudos jurídicos socialmente relevantes para o crescimento institucional do MPU.</p> <p>Assim, espera-se que a Escola maximize a sua produção científica nos próximos anos com a formação da primeira turma de concluintes do mestrado profissional que ocorreu em 2016, com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico que, dentre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.</p> <p>Além disso, o processo de proposições e critérios de seleção de projetos de pesquisa sofreram modificações e somente no início do 2º semestre de 2016 a ESMPU lançou edital abrindo prazo para envio de Projetos de Pesquisa</p>		

Científica Aplicada (PCA) a serem selecionados em 2017.

2.5.2 Indicadores STI

Em 2016 a Secretaria de Tecnologia da Informação implantou dois principais indicadores de desempenho quais sejam:

- a) *Demandas por bens e serviços de TI* – comparação planejado versus realizado; e
- b) *Treinamentos destinados a servidores da área de TI* – comparação planejado contra realizado.

Abaixo segue a apresentação e a análise de cada um deles:

Nome do indicador: Demanda por bens e serviços de TI		Classificação: Eficácia			
O que mede: A quantidade de bens e serviços de TI oferecidos em relação ao planejamento anual de TI.		Periodicidade: Anual			
Fórmula de cálculo: Quantidade de demandas atendidas por bens e serviços de TI / Quantidade de demandas planejadas					
Meta física planejada: 44		Realizado: 77,2%			
Análise e Justificativa: <p>As solicitações são procedentes das diversas áreas que compõem a ESMPU e tem por finalidade aquisição de bem ou serviço de tecnologia da informação, demandas essas em sua maioria previstas no planejamento da Secretaria de Tecnologia da Informação para o ano 2016.</p> <p>O indicador tem por finalidade comparar itens previstos no planejamento da TI em comparação com o que foi efetivamente concluído ao longo do ano 2016.</p> <p>Considerando as reprogramações no orçamento da área de TI ocorridas em 2016; e considerando ainda a priorização de projetos, foi então apurado um total de 44 demandas por bens e serviços de TI, sendo 27 demandas planejadas e realizadas, 10 planejadas e não-realizadas e 7 intercorrências. Foram atendidas durante o ano 77,26% das demandas apresentadas para área de TI, o que corresponde a soma 61,36% com 15,90%, que é decorrente das Demandas planejadas e realizadas (a) e Intercorrências realizadas (b), conforme demonstrado no gráfico abaixo.</p> <p>Tendo em vista o cenário estabelecido no ano 2016, as restrições orçamentárias, a priorização de projetos e de investimentos, a conclusão é no sentido de que o resultado foi positivo e acima das expectativas.</p>					
Seq	Item	Relação de bens e serviços demandados	Planejado	Realizado	Situação da demanda
1	1	Infraestrutura de comunicação de dados para Infovia Brasília - operacionalização	1. Sim	2. Sim	Infraestrutura concluída no 2º semestre 2015 e operacionalização em fevereiro de 2016.
2	2	Suporte e manutenção do Sistema de Informações para o Ensino – SIE	1. Sim	2. Não	Não houve contratação de serviços de suporte e manutenção do sistema SIE em 2016.
3	2.1	Manutenção evolutiva do Sistema de Informações para o Ensino – SIE – módulo diária e passagem	1. Sim	2. Não	Ordem de Serviço n. 01/2014 não foi concluída.

4	2.2	Manutenção evolutiva do Sistema de Informações para o Ensino – SIE – módulo controle de atividades acadêmicas	1. Sim	2. Sim	Ordem de Serviço n. 02/2014 concluída com êxito.
5	3	Aprimoramento dos serviços de <i>outsourcing</i> de impressão – contratação dos serviços	1. Sim	2. Não	Processo de licitação instruído em parceria com a Procuradoria-Geral da República. Licitação ocorreu em dezembro de 2015, mas ainda não houve contratação.
6	3.1	Aprimoramento dos serviços de <i>outsourcing</i> de impressão – operacionalização dos serviços	1. Sim	2. Não	De um total de 27 equipamentos, 26 entraram em produção, 1 resta pendente com previsão de instalação no mês de fevereiro de 2017.
7	4	Serviços de suporte e manutenção do <i>Firewall</i> - aquisição	1. Sim	2. Sim	Processo de contratação em parceria com o Ministério Público do Trabalho foi concluído com êxito.
8	4.1	Serviços de suporte e manutenção do <i>Firewall</i> – operacionalização dos serviços	1. Sim	2. Não	Operacionalização dos serviços de firewall prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2017,
9	5	<i>Banner</i> eletrônico ESMPU – aquisição de equipamentos.	1. Não	1. Sim	Intercorrência relacionada aos serviços de comunicação das atividades acadêmicas ESMPU. 3 (três) mini PC adquiridos.
10	5.1	<i>Banner</i> eletrônico ESMPU – configuração de equipamentos.	1. Não	1. Sim	Mini PC foram configurados e os serviços de publicação em <i>banners</i> eletrônicos encontram-se operacionais.
11	6	Computadores <i>desktop</i> – operacionalização dos equipamentos	1. Sim	1. Sim	42 (quarenta e dois) novos computadores <i>desktop</i> foram distribuídos e se encontram em produção.
12	7	<i>Software</i> de virtualização – operacionalização do sistema	1. Sim	1. Sim	Adquiridas 12 (doze) licenças do software <i>VMware</i> e 01 (uma) licença <i>Vcenter</i> . Solução encontra-se em produção.
13	8.1	<i>Microsoft System Center, Windows Server Datacenter e Core user CAL</i> – operacionalização do ambiente	1. Sim	1. Sim	Adquiridas 03 (três) licenças do <i>Microsoft System Center</i> , 03 (três) licenças do <i>Windows Server Datacenter</i> e 260 (duzentos e sessenta) licenças <i>Core User CAL</i> mediante licitação na modalidade pregão eletrônico. Solução encontra-se em produção.
14	9	<i>Microsoft Office standard</i> – padronização ESMPU	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 146 (cento e quarenta e seis) licenças do Microsoft Office de modo a padronizar <i>suite</i> de aplicativos de escritório no âmbito da ESMPU.
15	9.1	<i>Microsoft Office standard</i> – padronização ESMPU - operacionalização	1. Sim	1. Não	Instalação das 146 (cento e quarenta e seis) novas licenças está prevista para ocorrer até o final do mês de fevereiro-2017.
16	10	<i>Microsoft Project</i> - aquisição	1. Não	1. Sim	Intercorrência. Aquisição de 3 licenças do Microsoft Project a fim de atender demanda da área de Engenharia.
17	10.1	<i>Microsoft Project</i> - operacionalização	1. Não	1. Sim	Intercorrência. Solução encontra-se em produção.

18	11	Corel Draw Graphics Suite – aquisição	1. Não	1. Sim	Intercorrência. Aquisição de 2 licenças do Corel Draw para Engenharia.
19	11.1	Corel Draw Graphics Suite – operacionalização	1. Não	1. Sim	Intercorrência. Solução encontra-se em produção.
20	12	Adobe Creative Suite	1. Sim	1. Sim	Adquiridas de 06 (seis) licenças do Adobe Creative Cloud.
21	12.1	Adobe Creative Suite - operacionalização	1. Sim	1. Sim	Operacionalização de 06 (seis) licenças do Creative Suite.
22	12.2	Adobe Creative Suite – novas licenças	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 08 (oito) novas licenças do Creative Suite.
23	12.3	Adobe Creative Suite – novas licenças - operacionalização	1. Sim	1. Sim	Solução encontra-se em produção.
24	13	Software destinado à configuração de Cluster Failover para banco de dados Oracle - operacionalização	1. Sim	1. Sim	Adquiridas 04 (licenças) do software Dbvisit Standby. Solução encontra-se operacional.
25	13.1	Configuração de Cluster Failover para banco de dados MySQL - operacionalização	1. Sim	1. Sim	Configuração implementada por meio da técnica MySQL Replication. Solução encontra-se operacional.
26	14	Monitor 19” - aquisição	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 50 (cinquenta) monitores de vídeo para atender ao projeto de implantação do processo administrativo eletrônico – Sistema SEI.
27	14.1	Monitor 19” - operacionalização	1. Sim	2. Não	Distribuição dos novos monitores prevista para ocorrer em fevereiro de 2017.
28	15	Maleta de fitas LTO – transporte de mídias de backup	1. Sim	1. Sim	Aquisição concluída. Maleta encontra-se em uso.
29	16	Unidade de armazenamento de dados – storage - aquisição	1. Sim	1. Sim	Aquisição concluída. Bem foi recebido. Encontra-se em fase de instalação e configuração.
30	16.1	Unidade de armazenamento de dados – storage – operacionalização	1. Sim	2. Não	Instalação e configuração encontram-se em andamento. Operacionalização prevista para ocorrer em março 2017.
31	17	Switches SAN - aquisição	1. Sim	1. Sim	Aquisição de 2 switches SAN concluída. Bens foram recebidos. Encontram-se em fase de instalação e configuração.
32	17.1	Switches SAN – operacionalização	1. Sim	2. Não	Operacionalização prevista para ocorrer em março 2017.
33	18	Nobreaks de pequeno porte - operacionalização	1. Sim	1. Sim	Instalação dos 130 novos equipamentos nobreak concluída.
34	19	Nova rede sem fio – ESMPU - aquisição	1. Sim	1. Sim	Aquisição concluída com êxito.
35	19.1	Nova rede sem fio – ESMPU – operacionalização	1. Sim	1. Sim	Solução encontra-se em produção.
36	20	Aperfeiçoamento da rotina de backup. Cópia backup armazenado em órgão externo. Parceria com Ministério Público Federal.	1. Sim	1. Sim	Procedimentos encontram-se em funcionamento.

37	21	Aperfeiçoamento do sistema Integra. Implementação de suporte a candidatos em condição especial de acessibilidade e adoção de protocolo <i>https</i> .	1. Sim	1. Sim	Solução encontra-se em produção.
38	22	Aperfeiçoamento das rotinas de depreciação e amortização de bens com impacto no módulo de patrimônio do sistema SIE.	1. Sim	1. Sim	Conformidade com recomendações da Auditoria Interna do MPU
39	23	Aperfeiçoamento nas rotinas de classificação de <i>softwares</i> . Identificação de <i>software</i> .	1. Não	1. Sim	Intercorrência. Conformidade com recomendações da Auditoria Interna do MPU
40	24	Banco de dados. Padronização de rotinas de backup, configuração e testes de banco de dados.	1. Sim	1. Sim	Procedimentos encontram-se em produção.
41	25	Banco de dados. Implementação de boas práticas de segurança.	1. Sim	1. Sim	Administradores de banco de dados e desenvolvedores passam a ser auditados em razão das operações realizadas no SGBD.
42	26	Banco de dados. Preparação de ambientes de testes e homologações	2. Sim	1. Sim	Nova rotina de trabalho confere agilidade na montagem de ambientes de testes e homologações.
43	27	Computadores <i>desktop</i> . Atualização sistema operacional Windows.	1. Sim	1. Sim	<i>Upgrade</i> sistema operacional <i>Windows 7 para Windows 10</i> .
44	28	Nova rede cabeada. Aquisição <i>Switches</i> IP	1. Sim	2. Não	Procedimentos visando à aquisição não lograram êxito.

Quadro 4 - Demandas por bens e serviços de Ti - Resumo

Item	Resumo – ano 2016	Quantidade	Percentual
a.	<i>Planejado e Realizado</i>	27 em 44	61,36%
b.	<i>Planejado e Não-concluído</i>	10 em 44	22,72%
c.	<i>Intercorrências Realizadas</i>	7 em 44	15,90%

Legenda:

- a. Planejado e Realizado:** Demandas previstas no planejamento da TI e realizadas durante o ano (janeiro a dezembro).
- b. Planejado e Não-concluído:** Demandas previstas no planejamento da TI e que não foram concluídas durante o ano (janeiro a dezembro). Possível desdobramento no ano seguinte.
- c. Intercorrência Realizada:** Demandas não-previstas no planejamento da TI (intercorrência) que foram realizadas durante o ano (janeiro a dezembro).

Nome do indicador: Treinamento Realizados na área de TI	Classificação: Eficácia
O que mede: A eficácia do planejamento de capacitação de TI	Periodicidade: Anual

Fórmula de cálculo:

Comparação entre o planejado e o realizado

Meta física prevista:		Meta física alcançada:		
14		18		
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Treinamentos e eventos destinados aos servidores que atuam na área de TI são decorrentes do Levantamento de Necessidades de Treinamentos (LNT) e atividades acadêmicas planejadas para o ano, de parcerias com órgãos do Ministério Público da União, demais instituições públicas e também de eventos promovidos por empresas do segmento de tecnologia da informação.</p> <p>Para o ano 2016 foram demandados 18 eventos técnicos ou administrativos que contaram com a participação de pessoas da área de TI. Os eventos abordaram temas considerados relevantes para os servidores da TI. Dos treinamentos ou eventos realizados, 14 haviam sido previstos no LNT, os demais foram propostos para TI ao longo do ano.</p> <p>Os treinamentos e eventos de TI possuem custo mais elevado quando comparados com as atividades de treinamento do serviço público em geral. Isto porque boa parte dos treinamentos em TI envolvem laboratórios que sejam dotados de computadores, sistemas específicos e instrutores certificados pelos fabricantes.</p>				
Item	Necessidades de treinamento	Planejado	Realizado	Situação do treinamento/evento
1	Windows Server 2012 – Instalação e Configuração	1. Sim	1. Sim	Contratação de vaga.
2	Windows Server 2012 - Administração	1. Sim	1. Sim	Contratação de vaga.
3	Oracle Database 12c: <i>Workshop de Administração</i> Ed 2, de 16 a 25/11/2016	1. Sim	1. Sim	Treinamento realizado via Instrutoria Interna
4	<i>System Center 2012 Configuration Manager - Administração</i> , de 27/06 a 08/07/2016	1. Sim	1. Sim	Contratação de vaga.
5	<i>Oracle Aplicação Express – APEX</i> , de 28/11 a 13/12/2016	1. Sim	1. Sim	Treinamento realizado via Instrutoria Interna.
6	Trilhas de curso Alura, de 23/11/2016 a 22/11/2017	1. Sim	1. Sim	Treinamento na modalidade Educação a Distância (EaD).
7	Contratações de soluções de TI, de 26 a 30/09/2016	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
8	Gestão de projetos – curso prático, de 26 a 28/10/2016	2. Não	1. Sim	Intercorrência.
9	HDI ExpoGov 2016, dia 05/10/2016	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
10	Lançamentos patrimoniais: aquisição, depreciação e amortização, de 05 a 07/12/2016	2. Não	1. Sim	Intercorrência.
11	Brasil 100% Digital, 10 e 11/11/2016	2. Não	1. Sim	Intercorrência. Sem ônus para Escola.
12	Criando aplicações web com Spring MVC e Angular JS – Turma 1, de 13 a 29/07/2016	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
13	Criando aplicações web com Spring MVC e Angular JS – Turma 2, de 22/08 a 09/09/2016	1. Sim	1. Sim	Sem ônus para Escola.
14	Desenvolvendo lideranças – <i>Workshop Dale Carnegie</i> , 16/11/2016	2. Não	1. Sim	Intercorrência.
15	Administração de Servidores Plone 4, de 04 a 06/07/2016	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
16	Segurança em Redes sem Fio, de 12 a 14/07/2016.	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.

17	Fundamentos de Governança de TI, 16 a 18/08/2016.	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.
18	Análise de ponto de função avançado, de 20 a 22/09/2016.	1. Sim	1. Sim	Atividade acadêmica.

Quadro 5 - Eventos e Treinamentos em 2016 - resumo

Item	Treinamentos no ano	Quantidade	Percentual
f.	Necessidades planejadas e realizadas	14 em 18	77,77%
g.	Necessidades planejadas e não realizadas	0	**
h.	Intercorrências	04 em 18	22,22%

f. Necessidades planejadas e realizadas: Treinamentos previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), autorizados e realizados ao longo do ano (janeiro a dezembro).

g. Necessidades planejadas e não realizadas: Treinamentos previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), que não foram autorizados por alguma restrição administrativa, orçamentária ou técnica.

h. Intercorrências: Treinamentos não-previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) que foram considerados relevantes, propostos para TI, autorizados e realizados durante o ano (janeiro a dezembro).

2.5.3 Indicadores da Secretaria de Administração

2.5.3.1 Indicadores da Gestão de Pessoas

Nome do indicador: Índice de Absenteísmo	Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de absenteísmo dos servidores da ESMPU	Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.	
Meta de referência (12/2015): 3,56%	Meta alcançada: 2,21%
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>O absenteísmo é uma expressão utilizada para designar as faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais. Sua mensuração é simples e custo calculado.</p> <p>O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da relação do número de dias de falta ao trabalho – devido à licença para tratamento de saúde (LTS) e/ou à licença por motivo de doença em pessoa da família (DPF) – multiplicado por 100, dividido pelo número de dias de trabalho (total de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo x 365)</p> <p>O IA no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 2,21%, ficando abaixo do percentual de 2015, que foi de 3,56%.</p>	
Índice de Absenteísmo – 2016	

2016	LTS (1)	DFP (2)	Total de falta (3)	Servidores (4)	Dias de Trabalho (5)	IA (%)
total	712	214	926	115	41975	2,21

- 1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde.
 2 – DFP – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família.
 3 – Total de faltas – LTS + DFP = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças.
 4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês.
 5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês.
 6 – IA (Índice de absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho.

Nome do indicador: Capacitação Força de Trabalho		Classificação: Eficácia
O que mede: A quantidade de horas de capacitação por servidor		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: Quantidade total de horas de capacitação dividida pelo número de servidores		
Meta de referência: 35 horas por servidor	Meta alcançada: 41,54 horas por servidor	
Análise e Justificativa: O resultado atingido (superior ao previsto), evidencia o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade dos serviços prestados pela instituição.		

Nome do indicador: Índice de Rotatividade		Classificação: Eficácia
O que mede: Rotatividade de ingressos não planejados		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100.		
Meta de referência (12/2015): -	Meta alcançada: 4,78%	
Análise e Justificativa: O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido, multiplicado por 100. Após este cálculo, constatou-se que a rotatividade de pessoal na ESMPU, durante o ano de 2016, foi de 4,78% ficando abaixo do limite considerado bom para os padrões, indicando que o ambiente organizacional é estável.		

No exercício de 2016, a ESMPU teve cinco casos de vacância, sendo três ocasionados pela posse em cargo público inacumulável, em outro Órgão, e duas remoções no âmbito do MPU.

Para cálculo do indicador não foram consideradas as nomeações realizadas para implementação da Lei 13032/2014, conforme autorização do anexo V da Lei 13115/2015, por se tratarem de ingressos planejados, que visavam a expansão/crescimento da ESMPU e não de substituição de pessoal.

As vagas decorrentes de vacância são providas por meio de concurso público, observada a dotação orçamentária. A reposição é realizada periodicamente.

Nome do indicador: Implementação da Lei nº 13.032/2014 – Quadro de pessoal da ESMPU		Classificação: Eficácia
O que mede: A implementação do quadro próprio de pessoal da ESMPU		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: O indicador é definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei nº 13.032/2014.		
Meta de referência (12/2015): 25%	Meta alcançada: 0%	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Em 25 de setembro de 2014, foi publicada, no DOU-2, a Lei nº 13.032/2014, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.</p> <p>Foram criados 203 cargos efetivos, sendo 86 Analistas e 117 Técnicos e 83 cargos em comissão e funções comissionadas (36 e 47, respectivamente). Além disso, foram preservados 13 cargos em comissão e 3 funções comissionadas criados pelo art. 12 da Lei nº 9.628 de 1998, destinados à estrutura administrativa da ESMPU.</p> <p>O provimento dos cargos criados pela Lei ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, sendo, para o exercício de 2015, limitado a 72 ingressos (anexo V da Lei 13115/2015). Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas.</p> <p>Dessa forma, foi criado o indicador para acompanhamento da implementação da lei, definido pelo produto de provimentos – somatória de cargos efetivos, de cargos comissionados e de funções comissionadas – multiplicado por 100, dividido pelo número de cargos criados pela lei 13032/2014.</p> <p>Estabeleceu-se a meta de 25% para o ano de 2015, que foi plenamente atingida, indicando que o planejamento dos ingressos foi efetivo, gerando o incremento do quadro de pessoal, bem como possibilitando a implementação de novas Unidades Administrativas na estrutura da ESMPU. Contudo, no exercício de 2016, não houve acréscimo na implementação do quadro da ESMPU. Fato que ocorreu devido ao crítico quadro econômico brasileiro, que levou ao corte do orçamento previsto no Anexo V do PLOA 2016. Desta feita, o quantitativo de pessoal da Escola permanece o mesmo de 2015.</p>		

2.5.3.2 Indicadores da Gestão do Orçamento

Nome do indicador: Execução da dotação da ação 20HP		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento.		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo:		

(Dotação Executada / Dotação Fixada Atualizada) * 100	
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2016.	Meta alcançada: 99,99%
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>No exercício de 2016 a dotação total destinada à ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento foi da ordem de R\$ 16,74 milhões, sendo que foi utilizado o montante de R\$ 16,745 milhões, o que correspondente a 99,99%. O montante de R\$ 15,701 milhões foi diretamente empenhado, e R\$ 1,044 milhão descentralizado. Realizaram-se pagamentos na ordem de R\$ 13,225 milhões, equivalentes a 78,98%, sendo que: R\$ 12,967 milhões diretamente, e R\$ 258,120 mil dos créditos concedidos. Foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados – RPNP o montante de R\$ 3,514 milhões, equivalentes a 20,99%, sendo: R\$ 2,733 milhões diretamente; e R\$ 780,573 mil dos créditos concedidos. A execução ocorreu dentro do esperado.</p>	

Nome do indicador: Execução da dotação da ação 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da ESMPU		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: (Dotação Executada / Dotação Fixada Atualizada) * 100		
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2016.	Meta alcançada: 0%	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União foi fixada uma dotação inicial de R\$ 240.000,00, que se destinava à contratação de empresas especializadas para execução dos projetos complementares para finalizar a obra. Contudo, devido à baixa dotação consignada a ação, não foi possível a abertura de processo licitatório. Diante desse cenário, por meio da Portaria PGR nº 77, publicada no DOU de 13/10/2016, foi realizada uma redução de R\$ 72.000,00, passando a dotação total a ser de R\$ 168.000,00.</p> <p>Frise-se que a ESMPU, nos últimos 2 exercícios financeiros tem se empenhado incessantemente em busca de dotação orçamentária para conclusão da citada obra. Contudo, esta não tem sido atendida em seus pleitos por orçamento. Para o exercício de 2017, novamente a LOA contemplou a ação com uma dotação insuficiente para a retomada das obras. De toda forma a ESMPU ainda busca alternativas para contornar a situação.</p>		

Nome do indicador: Execução das dotações orçamentárias destinadas aos Benefícios Assistenciais pagos aos servidores		Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas aos Benefícios Assistências aos servidores		Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo:		

(Despesa liquidada com os benefícios Assistências / Dotação orçamentária dos benefícios assistenciais) *100	
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2016.	Meta alcançada: 86,38%
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>No exercício de 2016, a execução das dotações de benefícios assistenciais foi afetada pela impossibilidade de ingressos de servidores, ocasionada pelo corte do Anexo V do PLOA 2016. Este fato ocorreu devido a previsão, na proposta orçamentaria para 2016, de valores para pagamento de benefícios aos novos servidores. Com o intuito de minimizar os efeitos de uma baixa execução e maximizar a utilização de recursos a ESMPU descentralizou parte das dotações das ações de benefícios para o MPP. A descentralização foi na ordem de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais.)</p>	

Nome do indicador: Execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal ativo, contribuições previdenciárias e inativos	Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de servidores ativos, inativos e contribuições previdenciárias.	Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: [Montante executado (pago) de cada ação / Dotação + créditos] *100	
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2016.	Meta alcançada: 90,48%
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>A execução das dotações destinadas ao pagamento de pessoal tem ocorrido dentro da normalidade, inclusive considerando os impactos ocasionados pela aprovação do novo Plano de Cargos e salários do MPU. Em setembro foi realizada a reprogramação de despesas com pessoal e encargos sociais e encaminhada para a SPO/MPF, que é a setorial financeira responsável pela descentralização de recursos para a ESMPU. Um fato que contribui negativamente para o percentual de execução é a inexistência, no exercício de 2016, de inativos na folha salarial da ESMPU.</p>	

Nome do indicador: Execução Orçamentária do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos	Classificação: Eficácia
O que mede: O percentual de execução do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos	Periodicidade: Anual
Fórmula de cálculo: [Montante executado / Dotação Planejada] *100	
Meta de referência: Realizar 100% dos créditos consignados na LOA	Meta alcançada: 95,49%

+ Créditos até o final de 2016.	
<p>Análise e Justificativa:</p> <p>O acompanhamento da execução orçamentária do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos é estratégico, pois se trata de atividade essencial para o alcance dos objetivos da ESMPU. Atenta a essa necessidade a administração da Escola tem empreendido diversos esforços para que os recursos sejam alocados conforme o planejamento estratégico da Escola e que sua aplicação seja eficiente, contribuindo para a excelência na prestação de serviços.</p>	

2.5.3.3 Indicadores da Gestão de Processo e Projetos

Nome do indicador:		Classificação:	
Índice de Projetos da SA com execução dentro do cronograma		Eficácia	
O que mede:		Periodicidade:	
O indicador permite acompanhar se os projetos constantes no portfólio da SA estão obedecendo o cronograma de execução. Tal monitoramento permitirá a implementação de ações com o propósito de evitar o prejuízo na execução ou conclusão dos projetos.		Mensal	
Fórmula de cálculo:			
$(N^{\circ} \text{ de projetos dentro do cronograma} / N^{\circ} \text{ total de projetos em execução}) * 100$			
Meta de referência:		Meta alcançada:	
Executar 90% dos projetos dentro do prazo previsto no cronograma		84,2%	
Análise e Justificativa:			
O cumprimento dos prazos previstos no cronograma dos projetos em andamento, que compõem o portfólio da Secretaria de Administração é acompanhado e monitorado mensalmente pela assessoria-chefe do gabinete da SA. Em 2016 foram previstos 19 projetos que para o portfólio da SA, sendo que 14 estão em execução dentro do cronograma previsto (ou foram executados dentro do cronograma), 3 em atraso e 2 não iniciaram.			

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conselho Administrativo (CONAD)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao Conselho Administrativo (CONAD) compete:

- I - gerir as atividades da ESMPU;
- II – emitir parecer conclusivo sobre a proposta de Regimento Interno, submetendo-a à aprovação do Procurador-Geral da República;
- III - avaliar a organização e funcionamento dos serviços administrativos;
- IV - fixar a política de pessoal da ESMPU;
- V - deliberar sobre admissão e dispensa do corpo docente da ESMPU;
- VI - emitir parecer conclusivo sobre Relatório e Balanços anuais da ESMPU, submetendo-os à aprovação do Procurador-Geral da República;
- VII - aprovar o plano de atividades, bem como o orçamento correspondente;
- VIII - autorizar contratações de serviços de profissionais especializados para atender às exigências de trabalho técnico na ESMPU;
- IX- opinar sobre a realização de convênios;
- X- apreciar e decidir a indicação de candidatos à docência na ESMPU;
- XI - decidir sobre propostas de realização e apoio a cursos e eventos;
- XII - conhecer e decidir recursos contra atos do Diretor-Geral, do Diretor-Geral Adjunto, de membros do Conselho e dos Coordenadores de Ensino;
- XIII - estabelecer diretrizes e normas para aplicação de recursos financeiros disponíveis;
- XIV - acompanhar e avaliar o resultado dos recursos financeiros aplicados;
- XV - aprovar proposta de alteração do Regimento Interno da ESMPU e encaminhá-la ao Procurador-Geral da República;
- XVI - deliberar, por voto de dois terços de seus membros, sobre o envio ao Procurador-Geral da República de proposta de elaboração de projeto de lei para a extinção da ESMPU;
- XVII - constituir Câmara Editorial para a edição de temas de interesse da ESMPU;
- XVIII – apreciar e decidir a indicação dos integrantes das Câmaras da ESMPU; e
- XIX - deliberar sobre a dispensa de titulação acadêmica do Docente.

Diretoria Geral (DIRGE)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

À Diretoria Geral (DIRGE) compete:

- I - exercer as funções de gestão no âmbito da ESMPU; e
- II - subsidiar o CONAD na tomada de decisões.

Coordenação de Ensino para cada ramo do Ministério Público da União (MPU)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014.

Forma de atuação: Em linha.

Às Coordenações de Ensino (CE) compete:

- I - supervisionar a elaboração e a execução do Plano de Atividades do respectivo ramo do MPU;
- II - submeter à aprovação do CONAD as atividades acadêmicas e de extensão;
- III - coordenar os trabalhos de comissões instituídas para finalidades específicas que envolvam assuntos e interesses da área de ensino; e
- IV - participar de sessões do CONAD, como representantes do Corpo Docente.

Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CDC – Aprovado pela Portaria n.74, de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) compete:

- I - discutir cenários e temas relevantes para a capacitação dos integrantes do MPU, podendo, para tanto, instituir comissões;
- II - propor a política institucional no que tange a projetos de pesquisa científica aplicada; e
- III - avaliar a relevância e a efetividade da pesquisa científica aplicada.

Câmara Editorial (CED)

Base normativa: Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU nº 78, de 22/10/2014. Regulamento da CED – Aprovado pela Portaria n. 75 de 11/09/2014.

Forma de atuação: Colegiado.

À Câmara Editorial (CED) compete:

- I - examinar o conteúdo, a forma dos projetos de publicações de caráter científico e a sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU;
- II - propor a modalidade de publicação e tiragem da obra;
- III - definir os artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico; e
- IV - propor ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da ESMPU.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Base normativa: Regulamento da CPA – Aprovado pela Portaria n. 32 de 16/02/2016.
Forma de atuação: Colegiado.

À CPA compete:

- I – desenvolver os processos avaliativos previstos na Lei 10.861/2004;
- II – elaborar instrumentos e sistematizar os processos de avaliação institucional;
- III – analisar os resultados da avaliação institucional;
- IV – prestar informações sobre a avaliação institucional aos órgãos competentes.

Comitê Consultivo de Tecnologia da Informação (CTI)

Base normativa: Portaria ESMPU n. 118 de 14/10/2015.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CTI compete:

I – apreciar proposta de Estratégica de Tecnologia da Informação (ETI) e proposta de plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que deverão observar as orientações técnicas das Secretarias da ESMPU e deverão manter conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

II – acompanhar a evolução da Estratégia de Tecnologia da Informação (ETI) e execução do plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

III – apreciar e monitorar o Plano de Investimentos, Custeio e Serviços relacionados à Tecnologia da Informação;

IV – apreciar e monitorar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação;

V – estabelecer prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação;

VI – divulgar cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI;

VII – propor a criação de Grupos de Trabalho (GT) para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores que forem designados pelos membros do Comitê.

Comitê Consultivo de Projetos Estratégicos (CCPE)

Base normativa: Resolução nº 06 de 09/11/2016.

Forma de atuação: Colegiado.

Ao CCPE compete:

I – avaliar as propostas de projetos estratégicos conforme critérios estabelecidos no art. 25;

II – propor ao CONAD a priorização de projetos estratégicos;

III – sugerir ao Diretor-Geral mudanças no cronograma dos projetos de especial interesse da administração, mediante justificativa;

IV – sugerir ao CONAD a suspensão ou o cancelamento de um projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;

V – sugerir ao Diretor-Geral substituição de integrante da equipe de projeto de especial interesse da administração, mediante justificativa;

VI – emitir parecer sobre proposições referentes a alterações de escopo dos projetos de especial interesse da administração, encaminhando-o ao CONAD, para aprovação;

VII – validar os planos de projeto de especial interesse da administração;

VIII – validar os relatórios de resultados e termo de encerramento de projetos de especial interesse da administração e encaminhá-los ao CONAD para aprovação.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade e, em última análise, o atendimento do interesse público. Não se limita apenas aos aspectos legais, mas também tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e visa dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corrobora esse *múnus* público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar nº 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), órgão de controle interno do Ministério Público da União, dirigida pelo Auditor-Chefe, diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Militar e, ainda, Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º da Portaria PGR nº 200, de 28 de abril de 2009 (Regimento Interno da Audin-MPU)¹.

Nesse prisma, a Audin-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a Audin-MPU está diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, caput, do Regimento Interno da Audin-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, vale ressaltar que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint)². Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e também estão baseados em gestão de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades jurisdicionadas. Nesse íter, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da Audin-MPU consagram os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios aplicáveis.

Nesse horizonte, no Paint, são evidenciadas as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e

¹ Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/regimento.pdf>.

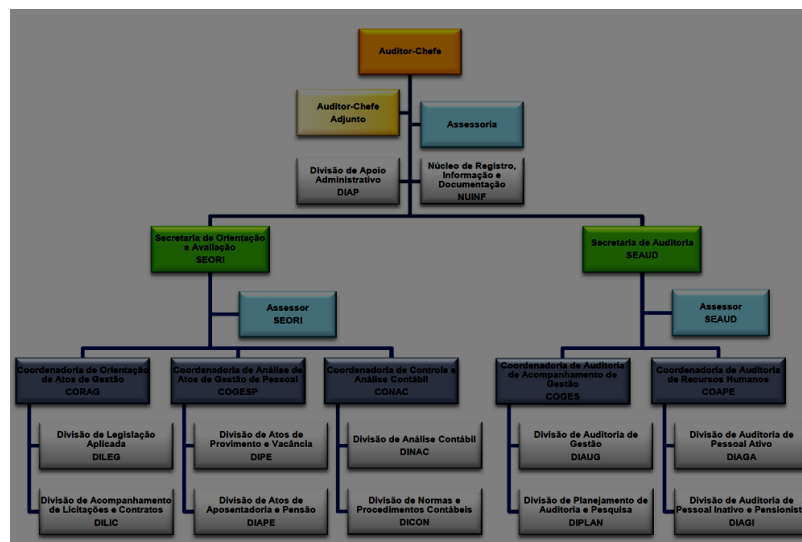
² Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/paint/paint.php>.

outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencadas a descrição das ações de auditoria, os objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a Secretaria e a coordenação a qual se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização à distância ou in loco. Por fim, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria, e após, as unidades jurisdicionadas escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos. O cronograma das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página www.auditoria.mpu.mp.br.

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a Audin-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria³ (elaborado pela equipe da própria AUDIN-MPU). Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor que tem a possibilidade de saber, de antemão, os métodos e técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

A escolha do Auditor-Chefe é prerrogativa do Procurador-Geral da República e trata-se de um cargo técnico de livre nomeação e exoneração. Não há um critério específico definido em regulamento ou no próprio Regimento Interno. É desejável que a escolha recaia entre auditores da carreira de finanças e controle do Ministério Público da União. A Audin-MPU, comandada pelo Auditor-Chefe, está estruturada em duas secretarias. A Secretaria de Orientação e Avaliação, responsável pelas orientações a respeito das áreas de gestão, administrativa, tributária, financeira, de pessoal, patrimonial, orçamentária etc. e ainda a fiscalização de registro de atos de admissão, aposentadoria e pensão perante o Tribunal de Contas da União, bem como pela fiscalização e auditoria contábil e financeira das demonstrações contábeis. A Secretaria de Auditoria é responsável pela fiscalização, auditorias e inspeção nas unidades do Ministério Público da União de todos os demais atos de gestão administrativa (licitações, contratos, dispensas, inexigibilidades, obras e serviços de engenharia, serviços terceirizados, planilhas de custos, almoxarifado, patrimônio, locações, veículos, cessão de espaço público, tecnologia da informação, folha de pagamento, Plan-assiste, etc. A Audin-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura organizacional (organograma⁴) da Audin-MPU está a seguir discriminada:



Ademais, são expedidos Relatórios de auditoria que evidenciam os achados e recomendações do controle interno. Após a manifestação dos gestores das Unidades auditadas, são

³ <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/MANUAL-DE-AUDITORIA-AUDIN-MPU-2016.pdf>.

⁴ <http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/organograma.php>

expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação deste órgão de controle interno sobre a manifestação das Unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração que são os chefes administrativos das unidades e, a depender do grau de importância e impacto no órgão são levados também ao conhecimento do Procurador-geral da República, Chefe do MPU.

Anualmente, o Procurador-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de uma forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a Audin-MPU e a Secretaria-Geral do MPU, assim como essa situação se repete em relação aos demais ramos do Ministério Público da União. Nesse contexto, vale frisar que as recomendações do Órgão de Controle Interno, via de regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e são cumpridas a contento.

A Audin-MPU atualmente passa por uma fase de modernização que visa ganhar celeridade e eficiência, bem como dotar o seu corpo técnico de mecanismos que garantam uma atuação mais eficaz e voltada para os resultados, com foco na gestão de riscos. Para esse desiderato, submeteu à Secretaria-Geral do MPU proposta de modernização de seu regimento interno, proposta de projeto de lei que trata do Órgão de Controle interno do MPU, bem como modernização de sua estrutura

Os resultados das ações de controle da AUDIN-MPU durante o exercício de 2015 estão disponibilizadas no sítio eletrônico www.audin.mpu.mp.br. Os resultados de 2016 serão divulgados junto com o Relatório Anual de Atividades, a ser encaminhado ao Procurador Geral da República até 30 de abril de 2017.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativo

Durante o exercício de 2016 as atividades da ESMPU foram objeto de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. A inspeção foi instaurada pela Portaria CNMP-CN nº 108 de 14 de julho de 2016 e ocorreu nas dependências desta Escola entre os dias 15 e 16 de agosto, tendo como finalidade verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais da ESMPU.

Os responsáveis pela inspeção apresentaram o Relatório Preliminar de Inspeção em setembro de 2016, facultando aos gestores da ESMPU que apresentasse outras informações ou justificativas sobre os itens que foram objeto de inspeção. Valendo-se dessa faculdade, o Diretor Geral da Escola encaminhou ao órgão de corregedoria as informações que se faziam pertinentes.

Contudo até a conclusão deste relatório o Relatório Final de Inspeção ainda não havia sido levado a plenário para apreciação dos conselheiros do CNMP. De toda forma o processo pode ser acompanhado no site do CNMP através do nº 0.00.000.000346/2016-83.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

As instâncias que realizam controle interno na ESMPU são:

1. Auditoria Interna do MPU, que tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão

orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

2. Comissão Própria de Avaliação da ESMPU, que realiza avaliação periódica das diferentes frentes de atuação e gestão da Escola, analisa resultado e tece recomendações à Administração Superior da ESMPU.

Além desses órgãos, a ESMPU dispõe de duas divisões em sua estrutura organizacional, a Divisão de Desenvolvimento Organizacional e a Divisão de Avaliação, responsáveis respectivamente pelo acompanhamento e avaliação das ações da Escola relacionadas aos objetivos estratégicos. O acompanhamento e controle dessas ações permite a verificação de desvios e tomada de decisões pela Administração Superior que garantam a eficácia e a eficiência das operações frente aos objetivos traçados, mitigando riscos.

A gestão de riscos é realizada no nível dos projetos que são desenvolvidos para alcance das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional. No plano de cada projeto são informados os riscos identificados, as consequências da ocorrência dos riscos, a classificação do impacto do risco (se baixo, médio, alto ou muito alto), a resposta planejada (se mitigar, evitar, transferir ou aceitar o risco) e a ação empreendida em resposta ao risco identificado. A equipe do projeto acompanha e notifica a Administração Superior da Escola sobre a ocorrência do risco que pode impactar na realização do projeto e consequentemente no alcance da meta estratégica vinculada.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

Até o final de 2014 os serviços administrativos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ficavam a cargo de servidores dos ramos do Ministério Público da União, cedidos para a ESMPU por força do Art. 7º da Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

Em 24 de setembro de 2014 foi publicada a Lei 13.032, que criou o quadro próprio da ESMPU, com 203 cargos efetivos, sendo 117 Técnicos e 86 Analistas, bem como 36 cargos em comissão e 47 funções de confiança, e preservou 13 cargos em comissão e 3 funções de confiança criados pela lei 9628/1998. O provimento desses cargos foi condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A implementação da Lei nº 13.032/2014 teve início em dezembro de 2014, com a edição da Portaria ESMPU nº 112, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU, seção 1, de 24/12/2014, que dispôs sobre o provimento de 14 cargos efetivos e da Portaria ESMPU nº 30, de 27 de março de 2015, publicada no BSMPU nº 03, de março de 2015, com o provimento de 4 cargos em comissão, conforme previsto no Anexo V da Lei 13115/2015. Em 2015 foram providos 25,17% do total de cargos criados pela Lei nº 13.032/2014, atingindo a meta estipulada para o período.

No entanto, no exercício de 2016, não houve continuidade na implementação do quadro da ESMPU, em virtude das restrições orçamentárias, ocorreu apenas reposição das vagas sem impacto orçamentário.

Qualificação da força de trabalho

Dos servidores que ingressaram na Escola, 97% possuem nível superior completo nas diversas áreas de formação, sendo que, aproximadamente, 44% já concluíram algum tipo de pós-graduação.

A média de idade desses servidores é de 32 anos, sendo que 80% encontra-se entre 20 e 40 anos de idade, configurando-se em um grupo jovem, ainda com pouco tempo de contribuição para previdência, o que não impacta, de forma relevante, as políticas de reposição de força de trabalho, especificamente em relação a esse quesito.

Política de capacitação de pessoal

A capacitação da força de trabalho da ESMPU, dá-se por meio do Levantamento de Necessidades de Treinamento, realizado pela área de Gestão de Pessoas, junto às Secretarias e Diretoria-Geral e implementada com a oferta de cursos, nas modalidades à distância e presencial: pela própria ESMPU – âmbito do MPU ou por instituições parceiras, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos in company).

No ano de 2016, o índice foi de 41,54 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi superior ao previsto (35 h), evidenciando o esforço da ESMPU em proporcionar capacitação permanente e continuada do quadro de servidores, gerando conhecimento e melhorando a qualidade

dos serviços prestados pela instituição. O critério adotado para cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho.

Foram executados, aproximadamente, R\$ 54.950,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais), em 20 cursos. Ressalto que, a diminuição na quantidade de cursos ofertados em 2016, em relação ao ano anterior, ocorreu-se em virtude da restrição orçamentária no primeiro semestre do ano, resultando em prazo menor para execução do LNT.

Para o exercício de 2017, a área de Gestão de Pessoas, alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU, está preparando um Plano de Capacitação condizente com as necessidades de todas as Unidades da ESMPU.

Acumulação de cargos

No âmbito da ESMPU, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é verificada no momento da posse e feito o cadastramento anual de servidores no Sistema de Gestão de Pessoas. O servidor preenche formulário no sistema, em que informa:

a) se ocupa ou não cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas, federal, estadual ou municipal;

b) se irá ou não acumular a remuneração do cargo efetivo com a remuneração do cargo, emprego ou função pública indicado, comprometendo-se, em caso de acumulação vedada, a entregar à Gestão de Pessoas da ESMPU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho;

c) se participa ou não de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e se exerce ou não o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Os processos de admissão dos servidores nomeados no ano de 2016, foram considerados regulares e legais pela Auditoria Interna do MPU (AUDIN) e pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 17 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	203	35	6	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	203	35	6	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	203	35	6	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	9	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	203	44	7	6

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014 Obs. A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas. A Lei orçamentária anual 13.255, de 14 de janeiro de 2016, não previu valores para criação ou provimento de cargos, empregos e funções referentes à Lei 13032/2014.

Tabela 18 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	22	13
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	22	13
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	13
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	24	20

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs. Considerados como área-fim, os lotados nas secretarias de Planejamento e Infraestrutura e Logística Educacional; área meio – Diretoria-Geral, Secretarias de Administração e de Tecnologia da Informação

Tabela 19 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	49	27	4	4
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	49	27	4	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	16	1	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	7	1	1
1.2.5. Aposentados	Não há	2	2	1
2. Funções Gratificadas	50	25	3	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	5	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	17	0	3
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	3	1	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	99	52	7	8

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas e Lei 13032/2014

Obs. 1: Cargos em comissão – Criados pela Lei 13032/2014 – 36; Preservados pela Lei 13032/2014 – 13. Funções comissionadas – Criadas pela Lei 13032/2014 – 47; Preservadas – 3

Obs. 2: A Lei Orçamentaria Anual, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, em seu anexo V, autorizou o provimento, admissão ou contratação de 72 (setenta e dois) cargos, empregos e funções. Por determinação da administração superior ficaram assim distribuídos: 35 cargos efetivos, 14 cargos em comissão e 23 funções comissionadas. A Lei orçamentária anual 13.255, de 14 de janeiro de 2016, não previu valores para criação ou provimento de cargos, empregos e funções referentes à Lei 13032/2014.

Obs. 3: O item servidores de carreira em exercício descentralizado é composto de servidores dos ramos do MPU, investidos em Cargos em Comissão ou Funções Comissionadas do quadro da ESMPU.

Análise Crítica

Após análise dos dados apresentados vale ressaltar alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: a) quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade; b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados e c) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas.

- a) Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade: no ano de 2015 iniciou-se a implementação do quadro próprio da ESMPU, criado por meio da Lei nº 13.032/2014, sendo possível o incremento de 35 novos servidores, em diversas áreas, consideradas prioritárias para a instituição. No entanto, havia um planejamento de novos ingressos para o ano de 2016, que não se concretizou, em virtude dos cortes orçamentários e da retirada do anexo V da LOA, referente àquele ano. Dessa forma, entende-se que a quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade é deficitária, principalmente na área-fim, em virtude da ampliação de vagas ofertadas e da demanda reprimida de cursos.
- b) Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados: quantitativamente, a distribuição da força de trabalho entre áreas meio e fim encontra-se equilibrada, sendo que a área fim conta com 45% dos servidores e a área meio, com 54%. No entanto, em virtude da ampliação das atividades da ESMPU, verifica-se a necessidade de incremento de pessoal na área fim. Em relação ao número de cargos comissionados frente a não comissionados, a ESMPU conta com **27 cargos em comissão**, sendo 9 ocupados por servidores sem vínculo (33%), 1 por servidor requisitado (4%) e 17 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (63%) e **26 funções gratificadas**, sendo que 1 está vaga (4%), 3 são ocupadas por servidores requisitados (12%) e 22 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (85%), verificando-se assim, a valorização de servidores da carreira.

Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas: no ano de 2016, o índice de absenteísmo ficou em 2,21%, apresentando uma redução em relação ao ano de 2015 (3,56%), ficando abaixo da meta estabelecida de 3%. Tal resultado deve-se à política de valorização da ESMPU implementada desde 2014, que consistiu na melhoria das instalações físicas, implementação do quadro próprio e das ações desenvolvidas pelo projeto de Qualidade de Vida. Embora tenha ocorrido a redução, ainda há impactos negativos no andamento das atividades, como atraso nos prazos estabelecidos e sobrecarga de trabalho para outros servidores, em virtude do quadro enxuto da unidade. Assim, o foco das ações de Qualidade de Vida para 2017 será “Saúde e bem-estar”, de forma a reduzir ou prevenir os problemas físicos e emocionais, bem como trabalhar a saúde financeira.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 20 - Demonstrativo de Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	17.510,92	0,00	0,00	0,00	0,00	17.510,92
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	3.659.299,58	184.768,12	366.904,67	247.093,37	432.538,86	591,32	2.954,61	7.559,42	0,00	4.901.709,95
	2015	1.513.749,60	29.387,35	170.723,47	70.272,65	198.813,67	0,00	0,00	18,95	0,00	1.982.965,69
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	1.218.448,50	106.037,91	37.007,87	39.151,52	0,00	3.263,25	10,56	0,00	1.403.919,61
	2015	0,00	619.817,37	57.665,73	11.733,06	19.817,78	591,32	5.591,98	0,00	0,00	715.217,24
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	634.229,90	56.353,89	24.918,43	103.162,52	0,00	0,00	0,00	0,00	818.664,74
	2015	0,00	346.446,35	38.298,98	5.887,42	57.155,30	0,00	0,00	0,00	0,00	447.788,05
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	56.968,20	3.611,49	32.340,51	5.616,21	8.828,92	0,00	0,00	0,00	0,00	107.365,33
	2015	55.596,32	0,00	6.420,69	4.435,83	7.239,00	0,00	0,00	18,95	0,00	73.710,79
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema GPS

Nota: os valores acima descritos não apresentam as rubricas referentes ao ressarcimento de pessoal cedido com ônus a outros órgãos, acertos financeiros decorrentes de vacâncias de pessoal, inativos, pensionistas e pagamento de patronal.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A ESMPU ainda não implantou sistemática de gerenciamento de riscos relacionados ao pessoal.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

- Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Quadro 6 - Informações sobre contratos de prestação de serviços

Unidade Contratante						
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO						
UG/Gestão: 200234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade <u>mínimo</u> exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014 (Contrato 17/2014)	Prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação no edifício-sede da ESMPU e PR/DF.	Real JG serviços gerais Ltda (08.247.960/00-01-62)	16/07/14	15/07/17	Ensino fundamental ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	P
2015 (Contrato 07/2015)	Prestação de serviços terceirizados contínuos na área de apoio administrativo, de apoio operacional e de atividades auxiliares.	DR Conservação e limpeza LTDA (38.062.030/00-01-03)	01/02/15	31/01/16	Ensino fundamental ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	E
2016 (Contrato 09/2016)	Prestação de serviços terceirizados contínuos na área de apoio administrativo, de apoio operacional e de	Real JG serviços gerais Ltda (08.247.960/00-01-62)	01/02/16	31/01/17	Ensino fundamental ou prática profissional no respectivo posto de trabalho	A

	atividades auxiliares.				
<p style="text-align: center;">Fonte:</p> <p style="text-align: center;"><u>Contrato 17/2014</u></p> <p style="text-align: center;">Manutenção de bens imóveis: 19 serventes; Outros: 01 Encarregado geral.</p> <p style="text-align: center;"><u>Contrato 07/2015</u></p> <p style="text-align: center;">Copeiragem: 8 Copeiras e 8 Garçons; Recepção: 24 Recepcionistas Reprografia: 02 Operadores de Fotocopiadoras Manutenção de bens móveis: 1 lavador de automóveis; Outros: 01 Encarregado geral; 02 contínuos; e 05 carregadores.</p> <p style="text-align: center;"><u>Contrato 09/2016</u></p> <p style="text-align: center;">Copeiragem: 8 Copeiras e 8 Garçons; Recepção: 24 Recepcionistas Reprografia: 02 Operadores de Fotocopiadoras Manutenção de bens móveis: 1 lavador de automóveis; Outros: 01 Encarregado geral; 02 contínuos; e 05 carregadores.</p>					<p>Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).</p>

Análise Crítica:

Os serviços atendidos pelos Contratos 17/2014, 07/2014 e 09/2016 não constam das atividades atribuídas aos servidores do Ministério Público da União, não estando diretamente ligados às atividades finalísticas da Instituição. São serviços imprescindíveis à manutenção das condições necessárias ao bom funcionamento do edifício-sede da ESMPU.

Dado o princípio da supremacia do interesse público, a Administração tem o poder-dever de acompanhar atentamente a atuação do particular contratado durante a execução dos contratos administrativos. Essa atuação, revestida de caráter fiscalizatório tem por fim, e feita de forma preventiva, evita práticas irregulares ou defeituosas, por parte do contratado. Atuando desta maneira, a Administração resguarda o interesse público, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos.

A ESMPU/Secretaria de Administração, ciente de sua missão em relação a otimização dos serviços contratados, implementou indicadores de satisfação com os serviços de forma a garantir que os serviços terceirizados, prestados na ESMPU, sejam cumpridos de forma sistemática e efetiva, conforme descrição contratual.

Desta feita, todos os serviços terceirizados que são geridos pela ESMPU possuem indicadores de satisfação/efetividade que são apurados periodicamente com base em metas de desempenho que são avaliadas pelos gestores contratuais. De forma resumida, apresentamos os resultados de 2016.

Quadro 7 - Avaliação da prestação de serviços

Contrato	Serviço	Periodicidade	Meta	Média alcançada 2016
17/2014	Limpeza	Trimestral	90%	96%
09/2016	Copeiragem	Semestral	90%	100%
	Apoio Administrativo	Semestral	90%	98%

• Contratos de Estagiários

O Programa de Estágio no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União é regulamentado pela Portaria PGR/MPU nº 378 de 09 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias nºs 576/2010, 101, 155 e 539 de 2011. O programa refere-se ao estágio não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Somente poderão participar deste Programa os estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior, credenciadas e previamente conveniadas com a ESMPU, que comprovam, no momento da inscrição no processo seletivo, a conclusão de, no mínimo, 40% da carga horária do curso.

As despesas com a contratação de estagiários para atender as necessidades da ESMPU são realizadas mediante dotação orçamentária própria, via repasse de recursos ao Ministério Público Federal, por meio do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MPF e a ESMPU.

O quadro mensal autorizado de estagiários da Escola, é de 25 pessoas, estando completo no mês de dezembro de 2016.

Comparativamente, no exercício de 2015, o quadro de estagiários em dezembro, possuía 22 vagas preenchidas, enquanto em 2016, o quadro de estagiários era de 25 estudantes, representando um melhor aproveitamento de recursos e diminuição na rotatividade dos estagiários.

Em relação aos recursos orçamentários, em 2015 o custo total com a contratação de estagiários foi de R\$ 216.999,34. Em 2016, os valores estão demonstrados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 8 - Composição do Quadro de Estagiários - 2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	72	74	72	75	258.120,97
1.1 Área Fim	45	42	41	42	149.763,02

1.2 Área Meio	27	32	31	33	108.357,95
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	72	74	72	75	258.120,97

Fonte: Portal da Transparência; Sistema de Gestão de Pessoas

Análise Crítica

O quadro mensal de estagiários da ESMPU, é de 25 pessoas, totalizando 75 por trimestre.

O não preenchimento de todas as vagas, nos 3 primeiros trimestres, deve-se aos seguintes fatores: rotatividade, em virtude de oferta de vagas para estágio no DF ou de conclusão do curso superior, porém, verifica-se uma diminuição em relação ao ano anterior.

Em 2016, houve sete meses (fevereiro, março, maio, junho e de outubro a dezembro) em que foi possível o preenchimento de todo quadro da ESMPU, e nos meses de abril e de julho a setembro, havia apenas uma vaga em aberto, representando um melhor aproveitamento dos recursos orçamentários.

4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 9- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial da ESMPU

Localização geográfica		Quantidade de imóveis da união de responsabilidade da ESMPU	
Brasil	Localidade	Exercício 2015	Exercício 2016
	Brasília/DF	2	2
Subtotal		2	2
Imóveis situados na SGAS quadra 604, lotes 22 e 23, sendo que o lote 23 é de responsabilidade de dois órgãos, Escola Superior do Ministério Público da União e Procuradoria da República no Distrito Federal, cabendo à ESMPU a fração ideal de 0,5561151 e 5.812,56m2 de área construída.			
Exterior	Não se aplica à unidade jurisdicionada		

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro 10 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do imóvel			Despesa no exercício
				Valor histórico	Data de avaliação	Valor reavaliado	Com reformas
200234	970117449-500-7	13	2	Cz\$ 383,50	10/07/2015	121.427,71	R\$ 224.166,24 (*)
200234	970104706-500-3	13	5		10/07/2015	10.118.738,64	-

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

(*) SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

Empenho 549/2015 – MJS Construções e Serviços Ltda.-ME – CNPJ 12886045/0001-94

Nota: A estrutura de controle e de gestão do patrimônio é gerenciada pelo SPIUnet e pelo SIAFI. A qualidade e a completude dos registros atendem às necessidades da Unidade Jurisdicionada.

- **Manutenção do Prédio Compartilhado com a PR/DF**

No tocante à manutenção dos bens imóveis, no exercício de 2016 foi realizada pela ESMPU contratação para revitalização de esquadrias que envolveu a repintura, ajustes de vedação, lubrificação e troca de tranquetas. Como a ESMPU divide a edificação com a Procuradoria da República no Distrito Federal, outras contratações de melhoria e manutenção das instalações físicas foram contratadas por esse ente da União.

- **Construção do Edifício Sede da ESMPU**

Em relação ao novo Centro de Treinamento da ESMPU (situado na SGAS, lote 22, Brasília-DF) que se encontra com a estrutura em concreto armado concluída e aguarda recursos para contratação da segunda fase da obra, no exercício de 2016 foram realizadas novas tentativas para obtenção de orçamento.

Contudo, apesar das solicitações à SOF e das tentativas de se conseguir emendas parlamentares, a LOA de 2016 (Lei nº 13.255, de 14/01/2016), na ação destinada a Construção do Edifício Sede, autorizou somente o valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), montante que é flagrantemente insuficiente para abertura do processo de licitação para conclusão das obras.

Salientamos que ciente da necessidade de finalizar a construção do Centro de Treinamento, principalmente em virtude do tempo em que a estrutura já construída encontra-se exposta às intempéries e sua consequente deterioração, a Administração da ESMPU envidou todos os esforços para complementar a dotação, solicitando à SPO/SG/PGR, em 21/09/2015, que fosse encaminhado pedido de Emenda Parlamentar ao Congresso Nacional, com acréscimo de R\$ 5.200.000,00 ao PLOA/2016. A solicitação não foi atendida pela Bancada do Distrito Federal.

Como não logrou êxito em suas solicitações para que o montante necessário fosse atendido na LOA 2016, a ESMPU, em fevereiro de 2016, solicitou Crédito Adicional Suplementar para a Ação de Construção do Centro de Treinamento, no valor de R\$ 4.860.000,00. Contudo o pedido de crédito nº 51.882 foi devolvido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), que comunicou a impossibilidade de atendimento do pleito.

Desta forma a referida obra continua paralisada no exercício de 2017. A exemplo dos anos anteriores, a administração da ESMPU continuará trabalhando no sentido de levantar recursos suficientes para o prosseguimento das obras.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

Força de Trabalho

O efetivo de pessoal lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação é composto por 17 (dezessete) servidores da carreira do Ministério Público da União (MPU), 4 (quatro) estagiários nível superior e 1 (um) apoio administrativo terceirizado, o que corresponde a 22 (vinte e duas) pessoas no total. Considerando a distribuição por setor, o efetivo dispõe de 01 (um) secretário, 01 (um) assessor, 07 (sete) servidores do MPU e 01 (um) estagiário na área de Sistemas, 04 (quatro) servidores do MPU nas áreas de Redes e Banco de Dados, 04 (quatro) servidores e 3 (três) estagiários na área de Suporte ao Usuário, conforme gráficos que se seguem.

Gráfico 4 - Distribuição de pessoal de TI na ESMPU

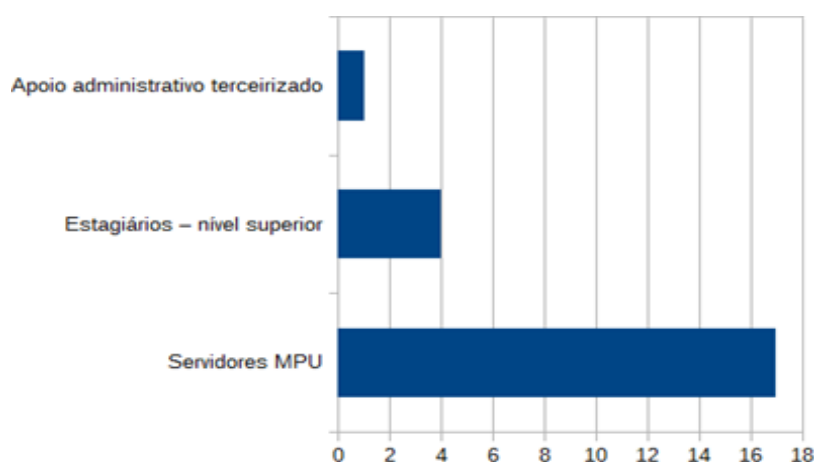


Gráfico 5 - Distribuição de pessoal por áreas macro da estrutura STI



Processo de gerenciamento de serviços de TI

O processo de gerenciamento de serviços de TI tem como referência o conjunto de boas práticas estabelecidos pelo *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)*. Os serviços são gerenciados pelo sistema *Ocomon*, que é utilizado para fins de cadastro, acompanhamento, controle

e consulta de ocorrências de suporte da área TI. Encontra-se em andamento estudo visando à adoção de Catálogo de Serviços de TI a ser implementado via *Microsoft System Center*.

Projetos

Tabela 21 - Projetos em andamento

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
n. 81/2016	<i>Projeto ESMPU sem papel.</i> Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, viabilizando o processo administrativo eletrônico.	Implementação do processo eletrônico, aperfeiçoamento de processos de trabalho, redução do consumo de papel, maior agilidade nas pesquisas, realocação de pessoal.	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Atualmente encontra-se em vigência o PDI 2015/2019 e o presente projeto pode ser classificado dentro do critério Processos, Meta 1 - Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Projeto orçado em R\$ 46.700,30, mas não foram computados recursos voltados para melhoria da infraestrutura de TI da ESMPU como um todo, recursos tais como unidade de armazenamento de dados (<i>storage</i>) e <i>switches SAN</i> , aperfeiçoamento do sistema de <i>firewall</i> . Quanto aos valores mencionados no plano de projeto, até o final de fevereiro – 2017 foram desembolsados aproximadamente R\$ 37.500,00	Maio -2017
n. 82/2016	<i>Projeto Expresso.</i> Tem por finalidade a automação dos processos de avaliação e certificação das atividades acadêmicas ESMPU.	Maior satisfação da “clientela” ESMPU, a agilidade no retorno dos resultados avaliativos para os envolvidos propiciará a retroalimentação do planejamento educacional, permitindo aperfeiçoamentos constantes em aspectos das atividades acadêmicas da escola.	Metas PDI 2015-2019: Publicar, na intranet, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto	Valores orçados para aquisição de 14 <i>tablets</i> , totalizando R\$ 42.000,00. No presente momento, o presente projeto conta com 08 (oito) <i>tablets</i> adquiridos ao custo total de R\$ 33.000,00. Encontra-se em andamento estudo visando à aquisição de mais 12 (doze) <i>tablets</i> .	Outubro - 2017

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
n. 83/2016	<i>Projeto Novos Portais visando à modernização dos sites da Internet e Intranet ESMPU.</i>	Transformar o atual site que é tipicamente de notícias de tal forma que a novo portal da escola tenha perfil de serviços, como forma de facilitar o acesso do público ao principal negócio da escola: atividades acadêmicas e publicações.	Metas PDI: Incrementar o alcance das ações de capacitação a membros e servidores do MPU, Publicar dados da Avaliação de Reação e Impacto, Avaliar o impacto das pesquisas científicas aplicadas da ESMPU	Projeto depende apenas dos trabalhos da equipe e dos recursos de TI já existentes na ESMPU. Não haverá custos para o desenvolvimento do projeto.	1ª fase. Portal da Internet: Abril - 2017
n. 84/2016	<i>Projeto Informe de Rendimentos</i> voltado para automatização e padronização do processo de emissão de informes de rendimentos.	Automatizar e padronizar o processo de emissão de informe de rendimentos.	Metas PDI 2015-2019: Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Projeto depende apenas dos trabalhos da equipe de projeto e dos recursos de TI já existentes na ESMPU. Não haverá custos financeiros.	Dezembro - 2017

Observação: As informações sobre resultados esperados, alinhamento estratégico, valores e prazo foram extraídas dos respectivos planos de projeto.

Tabela 22 - Projetos Concluídos

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
***	Segmentação da rede local para melhorar acesso aos recursos tecnológico das salas de aula, auditório, diretoria e conselho administrativo	Facilitar acesso e utilização do sistema <i>Crestron Air Media</i> , evitando travamentos e interrupções de apresentações durante atividades da escola	PDI 2015/2019. Classificado dentro do critério Processos, Meta 1 - Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Foram empregados recursos materiais e o trabalho de pessoas da ESMPU. Não houve dispêndio de recursos financeiros.	Dezembro - 2016

Portaria ESMPU	Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento Estratégico	Valores Orçados e Despendidos.	Prazo de Conclusão
***	Implantação da nova rede sem fio	Melhorar a cobertura da rede <i>wireless</i> a fim de atender atividades acadêmicas e administrativas.	PDI 2015/2019. Critério Processos, Meta 1 - Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Estimativa inicial de valores para aquisição contratação de nova rede sem fio. R\$ 320.000,00. Valores desembolsados foram de aproximadamente R\$165.000,00	Novembro - 2016
***	Desenvolvimento de módulo para participante de atividade acadêmica	Permitir que o participante de atividade acadêmica ESMPU solicite serviços que atendam necessidades especiais	PDI 2015/2019. Critério Cidadãos. Meta 1 – Adaptar mobiliário e equipamentos compatíveis para uso de portadores de necessidades especiais.	Foram empregados recursos materiais e o trabalho de pessoas da ESMPU. Não houve dispêndio de recursos financeiros.	Outubro - 2016
***	Melhoria no módulo de Controle de Atividades Acadêmicas do sistema SIE – Ordem de Serviço n. 02/2014.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir o planejamento de atividades com duração maior que a vigência do plano; 2. Facilitar a manutenção do catálogo de itens de custo; 3. Controlar gastos das atividades desde o momento do pedido até o faturamento; 4. Permitir o recebimento das faturas vinculadas aos pedidos das atividades; e 5. Gerar dados para indicadores de execução financeira. 	PDI 2015/2019. Critério Processos, Meta 1 - Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades.	Contagem detalhada pela empresa AVMB em pontos de função: 131,59. Contagem final após revisões pela STI e empresa AVBM: 97,31. O valor proposto pela empresa em decorrência de contagem detalhada foi de R\$ 52.636,00. E o valor desembolsado pela ESMPU foi de R\$ 38.924,00.	Junho - 2016

Observação: projetos aqui elencados foram iniciados antes da implementação da rotina de apreciação e priorização de projetos pelo Comitê de TI (CTI). Não houve formalização mediante portaria.

Tabela 23 - Contratos de serviços continuados

Item	Contrato - objeto	Finalidade
1	Serviços de comunicação de dados na modalidade MPLS – 01 – <i>link</i> principal	Viabiliza acesso à Internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU via <i>web</i> .
2	Serviços de comunicação de dados na modalidade MPLS – 02 – <i>link</i> secundário	Viabiliza acesso à Internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU via <i>web</i> .
3	Serviços de <i>outsourcing</i> de impressão	Impressão, fotocópia, digitalização e reconhecimento óptico de caracteres em documentos (processamento OCR).
4	Serviços de manutenção em cabeamento da rede estruturada de dados e telefonia	Manutenção do cabeamento utilizado na rede local. Gestão do contrato é feita pelo Ministério Público Federal (MPF) por meio da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF)
5	Serviço de locação de <i>softwares Autocad e Adobe Creative Cloud</i>	<i>Softwares</i> utilizados nas áreas de engenharia, editoração eletrônica e comunicação social.
6	Serviços de manutenção e suporte de sistema antivírus	<i>Software</i> utilizado na proteção das estações de trabalho da escola. Decorrente de parceria da ESMPU com o MPF.
7	Serviços de manutenção e suporte de sistema de correio eletrônico <i>Novell GroupWise</i>	<i>Software</i> utilizado para envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico. Decorrente de parceria com o MPF.
8	Serviços de manutenção e suporte de banco de dados <i>Oracle</i> .	<i>Software</i> de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da ESMPU.

Observações:

Itens 1 e 2. Serviços de comunicação de dados são de fundamental importância para o funcionamento da Escola uma vez que a mesma provê serviços de educação a distância (EaD) e oferta atividades acadêmicas presenciais que demandam acesso à Internet, razão pela qual a ESMPU conta com dois contratos de prestação de serviços de comunicação de dados. Sendo um deles SERPRO Infovia e outro por meio do contrato firmado com a empresa Embratel decorrente de parceria com o Ministério Público Federal.

Item 3. A implantação do processo administrativo eletrônico que se encontra em curso na ESMPU (vide item 5. Projetos) ensejará substancial redução na impressão de documentos. Considerando multifuncionais monocromáticas e policromáticas, impressoras coloridas e *scanners*, a ESMPU trabalha com 27 (vinte e sete) máquinas terceirizadas. A fim de atender demandas específicas da ESMPU, principalmente quando da realização de atividades acadêmicas fora do edifício-sede, há 03 (três) máquinas multifuncionais jato de tinta que são bens patrimoniais da casa.

Item 4. O edifício-sede da ESMPU dispõe de infraestrutura de rede estruturada, que abarca tanto a comunicação de dados quanto a telefonia fixa. O contrato em tela provê serviços de manutenção de cabeamento de dados e telefonia. Eventuais situações de contingência são resolvidas mediante parceria entre as áreas de TI e de engenharia das unidades do Ministério Público da União.

Itens 5 a 8. Os *softwares* relacionados nesses itens decorrem de opções tecnológicas adotadas por padrão pelas respectivas áreas demandantes.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 11 - Principais Sistemas de Informação

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
1	<i>SIE – Sistema de Informação para o Ensino</i>	Sistema tipo SIG (Sistema Integrado de Gestão) desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - RS e comercializado pela empresa AVMB. O sistema contempla módulos de controle para as áreas acadêmica, planejamento e controle financeiro das atividades acadêmicas, compras, patrimônio, almoxarifado, protocolo, administração de recursos humanos (sem folha de pagamento), administração orçamentária e financeira, diárias e passagens, frota, gestão de informações gerenciais (BI) e de atendimento ao usuário.	STI	SEDUC, SEPLAN e SA	4
2	<i>BADOC – Banco de Docentes</i>	Sistema de cadastro das informações dos docentes que atuam na ESMPU.	STI	SEDUC e SEPLAN	3
3	<i>SING – Sistema de Inscrição e Seleção.</i>	Sistema responsável pelo recebimento de inscrições e seleção de participantes das atividades acadêmicas.	STI	SEDUC e SEPLAN	5
4	<i>Moodle</i>	Ambiente de Virtual de Aprendizagem em uso para ministração das atividades acadêmicas à distância. Possui licenciamento GPL.	STI	SEDUC	5
5	<i>Ocomon</i>	Sistema de registro de cadastro, acompanhamento, controle e consulta de ocorrências de suporte da área TI. Possui licenciamento GPL.	STI	STI	2
6	<i>GPWeb</i>	Ferramenta para gerenciar projetos, disponível no Portal do Software Público Brasileiro. Possui licenciamento GPL.	STI	SEPLAN	2
7	<i>GitLab</i>	Plataforma de gerenciamento de repositórios GIT. Possui licenciamento GPL.	STI	STI	3
8	<i>Mediawiki</i>	Ferramenta de Wiki. Possui licenciamento GPL.	STI	STI	2
9	<i>Integra</i>	Sistema que integra outros módulos web desenvolvidos pela ESMPU e que fornece layout e interface a eles	STI	SEDUC e SEPLAN	5
10	<i>phpLib</i>	<i>Framework</i> PHP desenvolvida internamente para construções de sistemas e	STI	STI	2

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
		módulos web. O integra e seus módulos são construídos com base nesta <i>framework</i> .			
11	Avaliação Institucional	Módulo de automação do processo de avaliação institucional dos tipos reação e impacto.	STI	SEPLAN	3
12	<i>Moodlexp</i>	Módulo para integração de dados entre a plataforma <i>Moodle</i> e o sistema acadêmico.	STI	SEDUC	4
13	Videoteca	Módulo para disponibilização de vídeo-aulas institucionais na plataforma web.	STI	Ascom	3
14	<i>SiePHP</i>	Módulo que permite integrar dados do SIE com as aplicações da <i>framework</i> .	STI	SEDUC e SEPLAN	5
15	Forma	Sistema construído para geração de formulários dinâmicos em ambiente <i>Plone/Zope</i> .	STI	ASCOM	3
16	<i>Plone/Zope</i>	Sistema de gerenciamento de conteúdo web utilizado nos sites de Intranet e Internet. Possui licenciamento GPL.	STI	ASCOM	5
17	<i>Microsoft Active Directory</i>	Sistema de compartilhamento de arquivos por meio dos serviços de rede local.	STI	STI	5
18	<i>Oracle</i>	Sistema de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da escola.	STI	STI	5
19	<i>Novell GroupWise</i>	Sistema de correio eletrônico institucional.	STI	STI	4
20	<i>Percona</i>	Sistema de gerenciamento de banco de dados por sistemas aplicativos da escola.	STI	STI	5
21	<i>SMVC</i>	<i>Framework</i> de desenvolvimento de aplicações em linguagem PHP.	STI	STI	2
22	GPS/Hórus	Sistema de cadastro de pessoal e folha de pagamento de membros e servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.	STIC/PGR, STI	SA	3
23	<i>Pergamum</i>	Sistema Integrado de Bibliotecas. Sistema desenvolvido e mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUCPR.	STIC/PGR, STI	Biblioteca	3
24	Grifo	Sistema de controle eletrônico da frequência de servidores. Sistema desenvolvido e mantido pela Procuradoria-Geral da República.	STIC/PGR, STI	SA	2

Item	Sistema	Função	Responsável Técnico	Responsável Área Negocial	Nível de Criticidade
25	SIAFI	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa. Sistema desenvolvido e mantido pelo Ministério da Fazenda e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.	SERPRO, STI	SA	4
26	MySQL	Sistema de gerenciamento de banco de dados utilizado por sistemas aplicativos da Escola.	STI	STI	2
27	SEI	Sistema Eletrônico de Informações. Sistema trata do processo administrativo eletrônico.	TRF4, STI	SA	5
28	Oracle Apex	Ferramenta tipo RAD (<i>Rapid Application Development</i>) para desenvolvimento de aplicações web centradas em banco de dados Oracle.	STI	STI	2
29	Java J2EE + Spring MVC + Maven + AngularJS + Hibernate	Suíte de <i>frameworks</i> Java e Javascript para o desenvolvimento de aplicações corporativas em ambiente Web.	STI	STI	2
30	Glassfish	Servidor de aplicações Java	STI	STI	4
31	Diárias e Passagens	Módulo Integra para automação de cálculos de diárias e registros de passagens emitidas no âmbito da ESMPU.	STI	SEDUC	4
32	Redmine	Aplicativo para gerenciamento de projetos de desenvolvimento baseados em Scrum.	STI	STI	2

Siglas:

1. ASCOM - Assessoria de Comunicação Social,
2. SA - Secretaria de Administração,
3. SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Projetos,
4. SEDUC - Secretaria de Infraestrutura e Logística Educacional,
5. STI - Secretaria de Tecnologia da Informação,
6. STIC/PGR - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Procuradoria-Geral da República,
7. SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados,
8. TRF4 - Tribunal Regional Federal – 4ª Região.

Quadro 12 - Nível de Criticidade Sistemas STI

Nível de Criticidade	Descrição do impacto na ESMPU
1	Sistema não interfere na qualidade e segurança dos serviços prestados pela escola.
2	Sistema pode interferir na qualidade e segurança dos serviços prestados pela escola.
3	Sistema contribui, mas não determina exposição a risco. Se inoperante, interfere na qualidade ou segurança dos serviços prestados pela escola.
4	Sistema determina exposição a risco. Se inoperante, impacta a qualidade ou segurança dos serviços prestados pela escola.
5	Se inoperante, sistema inviabiliza o funcionamento da escola.

Observação: adaptado pela STI a partir dos níveis de criticidade empregados na classificação de projetos de TI.

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

A ESMPU instituiu o Comitê de Tecnologia da Informação por meio da Portaria nº 118, de 14 de outubro de 2015. A primeira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) ocorreu em 10 de novembro de 2015, ocasião em que foram discutidos temas relacionados à Estratégia de Tecnologia da Informação, Indicadores de TI e Políticas de Tecnologia da Informação. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) apresentou ao CTI uma proposta da Estratégia de Tecnologia da Informação. O posterior desdobramento no Plano Diretor de Tecnologia da Informação estava previsto para ocorrer durante o primeiro semestre de 2016, mas houve a necessidade de reorganização do processo decisório de avaliação e priorização de projetos.

O CTI reuniu-se nos dias 07 e 29/03/2016, 18/05/2016 e 13/06/2016, ocasiões em que foram discutidas estratégias de TI como também o conhecimento, análise e priorização de projetos de TI, projetos esses decorrentes das diversas áreas da ESMPU. Ao final desse trabalho foram aprovados projetos prioritários com equipes formalmente designadas, conforme Portarias ESMPU de nº 81 a 84/2016, cujos projetos seguem detalhados no item 3.1 Projetos em Andamento

Ante ao exposto, ficou acertado que a proposta de um Plano de Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) será apresentado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e voltará a pauta do CTI a partir do mês de fevereiro de 2017.

O PDTI relaciona projetos, investimentos e treinamentos voltados para a equipe técnica de TI. As ações de treinamento do pessoal de TI são lançadas no PDTI a partir do documento denominado Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT. Por meio da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP), a Secretaria de Administração (SA) faz a gestão das necessidades de treinamento, participa do processo de contratação dos treinamentos que foram priorizados e autorizados, acompanha a execução do treinamento, instrui o processo de pagamento do treinamento e procede averbação do mesmo nos assentamentos funcionais dos servidores. Os treinamentos em tela são decorrentes de necessidades identificadas em todas as áreas que compõem a ESMPU, inclusive a área de TI.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A ESMPU, atenta as mais atuais discussões sobre gestão ambiental e sustentabilidade, tem reforçado o seu compromisso com a sustentabilidade e procurado implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta. Diante desse compromisso, a Escola fez incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 – 2019) a meta específica “Implantar ações de sustentabilidade organizacional”, dentro do Critério Sociedade.

Em atenção a esta meta a ESMPU promoveu, em 2016, o projeto de Sustentabilidade Organizacional, que implementou diversas ações voltadas para promover o uso racional dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na execução de suas atividades. O projeto teve ótima adesão dos servidores, estagiários e terceirizados, e cumpriu 100% das atividades propostas em seu plano de projeto. Dentre as atividades do Projeto de Sustentabilidade, destacam-se:

- A adesão da Escola a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), inclusive com participação no VI Fórum A3P;
- Promoção de Curso sobre Coleta Seletiva;
- Promoção da separação dos resíduos sólidos recicláveis e destinação destes a cooperativas de catadores;
- Aprovação e Publicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Criação da Comissão gestora do Plano de Logística Sustentável; e
- Aprovação e publicação do Plano de Logística Sustentável.

Ainda por meio da execução do Projeto de Sustentabilidade Organizacional a Escola promoveu várias outras atividades nas áreas de energia elétrica, água, sensibilização e capacitação, sempre em consonância com os temas propostos pela A3P. É perceptível o impacto das ações no comportamento de todos os colaboradores do órgão, trazendo sempre à pauta questões sobre a utilização de matérias sustentáveis, o uso consciente dos recursos naturais e reutilização de resíduos.

Também no exercício de 2016, iniciou-se a utilização de indicadores de desempenho para acompanhar a evolução do consumo de diversos recursos, como água, energia elétrica, papel, água mineral e copos descartáveis. Bem como da destinação para reciclagem de papelão, papel, plástico e lâmpadas fluorescentes. As informações coletadas por esses indicadores são compartilhadas com o Ministério do Meio Ambiente – MMA através da plataforma RESSOA.

A ESMPU trabalha no sentido de que no exercício de 2017 se tenha dados suficientes para compor uma base de comparação do impacto das medidas no consumo matérias e reciclagem de resíduos.

Os documentos correlatos à Sustentabilidade organizacional da Escola podem ser acessados pelo link: <http://escola.mpu.mp.br/sustentabilidade> .

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em 2016 a ESMPU iniciou o projeto de “Compras e Contratações Sustentáveis”, cujo objetivo é definir ações e estabelecer critérios a serem adotados nos processos de aquisição e contratação de produtos e serviços, a fim de que se priorize, dentro das normas legais, os fornecedores de produtos e os prestadores de serviços que favorecem, em seus processos produtivos, a sustentabilidade ambiental e/ou social, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos, ao mesmo tempo em que resultem em economia para a administração pública. Esses critérios, em conformidade com as normas legais vigentes, serão inseridos gradativamente observando-se a oferta dos produtos/serviços sustentáveis no mercado. Um dos principais objetivos do projeto é que nos termos de referência, nos projetos básicos e executivos, nos editais de licitação, nas ações relativas aos processos de compra/contratação (pesquisa de preços, propostas de dispensa, etc) e nos contratos de compras e serviços sempre estejam presentes critérios de sustentabilidade.

O Projeto tem previsão para implantação integral no ano de 2017 e vai ao encontro das legislações atuais que visam promover a sustentabilidade, como a Lei nº 10.257/2001; a Lei nº 12.187/2009; a Lei nº 12.305/2010; a Lei nº 12.349/2010; o Decreto nº 7.404/2010; o Decreto nº 7.746/2012; das Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG); e da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG.

Paralelamente a implantação do projeto compras sustentáveis, a ESMPU participou do sistema de compras e contratações compartilhadas, que, dentre outras vantagens, colabora para a sustentabilidade, pois, através de economia de escala, consegue obter melhores preços no mercado, por meio de compras mais volumosas, ao mesmo tempo em que se diminuí os gastos com processos de licitações para cada órgão.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Assessoria de Comunicação (Ascom) tem como atividade principal a realização da comunicação externa e interna da ESMPU. Ela atua para dar publicidade às atividades-fim da instituição (atividades acadêmicas e editora), contribuindo para projetar a imagem do órgão como modelo de referência entre as Escolas de Governo.

No âmbito da comunicação externa, o trabalho do setor é informar o público-alvo (membros e servidores do MPU) e a sociedade sobre os serviços prestados pela instituição. Tendo em vista que uma das principais funções da ESMPU é a realização de atividades de capacitação para membros e servidores, a Ascom se comunica com esse público de forma direta (envio de notícias/*releases* via *e-mails*, grupo privado no *Facebook* para membros e servidores e mensagens no *WhatsApp* – apenas para membros) e pelo *site* da instituição. As informações ainda são enviadas para as Assessorias de Comunicação dos órgãos ligados ao MPU.

Já a comunicação interna atua perante os colaboradores da própria ESMPU (servidores, estagiários e terceirizados). Atualmente ela é realizada por meio da divulgação de notícias internas, notas e comunicados por *e-mail* e publicação na Intranet.

Além dessas funções, a Ascom é responsável pela gestão do Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br/>) e da Intranet, pela atualização do Portal da Transparência, pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), pela cobertura de eventos e pela produção de conteúdo (em texto, áudio e vídeo).

Modernização

Em 2016, a ESMPU, por meio da Ascom, buscou realizar projetos para aperfeiçoar a comunicação da instituição com a sociedade e seus públicos. Em março, foi lançado o boletim semanal “**ESMPU Informa**”, enviado as segundas-feiras para os e-mails de todos os membros e servidores. O informativo apresenta um consolidado de todos os cursos com inscrições abertas; *links* de acesso para os principais serviços oferecidos pela Escola (inscrições, plataforma de educação a distância, calendário letivo e a publicação *Boletim Científico*); e notícias sobre outras atividades desenvolvidas pela instituição (ILUSTRAÇÃO XX).

Em julho, começou a ser desenvolvido o **novo Portal da ESMPU**, com layout moderno que potencializa a atividade-fim da instituição (prestação de serviços educacionais), a navegabilidade acessível e a arquitetura responsiva (adaptável a todos os dispositivos móveis). A previsão é que o novo *site* entre no ar em abril.

5.1 Canais de acesso do cidadão

A ESMPU também tem buscado ampliar o contato com a sociedade, realizando atividades de extensão (como seminários, congressos, colóquios e simpósios) e produzindo conteúdos (vídeos, entrevistas, artigos). Essas ações de interesse coletivo são noticiadas no site e nos perfis do Facebook, Twitter e YouTube.

Em 2016, a Escola ampliou seu canal de comunicação com a sociedade e inaugurou perfil na nova rede social Medium (<https://medium.com/@esmpu>) para estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo por meio de artigos de opinião. Ao longo do ano, foram publicados seis artigos de membros do MPU sobre temas de interesse público, como independência funcional e o modelo harmônico do Ministério Público brasileiro; abusos e exploração sexuais em missões de paz; violações sofridas pelas mulheres na

ditadura brasileira; ação penal pública; crise e precarização das relações de trabalho; e colaboração premiada (TABELA 1).

Quadro 13 - Artigos de Opinião Publicados No Perfil Da Esmpu no Medium Em 2016

TÍTULO	AUTOR
Colaboração Premiada: instituto legítimo, legal e essencial ao processo penal brasileiro	Douglas Fischer, Procurador Regional da República
Crise não pode ser desculpa para precarização das relações de trabalho	Sandra Lia Simón, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Diretora-Geral Adjunta ESMPU
A ação penal pública precisa considerar o lado social dos envolvidos	Antonio Henrique Graciano Suxberger, Promotor de Justiça do Distrito Federal
As feridas abertas das violações sofridas pelas mulheres na ditadura brasileira	Inês Virgínia Prado Soares, Procuradora Regional da República, e Lucia Elena Arantes Ferreira Bastos, Advogada.
Tolerância zero contra abusos e exploração sexuais em missões de paz	Najla Nassif Palma, Promotora de Justiça Militar
A independência funcional e o modelo harmônico do Ministério Público brasileiro	Maurício Correia de Mello, Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho

No ano passado, foi dada continuidade à produção de Videoaulas sobre temas jurídicos, com a participação de membros e servidores do MPU, e à divulgação no canal da ESMPU no YouTube (www.youtube.com/escolampu). No total, foram disponibilizadas dez Videoaulas em 2016 (TABELA 2).

Quadro 14 – Vídeo-aulas Divulgadas em 2016

TÍTULO	INSTRUTOR
Controle externo da atividade policial	Roberto Antônio Dassié Diana, Procurador da República
O assédio moral em suas várias formas	Ricardo Garcia, Procurador do Trabalho
Transformações do Direito Administrativo	Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República
Direito Eleitoral	Silvana Batini, Procuradora Regional da República
Processo Penal	Paula Bajer, Procuradora Regional da República
O migrante: seu trabalho e seus direitos	Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Procuradora do Trabalho
Regime jurídico do concurso público	Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Procurador da República
Trabalho portuário e o novo marco regulatório	Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, Procurador do Trabalho
Estrutura Analítica do Projeto	Weskley Rodrigues, Secretário de Gestão Estratégica do CNMP
Novo Código de Processo Civil	Sandoval Alves da Silva, Procurador do Trabalho

Também foi retomado o programa de entrevistas “Espaço Debate”, publicado no YouTube e no Facebook. Criado em 2015, o programa aborda a cada edição um tema da agenda nacional. O

objetivo é discutir os assuntos em pauta na sociedade sob a perspectiva do MPU. Em 2016, foram divulgadas seis entrevistas (TABELA 3).

Quadro 15 - Edições Do Programa “Espaço Debate” Divulgadas Em 2016

TEMA	ENTREVISTADO
Os desafios da mulher no século XXI	Ela Wiecko, Vice-Procuradora-Geral da República
Sistema Penal Brasileiro	Antônio Suxberger, Promotor de Justiça do Distrito Federal
A política e as instituições democráticas brasileiras	Roberto Gurgel, Ex-Procurador-Geral da República
Reforma da Previdência	Zélia Pierdoná, Procuradora Regional da República
Reforma Trabalhista	Sandra Lia Simón, Subprocuradora-Geral do Trabalho
A cultura do estupro	Danielle Martins Silva, Promotora de Justiça do Distrito Federal

Ainda em 2016, a Ascom produziu o vídeo sobre o Lixão da Estrutural do Distrito Federal, a partir da visita de um grupo de membros do MPT ao local, publicado no YouTube e no Facebook; e gravou cinco outros vídeos curtos para a série “Você Sabia?” (TABELA 4) sobre temas de interesse público para serem disponibilizados no YouTube e no Facebook.

Quadro 16 - vídeos da série “Você Sabia?” publicados em 2016

TEMA	AUTOR
Impacto ambiental dos agrotóxicos	Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho
Eleições Municipais 2016	Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República
Franquia para banda larga fixa	Subprocurador-Geral da República José Elaeres Marques
Lei de Cotas para Deficientes	Sofia Vilela, Procuradora do Trabalho
Migrações e Trabalho	Glória Moreno-Fontes Chammartin, especialista em migração laboral da OIT

Relatório de atividades

Ao longo de 2016, a equipe da Ascom foi responsável pela produção de 1.164 produtos (TABELA 5 e GRÁFICO 1), divididos entre atualização da Intranet e do site, boletim “ESMPU Informa”, cobertura de evento, edição de fotos, produção do programa “Espaço Debate”, ilustração, material gráfico, notícia interna, Portal da Transparência, releases/notícias, serviço interno e gravação e edição de vídeos. Nessa coleta de dados não foram incluídas as publicações em mídias sociais (Facebook, Twitter, Youtube, Medium) e atendimentos realizados pelo SIC.

As atividades elencadas, também podem ser subdivididas entre produtos direcionados a membros e servidores e produtos direcionados à sociedade em geral.

- Produtos direcionados a membros e servidores:

- ✓ Publicação de notícias/*releases* no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>);
- ✓ Envio de informações para os *e-mails* dos membros;
- ✓ Produção do boletim semanal “**ESMPU Informa**”;
- ✓ Envio de notícias/*releases* para as Assessorias de Comunicação dos órgãos do MPU;
- ✓ Envio de mensagens via *WhatsApp* para membros dos quatro ramos do MPU;
- ✓ Publicação no grupo privado no *Facebook* (membros e servidores do MPU).

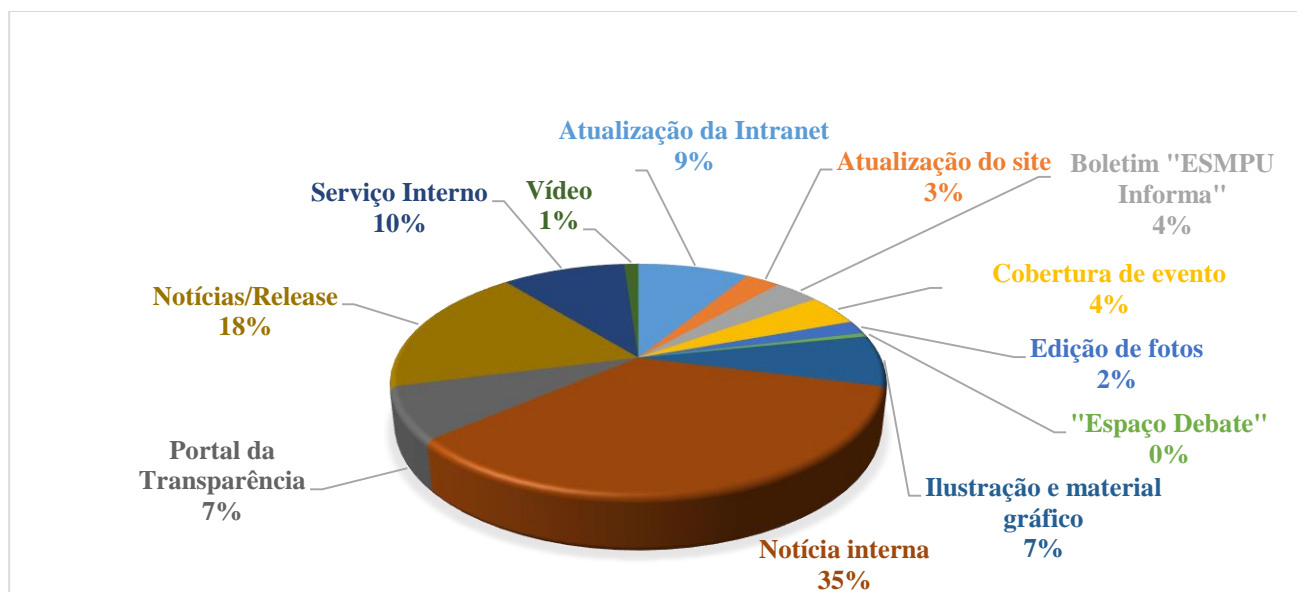
▪ Produtos direcionados à sociedade em geral:

- ✓ Publicação de notícias no Portal da ESMPU (<http://escola.mpu.mp.br>);
- ✓ Produção do programa de entrevista “Espaço Debate”;
- ✓ Publicação em redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube);
- ✓ Divulgação de **Videoaulas**;
- ✓ Divulgação de vídeos curtos para a série “**Você Sabia?**”;
- ✓ Publicação de artigos de opinião de membros do MPU na rede social *Medium*.

Quadro 17 - PRODUÇÃO ASCOM 2016

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atualização da Intranet	102
Atualização do <i>site</i>	32
Boletim “ESMPU Informa”	42
Cobertura de evento	50
Edição de fotos	22
“Espaço Debate”	6
Ilustração e material gráfico	83
Notícia interna	405
Portal da Transparência	85
Notícias/ <i>Release</i>	211
Serviço Interno	113
Vídeo	13
Total	1164

Gráfico 6- Produção ASCOM 2016



5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Pelo fato de a principal competência da ESMPU ser a capacitação de membros e servidores do MPU, a instituição não possui *Carta de Serviços ao Cidadão*.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A fim de mensurar a efetividade dos canais de comunicação e divulgação perante o público-alvo prioritário dos serviços oferecidos pela ESMPU (membros e servidores), foi criada uma enquete *online* na plataforma de inscrições a ser respondida por todos aqueles que se cadastram nas atividades acadêmicas da Escola.

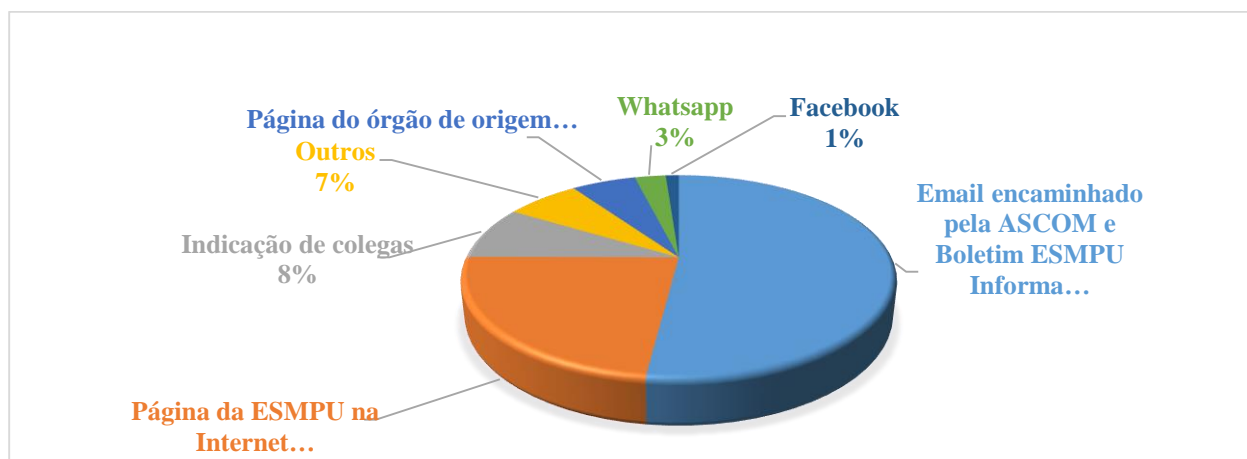
De acordo com dados consultados em 13 de dezembro de 2016, 52% das pessoas que se inscreveram em alguma atividade acadêmica na ESMPU obtiveram a informação sobre o curso pelos *e-mails* enviados e pelo boletim “**ESMPU Informa**”. (TABELA 6 e GRÁFICO 2)

Quadro 18 - Enquete: Como Ficou Sabendo Do Curso?

ITEM	RESPOSTAS
Email encaminhado pela ASCOM e Boletim ESMPU Informa	6249
Página da ESMPU na Internet	2773
Indicação de colegas	1020
Outros	800
Página do órgão de origem	695
Whatsapp	335

Facebook	141
Total	12013

Gráfico 7 - Enquete: Como você ficou sabendo do curso?



5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Ascom é responsável por administrar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Por meio do “Atendimento ao Cidadão”, disponível no Portal da ESMPU, acessível ao clicar no link “Fale Conosco”, o interessado preenche um formulário e envia uma mensagem com sua dúvida. Ao chegar a mensagem na caixa de e-mail do SIC (SIC@escola.mpu.mp.br), a Ascom encaminha a demanda para a área responsável. Ao longo do ano de 2016, a ESMPU recebeu 76 manifestações dos cidadãos.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A ESMPU tem trabalho no sentido de cada vez mais garantir a acessibilidade às suas dependências e aos seus serviços. Nessa esteira, em 2016, desenvolveu diversas ações, em conjunto com a Procuradoria da República no DF, para adaptar o ambiente físico de suas instalações, dentre as quais podemos destacar:

- Sinalização tátil de identificação das salas;
- Mapas táteis dos pavimentos;
- Sinalização de dispositivos de prevenção e combate a incêndio;
- Sinalização de rota de fuga em caso de emergência;
- Substituição de mobiliário para a sala de reuniões, recepções e bibliotecas, de modo a garantir o cumprimento das normas de acessibilidade;
- Substituição de elevador por elevador acessível;
- Instalação de Software de leitura para deficientes visuais nos computadores da biblioteca;
- Instalação de teclados adaptados em braille em computadores da biblioteca e no laboratório de informática;

No mesmo sentido a Escola tem se preparado para atender ao público que necessite de atenção especial. O ambiente virtual e os conteúdos das atividades em formato de Educação à Distância - EAD são adaptados para que softwares leitores. Além disso, no momento da inscrição nas atividades o interessado, se desejar, pode indicar sua limitação e solicitar acompanhamento especial, tanto para as atividades presenciais (a ESMPU conta com contrato que cobre a disponibilização de acompanhante, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais) quanto para atividade EAD.

Com essas ações a ESMPU procura garantir a acessibilidade a seus produtos, serviços e instalações.

Figura 1 - ESMPU Informa nº 39, de 19 de dezembro de 2016

Informativo nº 39, 19 de dezembro de 2016

Atividades com inscrições abertas

Master of Laws (LL.M.)
Inscrição: até 06/02, às 12h
Data/local: 18/05/2016 a 18/05/2017, Syracuse (NY/EUA)
Público-alvo: membros do MPU

Equidade e transversalização de gênero e raça em instituições do sistema de justiça: abordagens teórico-metodológicas e estudos práticos
Inscrição: até 06/02, às 12h
Data/local: 14 a 16/03, em Brasília
Público-alvo: membros do MPF

Instrução de ações civis públicas do MPT - questões práticas
Inscrição: até 16/01, às 12h
Data/local: 21 a 23/02, em Brasília
Público-alvo: membros do MPT


Riscos psicossociais do trabalho e a defesa da saúde mental do trabalhador
Inscrição: até 16/01, às 12h
Data/local: 14/ a 16/02, em Brasília
Público-alvo: membros do MPT

Tribunal do Júri: uma experiência
Inscrição: até 10/01, às 12h
Data/local: 1º a 03/02, em Brasília
Público-alvo: membros do MPDFT e MPF

Gerenciamento de Projetos na Administração Pública (EAD)
Inscrição: até 20/01, às 12h
Data: 20/02 a 05/04
Público-alvo: servidores do MPU

Lei de Responsabilidade Fiscal (EAD)
Inscrição: até 20/01, às 12h
Data: 15/02 a 31/03
Público-alvo: servidores do MPU

Diretor-geral da ESMPU apresenta balanço da gestão 2016



O diretor-geral da ESMPU, Carlos Henrique Martins Lima, apresentou aos servidores balanço da gestão da instituição deste ano. Entre os destaques, citou o credenciamento perante o Ministério da Educação (MEC) dos cursos de pós-graduação lato sensu pelo prazo de dez anos e a convalidação das especializações oferecidos anteriormente e a implementação do novo modelo de trabalho desenvolvido por meio de projetos.

Na avaliação de Carlos Henrique, 2016 foi um ano de muitos desafios políticos e econômicos para o país, mas também de muito crescimento institucional. “Sem dúvida, esses dois momentos trarão consequências bastante significativas e positivas nos anos que se seguirão, tanto na qualidade dos serviços oferecidos quanto na própria rotina de trabalho”, ressaltou.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração o de ativos e passivos

A Escola Superior do Ministério Público da União obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações), do Manual SIAFI.

Em cumprimento ao disposto nos normativos supracitados e na Orientação Contábil nº 50/2010, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, foi realizada a depreciação dos bens móveis registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, observando os prazos de vida útil econômica do ativo e de valor residual, por conta contábil, definidos na referida Macrofunção.

Por sua vez, a depreciação dos bens imóveis da UPC, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, foi registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Quanto ao cálculo da amortização de ativo imobilizado e intangível, informamos que será utilizado o método das cotas constantes, observando-se a vigência contratual. Portanto, não foram amortizadas as aquisições de licenças de uso de software com vida útil indefinida, ou seja, que não possuem prazo contratual, em observância ao estabelecido no MCASP e na Orientação Contábil nº 20/2015, da AUDIN-MPU.

As avaliações e mensurações das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, do imobilizado e do intangível, foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC T 16.10 e no MCASP, em especial, na Parte II (tópico 4 - Mensuração de Ativos e Passivos).

Em relação ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício de 2016, destacamos as seguintes variações patrimoniais e seus respectivos valores:

Tabela 24 - Variação Patrimonial Diminutiva

<i>Variação Patrimonial Diminutiva</i>	<i>Valor R\$</i>
Depreciação de Bens Móveis	593.908,36
Depreciação de Bens Imóveis	28.260,70
Total	622.169,06


6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A unidade não possui sistemática para apuração de custos

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Segundo as normas de regência da matéria, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, (art. 101 da Lei nº 4.320/64 e Portaria STN nº 438/2012)

6.3.1 Balanço Orçamentário

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL				
TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual EMISSÃO 26/01/2017 VALORES EM UNIDADES DE REAL				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-

Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-

Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT				24.824.001,84		24.824.001,84
TOTAL	-	-	-	24.824.001,84		24.824.001,84
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-	-
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	21.373.011,00	23.718.149,00	23.197.186,51	21.697.846,00	21.697.846,00	520.962,49
Pessoal e Encargos Sociais	2.170.813,00	8.150.813,00	7.667.830,22	7.528.279,48	7.528.279,48	482.982,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.202.198,00	15.567.336,00	15.529.356,29	14.169.566,52	14.169.566,52	37.979,71
DESPESAS DE CAPITAL	703.440,00	2.238.302,00	1.626.815,33	211.694,34	211.694,34	611.486,67
Investimentos	703.440,00	2.238.302,00	1.626.815,33	211.694,34	211.694,34	611.486,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.076.451,00	25.956.451,00	24.824.001,84	21.909.540,34	21.909.540,34	1.132.449,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	22.076.451,00	25.956.451,00	24.824.001,84	21.909.540,34	21.909.540,34	1.132.449,16
TOTAL	22.076.451,00	25.956.451,00	24.824.001,84	21.909.540,34	21.909.540,34	1.132.449,16


ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	321.598,66	1.714.049,31	1.115.229,35	1.115.229,35	582.760,38	337.658,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	41.730,20	15.382,58	15.382,58	-	26.347,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	321.598,66	1.672.319,11	1.099.846,77	1.099.846,77	582.760,38	311.310,62
DESPESAS DE CAPITAL	-	509.803,09	474.887,78	474.887,78	34.915,31	-
Investimentos	-	509.803,09	474.887,78	474.887,78	34.915,31	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	321.598,66	2.223.852,40	1.590.117,13	1.590.117,13	617.675,69	337.658,24

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	53.557,44	-	-	-	53.557,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	53.557,44	-	-	-	53.557,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	53.557,44	-	-	-	53.557,44

6.3.2 Balanço Financeiro

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL					
TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual EMISSÃO 26/01/2017 VALORES EM UNIDADES DE REAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	24.824.001,84	19.898.468,74
Ordinárias	-	-	Ordinárias	24.824.001,84	19.888.370,74
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	10.098,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	10.098,00
Transferências Financeiras Recebidas	24.322.198,10	20.393.403,85	Transferências Financeiras Concedidas	8.399,10	3.967,48
Resultantes da Execução Orçamentária	24.321.264,15	20.393.240,30	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	24.321.264,15	20.393.240,30	Independentes da Execução Orçamentária	8.399,10	3.967,48
Independentes da Execução Orçamentária	933,95	163,55	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.399,10	3.967,48
Movimentação de Saldos Patrimoniais	933,95	163,55	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	3.148.694,60	2.269.810,27	Despesas Extraorçamentárias	1.810.834,79	1.755.191,60
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.914.461,50	2.223.852,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.590.117,13	1.728.687,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	220.717,66	26.503,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	220.717,66	26.503,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.515,44	19.453,97	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	13.515,44	19.453,97			
Saldo do Exercício Anterior	3.906.289,59	2.900.703,29	Saldo para o Exercício Seguinte	4.733.946,56	3.906.289,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.906.289,59	2.900.703,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.733.946,56	3.906.289,59
TOTAL	31.377.182,29	25.563.917,41	TOTAL	31.377.182,29	25.563.917,41

6.3.3 Balanço Patrimonial


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	#####	#####	PASSIVO CIRCULANTE	53.557,44	#####
Caixa e Equivalentes de Caixa	#####	#####	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.192,62	4.134,72	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	219.288,61	247.576,05	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	53.557,44	#####
ATIVO NAO CIRCULANTE	#####	#####	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	53.557,44	#####
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	#####	#####			
Bens Móveis	3.377.973,71	5.098.437,87			

Bens Móveis	5.845.409,42	6.508.598,13	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.467.435,71	-1.410.160,26	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	#####	#####
Bens Imóveis	17.720.524,68	17.748.785,38	Resultado do Exercício	2.033.183,79	2.279.913,91
Bens Imóveis	17.749.516,32	17.749.516,32	Resultados de Exercícios Anteriores	26.160.776,89	23.874.604,09
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-28.991,64	-730,94	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.585.358,57	6.258,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	607.233,37	480.826,13	TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	#####	#####
Softwares	607.233,37	480.826,13			
Softwares	607.233,37	480.826,13			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	#####	#####	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	#####	#####

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	#####	#####	PASSIVO FINANCEIRO	#####	#####
ATIVO PERMANENTE	#####	#####	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	#####	#####

Quadro de Compensações

ATIVO	PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.368.354,56	655.816,53
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.368.354,56	655.816,53
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.368.354,56	655.816,53
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.368.354,56	655.816,53

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.366.653,41
Recursos Vinculados	61.615,97
Seguridade Social (Exceto RGPS)	20.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	41.615,97
TOTAL	1.428.269,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO
 ORGÃO SUPERIOR 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 26/01/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	4.956.427,79	4.158.000,36	PASSIVO CIRCULANTE	53.557,44	1.325.272,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.733.946,56	3.906.289,59	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.192,62	4.134,72	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	219.288,61	247.576,05	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-

TOTAL DO ATIVO		26.662.159,55	27.486.049,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.662.159,55	27.486.049,74
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015
ATIVO FINANCEIRO		4.733.946,56	3.906.289,59	PASSIVO FINANCEIRO		3.305.677,18	3.870.723,91
ATIVO PERMANENTE		21.928.212,99	23.579.760,15	PASSIVO PERMANENTE		-	-
				SALDO PATRIMONIAL		23.356.482,37	23.615.325,83
Quadro de Compensações							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.368.354,56	655.816,53		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.368.354,56	655.816,53		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-		
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.368.354,56	655.816,53		
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-		
TOTAL	-	-	TOTAL	1.368.354,56	655.816,53		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL							
DESTINAÇÃO DE RECURSOS				SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
Recursos Ordinários				1.366.653,41			
Recursos Vinculados				61.615,97			
Seguridade Social (Exceto RGPS)				20.000,00			
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas				41.615,97			
TOTAL				1.428.269,38			


6.3.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO	
ORGÃO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	
EXERCÍCIO	2016	
PERÍODO	Anual	
EMIÇÃO	26/01/2017	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.514.239,09	2.920.649,35
INGRESSOS	24.556.431,20	20.439.361,72
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	24.556.431,20	20.439.361,72
Ingressos Extraorçamentários	220.717,66	26.503,90
Transferências Financeiras Recebidas	24.322.198,10	20.393.403,85
Arrecadação de Outra Unidade	13.515,44	19.453,97
DESEMBOLSOS	-23.042.192,11	-17.518.712,37
Pessoal e Demais Despesas	-21.804.376,92	-17.028.293,30

Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-21.804.376,92	-17.028.293,30
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.008.698,43	-459.947,69
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.008.698,43	-459.947,69
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-229.116,76	-30.471,38
Dispêndios Extraorçamentários	-220.717,66	-26.503,90
Transferências Financeiras Concedidas	-8.399,10	-3.967,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-686.582,12	-1.915.063,05
INGRESSOS	-	-

Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-686.582,12	-1.915.063,05
Aquisição de Ativo Não Circulante	-560.174,88	-1.524.062,67
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-126.407,24	-391.000,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	827.656,97	1.005.586,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.906.289,59	2.900.703,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.733.946,56	3.906.289,59

6.3.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL		
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	200234 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO	
ORGÃO SUPERIOR	34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	
EXERCÍCIO	2016	
PERÍODO	Anual	
EMIÇÃO	26/01/2017	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.735.416,93	21.737.091,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	251,00	153,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	251,00	153,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	24.322.468,10	20.393.403,85

Transferências Intragovernamentais	24.322.198,10	20.393.403,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	270,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.399.433,39	1.324.233,86
Reavaliação de Ativos	-	541.216,64
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	127.717,98	229.839,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.271.715,41	553.177,42
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.264,44	19.300,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.264,44	19.300,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23.702.233,14	19.457.177,77
Pessoal e Encargos	8.148.284,41	3.660.552,70
Remuneração a Pessoal	6.538.621,75	2.821.392,89
Encargos Patronais	1.001.847,69	428.476,35
Benefícios a Pessoal	592.979,57	277.751,85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	14.835,40	132.931,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	591,32	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	591,32	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.385.609,01	14.423.813,02
Uso de Material de Consumo	328.962,58	566.712,47
Serviços	14.434.477,37	13.360.752,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	622.169,06	496.348,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-

Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	119.619,00	3.967,48
Transferências Intragovernamentais	8.399,10	3.967,48
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	111.219,90	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	925,17	1.271.974,21
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	220,00
Incorporação de Passivos	-	1.271.715,41
Desincorporação de Ativos	925,17	38,80
Tributárias	21.189,77	24.959,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	724,74	855,04
Contribuições	20.465,03	24.104,04
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.014,46	71.911,28
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	26.014,46	71.911,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.033.183,79	2.279.913,91

VARIAÇÕES
 PATRIMONIAIS
 QUALITATIVAS

2016

2015

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016 não houve recomendações do TCU para esta UPC.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2016, a Auditoria Interna do Ministério Público da União – AUDIN/MPU, realizou, entre os dias 13 e 17 de junho, trabalhos de auditoria nas dependências da ESMPU. Da análise dos dados e informações levantadas originou-se o Relatório de Auditoria nº 7, de 4 de novembro de 2016.

Em atenção ao citado relatório, que apontou alguns achados de auditoria, a Escola encaminhou ofício à unidade de auditoria interna com as devidas justificativas, as quais foram consideradas satisfatórias depois de análise pela equipe de auditoria.

As Informações que sobre os trabalhos de auditoria constam na Nota de Auditoria SEAD/AUDIN-MPU nº 1/2017, que pode ser acessada no site www.auditoria.mpu.mp.br

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário

No exercício de 2016 não foram identificadas ocorrências que tenham causado danos ao Erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC condiciona seus pagamentos à entrega dos bens e/ou serviços de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecido em cada contrato firmado entre esta e seus fornecedores.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não se aplica a esta UPC.

7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Não se aplica a esta UPC.

8 ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Relatório de Acompanhamento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019.

9 PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Relatório da atuação da auditoria interna do MPU no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União consta em documento à parte que segue anexado a este relatório principal.

10 ROL DE RESPONSÁVEIS

Conforme Orientações do Tribunal de Contas da União, os dados do Rol dos Responsáveis serão inseridos diretamente no Sistema E-Contas.

11 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

A ESMPU não conta com área própria de correição. Contudo, como órgão integrante do Ministério Público da União, está dentro do âmbito de atuação do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo inclusive, conforme relatado no item 3.3 deste relatório, sido objeto de Inspeção pela Corregedoria do CNMP durante o ano de 2016, no entanto até o fechamento dessa versão não havia versão final do citado Relatório de Inspeção.

12 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

12.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, **EDMILSON MARTINS DE ALCANTARA**, CPF nº **145.764.811-34**, **Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Compras e Contratos**, exercido na **Secretaria de Administração** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2017

Edmilson Martins de Alcantara

CPF: 145.764.811-34

Chefe da Divisão de Compras e Contratos
Cargo em Comissão/Escola Superior do Ministério Público da União

12.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

DECLARO junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2017.

Cristiane Maria Schulz Hashimoto
CPF: 954.287.479-00
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas
Escola Superior do Ministério Público

12.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

DECLARO junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, obrigados pela Lei nº 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas e/ou formulário de autorização para que o TCU tenha acesso aos dados de bens e rendas junto a esta Divisão de Gestão de Pessoas, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2017.

Cristiane Maria Schulz Hashimoto
CPF: 954.287.479-00
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas
Escola Superior do Ministério Público

12.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO

DECLARO junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no STOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2017.

Joaquim Paula Dos Santos
CPF: 578.671.511-68
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças
Escola Superior do Ministério Público.

12.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A conformidade contábil da unidade gestora executora 200234 (Escola Superior Ministério Público da União) foi realizada pela Setorial Contábil do Ministério Público da União (unidade gestora 200101 – Auditoria Interna do MPU), observando os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, o plano de contas da União, a conformidade dos registros de gestão da unidade gestora e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, cumpre informar que os servidores responsáveis pelo registro da conformidade contábil não exerceram funções conflitantes com essa atividade, respeitando o princípio da segregação de função.

Nos demonstrativos abaixo, são evidenciadas as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações (alerta ou ressalva) e a descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de 2016, indicando a justificativa da não regularização.

Demonstrativo da Quantidade de Ocorrências Registradas no SIAFI – 2016

<i>Ocorrência</i>		<i>Quantidade</i>
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTRO DE GESTAO	5
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	2
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	1
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1
Total		9

Demonstrativo de Ocorrência não Sanada – 2016

<i>Código Ocorrência</i>	<i>Motivação</i>	<i>Justificativa da Unidade Gestora</i>
315	CONFIRMAÇÃO DO REGISTRO DE RESTRIÇÃO NA CONFORMIDADE DE GESTÃO, NOS DIAS 02, 12 E 27/12/16.	<p>AUSÊNCIA DE REGISTRO: RESTRIÇÃO 921 REGISTRADA EM 02/12/16 - CONSTATADA DIVERGÊNCIA ENTRE OS SALDOS, REGISTRADOS NO SIAFI, DA CONTA CONTÁBIL 1.2.3.1.1.00.00 - BENS MÓVEIS E DA CONTA DE DEPRECIACÃO ACUMULADA E OS SALDOS DAS CONTAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO DA UNIDADE GESTORA. DESTACA-SE QUE O PROBLEMA FOI SANADO E REGULARIZADAS AS CONTAS, CONFORME LANÇAMENTOS REGISTRADOS EM 27/12/2016.</p> <p>RESTRIÇÃO 410 REGISTRADA NO DIA 12/12/16 (NUM. ORIG. 2016DF801279) - ERRO NO PREENCHIMENTO DO CÓDIGO DA RECEITA CONSTATADO APÓS O RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. O DOCUMENTO SERÁ REGULARIZADO QUANDO DO ENVIO DA DIRF/2017.</p> <p>RESTRIÇÃO 900 REGISTRADA NO DIA 27/12/2016 (NUM. ORIG. 2016NS003292) - AUSÊNCIA DE ENCAMINHAMENTO DO RMA DO MÊS DE DEZEMBRO/2016 DENTRO DO PRAZO PARA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DO DIA, EM DECORRÊNCIA DE AJUSTES REALIZADOS NOS RELATÓRIOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO.</p>

12.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			200234
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 (R1), relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora de contas que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	20/01/2017
Contador Responsável	Antônio Pereira de Carvalho	CRC nº	DF-014879/O-5

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESMPU vem aprimorando seus processos internos para que membros e servidores possam atingir o seu máximo como agentes públicos por meio de ações de capacitação como processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais.

Em busca desse aprimoramento, pode-se destacar as seguintes realizações institucionais do ano de 2016:

Credenciamento: A ESMPU recebeu a visita da comissão avaliadora do Ministério da Educação para fins de credenciamento. A instituição recebeu nota 4, em uma pontuação máxima de 5. Após a avaliação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer 655/2016 favorável ao credenciamento da Escola para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu pelo prazo de oito anos e convalidadas as especializações oferecidas anteriormente. O parecer está aguardando homologação.

Gestão de Projetos: Expedida a Resolução CONAD nº 06/2016 que regulamentou a Gestão de Projetos no âmbito da ESMPU, a ser utilizada como um instrumento de planejamento institucional e para padronização de metodologia de trabalho. Foram aprovados os seguintes projetos estratégicos: ESMPU Sem Papel; Novos Portais; Expresso: registro eletrônico de frequência; e Automação do Processo de Emissão de Informes de Rendimentos.

Capacitações: 148 atividades acadêmicas foram realizadas e finalizadas, sendo: 139 cursos presenciais e de EAD, 1 especialização, 6 oficinas, 1 simpósio e 1 palestra. Foram iniciados 2 cursos de ingresso e vitaliciamento (MPT e MPF) e gravadas 10 videoaulas. Essas ações resultaram em aproximadamente 6.550 pessoas capacitadas em 2016.

Aprimoramento didático-pedagógico: Com vistas a aperfeiçoar a Escola para 2017, foram oferecidos em 2016 cursos para orientadores pedagógicos, tutores e capacitadores que atuarão em 2017, obtendo-se como resultado: 62% dos orientadores pedagógicos de 2017 treinados; 28% dos tutores treinados; 44% dos capacitadores treinados.

Pesquisa Científica Aplicada: Reestruturação da Pesquisa Científica Aplicada, a partir das recomendações do Ministério da Educação. Para isso, houve a designação de nova composição para a Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) e abertura de edital para envio de propostas de pesquisa para 2017, que resultaram em 15 projetos enviados. A CDC está desenvolvendo uma nova política institucional para projetos de pesquisa científica.

Publicações: Foram publicadas as seguintes obras em 2016: Boletim Científico nº47, Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil (volumes 1 e 2), O NOVO CPP: propostas para

uma efetiva reforma do Código de Processo Penal, O constitucionalismo brasileiro tardio, Direito Constitucional de Petição, Série Pesquisas ESMPU: A investigação e a persecução penal (tomos 1 e 2).

Fortalecimento Institucional: Foram firmados 5 novos Acordos de Cooperação, totalizando 33 acordos em vigor. Foi desenvolvido e oferecido o Curso “Nossa Escola”, para alinhamento institucional para servidores, estagiários e terceirizados. Foi criada a Comissão de Apoio Psicopedagógico, para implantação do Atendimento Psicopedagógico na ESMPU. Foram realizadas a auditoria interna pela AUDIN/MPU e a primeira inspeção da Corregedoria Nacional do CNMP na ESMPU.

Comunicação Institucional: Nessa seara, buscou-se o aperfeiçoamento da comunicação institucional e da comunicação direcionada a membros e servidores, por meio de 42 edições do boletim semanal “ESMPU Informa” – enviado para todos os membros e servidores do MPU, 6 edições do Programa Espaço Debate, desenvolvimento do Novo portal da ESMPU, elaboração de Vídeo sobre o Lixão da Estrutural, gravação de 4 vídeos com capacitadores das atividades acadêmicas sobre temas específicos.

Melhoria da Infraestrutura: Foram realizadas as reformas dos pavimentos e esquadrias, a substituição dos elevadores, a impermeabilização do pavimento do subsolo e Implementação de painéis eletrônicos no espaço de convivência dos alunos.

Melhoria nos ambientes: Foi realizada a substituição de mobiliário para a sala do Conselho Administrativo, recepções e bibliotecas para cumprimento às normas de acessibilidade; a sinalização de identificação das salas; a sinalização tátil de identificação das salas; a sinalização de dispositivos de prevenção e combate a incêndio; a sinalização de rota de fuga em caso de emergência; e a reorganização do almoxarifado.

Melhorias na tecnologia da informação: Foi instituída a governança em TI, que promoveu a discussão sobre estratégias, políticas e indicadores no âmbito do Comitê de Tecnologia da Informação, a priorização de projetos pelo Comitê de TI: “ESMPU sem Papel”, “Novos Portais”, “Informe de Rendimentos” e “Expresso”. Ademais, foi implantada a nova rede sem fio, desenvolvido sistema para atendimento de discente com deficiência, instalados 42 novos microcomputadores, cinco novos notebooks e 130 novos nobreaks, atualizado o sistema operacional Windows 7 para versão Windows 10; implementado novo contrato de serviços de impressão e contratados 20 certificados digitais.

Gestão Documental: Foram organizadas e disponibilizadas na Intranet todas as portarias produzidas pela ESMPU de 2014 a 2016. Deu-se início ao projeto de Gestão Arquivística de Documentos, sendo o Núcleo de Documentação Acadêmica (NUDAC) o primeiro setor a ter sua

documentação organizada, classificada e avaliada e 90% do acervo arquivístico referente às atividades de Pós-Graduação lato sensu foi tratado seguindo as regras do CONARQ e do MEC.

Sustentabilidade: Foram elaborados o Plano de Logística Sustentável da ESMPU e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em 2016, a ESMPU também aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. Foram realizados o Simpósio “Energia Elétrica e Energias Alternativas”, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, e o Curso EAD “Coleta Seletiva: da teoria à prática”.

Gestão de Pessoas: Foi realizado o curso de saúde financeira e desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento Gerencial: *Workshop Dale Carnegie* sobre a liderança efetiva e o Projeto de Qualidade de Vida: bem-estar e a integração.

Tais realizações foram possíveis devido a boa destinação e priorização do gasto do orçamento destinado à ESMPU, e são apenas parte de macroatividades em realização pela Escola no horizonte temporal de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que em 2019 a possibilitarão alcançar as metas com as quais se comprometeu desde 2015.

**SONIA MARCIA
FERNANDES
AMARAL:3861285215
3**

Assinado de forma digital por SONIA MARCIA
FERNANDES AMARAL:38612852153
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=ARSERPRO, ou=RFB e-CPF A3, cn=SONIA
MARCIA FERNANDES AMARAL:38612852153
Dados: 2017.03.31 15:08:05 -03'00'

Brasília, 30 de março de 2017.

SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL
Secretária de Administração da ESMPU

Aprovo o relatório e determino o seu encaminhamento aos órgãos de controle.

**CARLOS HENRIQUE
MARTINS
LIMA:48841668172**

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE MARTINS LIMA:48841668172
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC
SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla,
ou=Certificado PF A3, cn=CARLOS
HENRIQUE MARTINS LIMA:48841668172
Dados: 2017.04.03 15:31:35 -03'00'

Brasília, 30 de março de 2017.

CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA
Diretor-Geral da ESMPU

Relatório de Acompanhamento da Execução do PDI (2015-2019)

Atualizado em 16/02/2017

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
LIDERANÇA	1 - Capacitar os secretários e as chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional	DIRETORIA GERAL	Escolher os cursos a serem feitos	25	2015 - Documento com as informações de necessidades de treinamento dos servidores da ESMPU 2016 - Aprovado e iniciada a execução do Projeto Capacitação de Gestores – Desenvolvendo Lideranças.	2015 - Documento com as informações de necessidades de treinamento dos servidores da ESMPU 2016 - Primeira capacitação oferecida em novembro de 2016.
			Montar agendas de capacitação	25	2015 - Oferta de cursos de capacitação em diversos temas, para o público interno da ESMPU 2016 - Projeto Capacitação de Gestores – Desenvolvendo Lideranças em execução.	Cerca de 115 servidores capacitados em temas diversos. Contudo, não foram realizados cursos diretamente relacionados ao tema liderança. Deverá ser objeto de projeto em 2016. 2016 - Projeto Capacitação de Gestores – Desenvolvendo Lideranças em execução.
			Elaborar e aplicar o cronograma de treinamento	25	2016 - Projeto Capacitação de Gestores – Desenvolvendo Lideranças em execução.	2016 - Projeto Capacitação de Gestores – Desenvolvendo Lideranças em execução.
			Aplicar avaliação de impacto	0	2016 - Nenhuma ação foi desenvolvida.	2016 - Aguardando a oferta das capacitações.
ESTRATÉGIAS e PLANOS	1 - Elaborar instrumentos para acompanhamento da gestão institucional	SEPLAN	Levantar as necessidades de informação do Diretor-Geral	0	2015 - Nenhuma ação realizada.	2015 - A metodologia de acompanhamento da gestão institucional deve ser elaborada pela CPA. Em 2015, a CPA estava se estruturando e priorizando a organização das informações para o processo de credenciamento da ESMPU pelo MEC.
			Desenhar os instrumentos de coleta, em conjunto com a TI	50	2015 - Nenhuma ação realizada. 2016 - Metodologia de Autoavaliação da ESMPU em desenvolvimento pela Comissão Própria de Avaliação.	2015 - A metodologia de acompanhamento da gestão institucional deve ser elaborada pela CPA. Em 2015, a CPA estava se estruturando e priorizando a organização das informações para o processo de credenciamento da ESMPU pelo MEC. 2016 - A CPA/ESMPU identificou as frentes que precisam ser avaliadas, para a partir disso, pensar em metodologia de avaliação. A próxima deliberação da CPA, a realizar-se em 2017, é a definição da metodologia (instrumentos de avaliação, periodicidade de coleta de dados)
			Elaborar indicadores e rotina de coleta de dados	25	2016 - Metodologia de Autoavaliação da ESMPU em desenvolvimento pela Comissão Própria de Avaliação.	2016 - A CPA/ESMPU identificou as frentes que precisam ser avaliadas, para a partir disso, pensar em metodologia de avaliação. A próxima deliberação da CPA, a realizar-se em 2017, é a definição da metodologia (instrumentos de avaliação, periodicidade de coleta de dados)
			Testar e readaptar os instrumentos, se necessário	25	2016 - Metodologia de Autoavaliação da ESMPU em desenvolvimento pela Comissão Própria de Avaliação.	2016 - A CPA/ESMPU identificou as frentes que precisam ser avaliadas, para a partir disso, pensar em metodologia de avaliação. A próxima deliberação da CPA, a realizar-se em 2017, é a definição da metodologia (instrumentos de avaliação, periodicidade de coleta de dados)
	2 – Elaborar os cenários do MPU	DIRETORIA GERAL	Aprovar a proposta	0	2016 - A proposta deverá ser elaborada pela CDC, que em 2016 foi recomposta por novos membros que estão em processo de capacitação em metodologia científica.	2016 - A proposta será elaborada apenas em 2017, em razão de ajustes na composição da CDC.
			Indicar os integrantes da Câmara de Desenvolvimento Científico	100	2016 - Membros indicados com o perfil desejado pela ESMPU (titulação e disponibilidade)	2016 - Membros designados pelas Resoluções CONAD nº1/2016, 4/2016 e 5/2016.
			Produzir relatórios semestrais	0	2016 - A CDC está em processo de capacitação para atendimento da Meta.	2016 - Em razão da recomposição da CDC em 2016, e da necessidade de capacitação dos integrantes, a meta será objeto de análise em 2017.
	3- Aprimorar a estrutura interna de TI	STI	Designar Comitê de TI	100	Comitê consultivo de Tecnologia da Informação (CTI) instituído pela Portaria ESMPU nº 118, de 14/10/2015.	A criação do CTI é boa prática de gestão. Encontra-se em conformidade com a Resolução CNMP nº 70/2011. O CTI busca alinhar as ações de TI ao planejamento estratégico da ESMPU.
			Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação	5	Elaboração do PDTI é precedida da análise, discussão, elaboração e aprovação da Estratégia de Tecnologia da Informação, tema esse tratado na reunião de abertura dos trabalhos do CTI ocorrida em 10/11/2015.	Iniciadas as tratativas para elaboração da Estratégia de TI e Plano Diretor TI em sintonia com o PDI ESMPU.
			Estabelecer políticas / indicadores	5	Assunto tratado na reunião CTI de 10/11/2015.	Iniciados entendimentos para criação de políticas e indicadores.
			Alinhar as propostas à estratégia e à Missão	5	Assunto tratado na reunião CTI de 10/11/2015.	Iniciadas discussões visando ao alinhamento estratégico das ações da TI.
			Aprovar e publicar o PDTI	0	-	Aprovação e publicação de um PDTI são consequência do análise, discussão e aprovação da estratégia de TI no âmbito do CTI. O tema seguirá na pauta do CTI.

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa		
	4 – Aprimorar a qualidade na aplicação dos recursos para capacitação	SEPLAN	Avaliar de monitorar políticas	5	2015 - 2016 - Reorganização do processo de avaliação e priorização de projetos de TI.	2015 - O tema política de TI vem sendo apreciado pelo CTI, mas o assunto ainda está inconcluso. 2016 - Instituído processo de avaliação e priorização de projetos de TI. As políticas voltadas para padronização do parque de equipamentos de TI foram discutidas no âmbito do CTI, mas a implementação também está relacionada à disponibilidade orçamentária. O tema permanece na pauta do CTI.		
			Elencar os critérios para preencher o formulário de avaliação	0	2015 - Nenhuma ação realizada.	2015 - A metodologia de acompanhamento da gestão institucional deve ser elaborada pela CPA. Em 2015, a CPA estava se estruturando e priorizando a organização das informações para o processo de credenciamento da ESMPU pelo MEC.		
			Divulgar as informações, nas reuniões gerenciais	50	2015 - 2016 - Estruturação da rotina de expedição de relatórios de controle orçamentário periódicos, para análise e tomada de decisões sobre a execução orçamentária.	2015 - 2016 - Ação parcialmente implementada, em razão da rotatividade de servidores no Núcleo de Acompanhamento Orçamentário da SEPLAN, e da ausência de sistemas confiáveis para o devido acompanhamento orçamentário.		
			Proceder aos ajustes indicados pelos participantes, nas avaliações	75	2015 - 2016 - Equipe de avaliação buscou maior rigor nos prazos para fornecimento de feedback sobre os resultados das avaliações dos cursos aos envolvidos. Expedição de recomendações pela CPA à Administração Superior	2015 - 2016 - O respeito aos prazos de feedback da avaliação acadêmica melhorou em relação a 2015, mas ainda é necessário maior clareza quanto aos aspectos indicados como "a melhorar" e o acompanhamento das ações decorrentes, pela CPA.		
	5 – Implantar a autoavaliação institucional na ESMPU	SEPLAN	Elaborar instrumentos de avaliação institucional	0	2015 - Estruturação do Núcleo de Avaliação Institucional.	2015 - Lotação de servidora no Núcleo de Avaliação Institucional, até então sem servidores que executassem essas ações.		
			Sistematizar os processos de avaliação institucional	50	2015 - 2016 - Metodologia de Autoavaliação da ESMPU em desenvolvimento pela Comissão Própria de Avaliação.	2015 - 2016 - CPA/ESMPU identificou as frentes que precisam ser avaliadas, para a partir disso, pensar em metodologia de avaliação. A próxima deliberação da CPA, a realizar-se em 2017, é a definição da metodologia (instrumentos de avaliação, periodicidade de coleta de dados)		
			Analisar os resultados da avaliação institucional	100	2016 - A CPA/ESMPU analisou os resultados da avaliação institucional e expediu recomendações à Administração Superior.	2016 - Recomendações acatadas pela Administração Superior e em processo de implementação na ESMPU.		
			Prestar informações anual sobre a avaliação aos órgãos competentes, considerando as dimensões previstas na Lei 10.861/2004 ou em outra que a substituir	100	2016 - A ESMPU prestou as informações a todos os órgão competentes, a saber: MEC (para o processo de credenciamento), CNMP (processo de correição) e TCU (relatório de gestão).	2016 - Informações prestadas devidamente.		
	6 – Negociar com o Conselho Superior de cada ramo a inclusão de capacitação na ESMPU como item para promoção na carreira de membros e servidores MPU	DIRETORIA GERAL	Levantar quantos e quais são os maiores clientes das atividades da Escola	50	2015 - Levantamento parcial realizado.	2015 - Levantamento realizado, mas não foi utilizado para atendimento da Meta, que não foi priorizada em 2015, por decisão gerencial.		
			Desenhar estratégia de ação e marcar reuniões	0	2015 - Nenhuma ação foi realizada. 2016 - Nenhuma ação foi realizada.	2015 - A meta não foi priorizada em 2015, por decisão gerencial. 2016 - Ação não priorizada em razão das novas orientações do CNMP para as unidades de capacitação do Ministério Público.		
Acompanhar o desenrolar da aplicação do acordado			0	2016 - Nenhuma ação foi realizada.	2016 - Ação não priorizada em razão das novas orientações do CNMP para as unidades de capacitação do Ministério Público.			
CIDADÃOS	1 – Adaptar mobiliário e equipamentos compatíveis para uso de portadores de necessidades especiais	SA	Aprovar o projeto do mobiliário	100	2016 - Elaboração de projetos para substituição dos balcões das portarias, biblioteca, protocolo, NURA, reprogramação adequados às normas de acessibilidade.	2016 - Projeto implementado com sucesso.		
			Cotar e adquirir teclados e porta-teclados para baixa visão	100	2016 - Processo de licitação para aquisição de teclados	2016 - Teclados adquiridos e instalados.		
			Colocar piso tátil nas áreas comuns do prédio conjunto	100	2016 - Instalação de sinalização visual, sinalização tátil e sinalização de incêndio para atendimento do edifício conjunto com a PRDF. Projeto elaborado e contratado pela PRDF para atendimento dos ambientes da ESMPU.	2016 - Projeto e obra realizados para atendimento das normas de acessibilidade.		
			Realizar previsão orçamentária	100	2016 - Todo recurso que foi solicitado pela SEDUC foi disponibilizado.	2016 - Aquisições/ contratações realizadas, conforme requerido pela SEDUC.		
			Implantar o projeto	100	2016 - Tanto o projeto de Adequação do Mobiliário, quanto o de Adequação das áreas comuns foram planejados e totalmente implantados em 2016	2016 - Os citados projetos contribuíram para que a ESMPU conte com um ambiente adaptado a pessoas com limitações em sua mobilidade. Atualmente a Escola conta tanto com mobiliário de atendimento especial, como com sinalizações tátil para que pessoas com visão reduzida possam se locomover com maior segurança. Tais projetos permitiram que a ESMPU se adequasse às mais recentes normas de acessibilidade e aos requisitos do MEC em relação a Escolas de Governo.		
			1 - Fomentar a pesquisa científica aplicada na ESMPU	DIRETORIA GERAL	Formar pesquisadores	66	2015 - Oferta da segunda turma de membros do MPU no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica. 2016 - Oferta da terceira turma de membros do MPU no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica.	2015 - A ESMPU está em processo de formação de cerca de 35 pesquisadores, em parceria com a Universidade Católica. 2016 - A ESMPU está em processo de formação de cerca de 55 pesquisadores, em parceria com a Universidade Católica.
					Aprovar tema de interesse da Instituição para análise da CDC e deliberação do CONAD	50	2015 - Nenhuma ação foi realizada. 2016 - Publicação de Edital para membros e servidores encaminharem propostas de pesquisa à ESMPU, para análise da CDC e deliberação do CONAD	2015 - A Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC), que indica os temas de pesquisa, estava inativa. Necessidade de nova composição da CDC. 2016 - Propostas recebidas. CDC indicou a necessidade de reformulação das propostas. Prazo para reencaminhamento das propostas: junho/2017
Receber relatório e divulgar resultados	100	2015 - Relatório da Pesquisa "60 anos da convenção da ONU" (tínica pesquisa realizada em 2015) recebido e publicado no Portal da ESMPU na Internet, como todos os relatórios de pesquisas desenvolvidas pela ESMPU. 2016 - Não há relatórios de resultados de pesquisa.			2015 - Relatório da Pesquisa "60 anos da convenção da ONU" recebido e publicado no Portal da ESMPU na Internet, como todos os relatórios de pesquisas desenvolvidas pela ESMPU. 2016 - A ESMPU recebeu propostas de pesquisa. Contudo, a CDC indicou a necessidade de reformulação das propostas. Prazo para reencaminhamento das propostas: junho/2017.			
Acompanhar a pesquisa	20	2015 - Acompanhamento das pesquisas em desenvolvimento realizada pela SEPLAN, a partir do encaminhamento, pelos pesquisadores, dos Relatórios Parciais. 2016 - Não houve aprovação de pesquisas a serem desenvolvidas			2015 - Relatórios parciais recebidos e validados pelos Orientadores da Pesquisa. É necessário, contudo, que esse acompanhamento seja realizado pela Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC), que estava inativa. Necessidade de nova composição da CDC. 2016 - A ESMPU recebeu propostas de pesquisa. Contudo, a CDC indicou a necessidade de reformulação das propostas. Prazo para reencaminhamento das propostas: junho/2017.			
2 - Avaliar o impacto das pesquisas científicas aplicadas da ESMPU	DIRETORIA GERAL	Analisar relatório final	20	2015 - Análise realizada apenas pelos Orientadores da Pesquisa (CDC inativa) 2016 - Não houve aprovação de pesquisas a serem desenvolvidas	2015 - Relatório final recebido e validado pelos Orientadores da Pesquisa. É necessário, contudo, que esse acompanhamento seja realizado pela Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC), que estava inativa. Necessidade de nova composição da CDC. 2016 - A ESMPU recebeu propostas de pesquisa. Contudo, a CDC indicou a necessidade de reformulação das propostas. Prazo para reencaminhamento das propostas: junho/2017.			

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
SOCIEDADE			Avaliar o impacto, de acordo com os objetivos da pesquisa	0	2015 - Nenhuma ação foi realizada. 2016 - Não houve aprovação de pesquisas a serem desenvolvidas	2015 - A Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC), que indica os temas de pesquisa estava inativa. Necessidade de nova composição da CDC. 2016 - A ESMPU recebeu propostas de pesquisa. Contudo, a CDC indicou a necessidade de reformulação das propostas. Prazo para reencaminhamento das propostas: junho/2017.
	3 – Implantar ações de sustentabilidade organizacional	SA	Fazer levantamento das ações dispersas pela ESMPU	50	2015 - Elaboração do projeto Sustentabilidade Organizacional que tem como objetivo "Promover o uso racional de recursos naturais e financeiros, a proteção ambiental, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na execução das atividades da ESMPU."	2015 - Ao elaborar o seu Plano de Logística Sustentável, a ESMPU reforça o seu compromisso com a sustentabilidade e procura implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta.
			Ver a legislação e regulamentos sobre compras públicas sustentáveis	10	2015 - Capacitação dos servidores que comporão a equipe do projeto "Compras Sustentáveis" - Elaboração da Proposta do projeto "Compras Sustentáveis"	2015 - O projeto Compras Sustentáveis tem como objetivo a implantação de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações da ESMPU, e desta forma maximizar a eficiência desses contratos, contribuindo para reduzir o impacto nos recursos ambientais e ecossistemas.
			Estruturar o Plano de ação com o GESTO	100	2016 - Elaboração e aprovação do Plano de Logística Sustentável; - Elaboração e aprovação do Projeto de Sustentabilidade Organizacional;	2016 - Ao elaborar o Plano de Logística Sustentável e o Projeto de Sustentabilidade Organizacional, a ESMPU reforça o seu compromisso com a sustentabilidade e procura implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta
			Implantar o projeto, em parceria com o quadro da Escola	100	2015 - O projeto de Sustentabilidade Organizacional previa a execução de 39 ações em 2016, quais sejam: 1. Designação de servidor responsável pela área de gestão ambiental; 2. Horta Flor de Lis – foi realizado o cercamento, a adubação e o plantio, realizada oficina para uso de garrafas Pets recolhidos em campanha. Em junho, foram distribuídas mudas produzidas; 3. Espaço na inter/intranet –foi publicado na Internet o PLS e as Portarias da Comissão Gestora. Intranet está aguardando a reestruturação; 4. Adesão A3P – Termo de adesão publicado no DOU em 30.03. 2016; Recebimento do Selo Verde; 5. Portaria Comissão Gestora – GESTO – Assinadas portarias de Reedição e de designação em 17.03.2016; 6. Re-Lançamento Coleta Seletiva – ocorreu a rotulagem e distribuição dos coletores, início da pesagem dos materiais, reuniões ASCOMs para estratégias de campanhas e início elaboração Curso EAD; 7. Celebração Dia Mundial da Água – matéria publicada em 22.03.2016. 8. Treinamento Terceirizados em Coleta Seletiva – Ocorreu treinamento para a pesagem dos materiais, conversa com o responsável pela Cooperativa de Catadores e os separadores dos materiais; 9. Impressão Frente/Verso 10. Encontro dos Gestores dos Ramos – foram estabelecidos contatos com os gestores com vistas ao encontro; 11. Evento dia Mundial do Meio Ambiente – Foi realizado Palestras, FERIA Socioambiental e oficina de Kokedama; 12. Campanha Recolhimento Materiais Eletrônicos – foi assinado Termo de Recolhimento com a Zero Impacto, foram recolhidos materiais durante o mês de Junho e entregue para a Zero Impacto; 13. Campanha de recolhimento de Medicamentos Vencidos – Foi feita em parceria com o Serviço Médico da PR/DF, que se encarregou da coleta, e da PGR, que encaminhou os materiais recolhidos para incineração. Ação realizada dentro da programação da homenagem ao dia dos pais, realizada pelas DGPs; 14. Publicação de notícias, documentos, dicas sustentáveis/monitoramento do consumo; 15. Campanha Cesta Certa – Elaborada para divulgar, em sextas-feiras que antecedessem o início, o Projeto de Sustentabilidade Organizacional; 2016 - As ações foram acompanhadas através de indicador de desempenho que mede a adesão dos servidores a ações que necessitam de participação - foi indicado 98% de adesão às ações. - Durante o ano também ocorreram algumas re-programações, aproveitando a oportunidade de inclusão de algumas atividades.	2016 - A implantação do projeto de Sustentabilidade foi fundamental na promoção do uso racional de recursos naturais e financeiros, na proteção ambiental, na qualidade de vida do servidores e colaboradores da ESMPU e no desenvolvimento sustentável na execução das atividades da ESMPU.
			Acompanhar as ações e proceder a ajustes	100	2016 - Para execução das ações propostas no projeto é preciso acompanhar o detalhamento de riscos a fim de dar as respostas necessárias à medida que ocorram eventos que possam prejudicar o andamento do projeto.	
	4 – Incrementar as atividades decorrentes de parcerias e acordos de cooperação	SEPLAN	Estabelecer parcerias	15	2015 - 2016 - Sistematização do processo de celebração de acordo de cooperação, que passa a ser gerido pela DIPRO/SEPLAN. Elaboração de instrumento para levantamento de dados e análise das vantagens, para a ESMPU, das propostas de acordo de cooperação. Parceria firmada com a Syracuse University College of Law, com o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, com o Ministério Público do Estado do Piauí – MPPI e com o Ministério Público Federal – MPF.	2015 - 2016 - Ainda há a necessidade de maior organização e acompanhamento dos acordos de cooperação. Criação de instrumento de análise de proposta, ainda em estudo. Acordo de cooperação firmado com a Syracuse University College of Law.
			Formar turmas	60	2015 - 2016 - Nova turma criada para o Programa de Mestrado em Direito, realizado em parceria com a Universidade Católica. Contato com as Universidades de Syracuse e de Roma Tor Vergata, para disponibilização de vagas a membros do MPU.	2015 - 2016 - Disponibilização de vagas para membros em cursos nas Universidades de Syracuse e de Roma Tor Vergata, decorrentes de acordos de cooperação. Ainda é necessário uma maior negociação com os parceiros para que mais ações decorram dos acordos de cooperação.
			Divulgar resultados	60	2015 - 2016 - A ASCOM divulgou para a rede do MPU a celebração do acordo de cooperação com a Universidade de Syracuse. Foram divulgadas as vagas disponibilizadas por instituições parceiras, mediante edital.	2015 - 2016 - Divulgação de vagas decorrentes de acordo de cooperação, resultando na candidatura de 6 membros.
1 - Implantar a Gestão do Conhecimento	SEPLAN	Estabelecer a política de gestão do conhecimento (sistemas, política cultural corporativa etc)	0			
		Elaborar manuais de descrição de atividades (rotinas de trabalho da ESMPU)	56	2015 - 2016 - Continuação do Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU	2015 - 2016 - A elaboração de manuais será realizada após o mapeamento, remodelagem e validação dos processos organizacionais prioritários. O Projeto está em execução.	
		Criar o sistema que permita a gestão do conhecimento	0			
		Implantar e acompanhar o processo	0			
		Aprovar o projeto da biblioteca digital (monografias, pesquisas, cursos eventuais, palestras, pesquisas etc.)	60	2016 - Em fase de elaboração da proposta do projeto de biblioteca digital ESMPU.	2016 - em elaboração pelos bibliotecários da ESMPU	
2 - Aprimorar a estrutura interna de biblioteca	SEDUC	Divulgação da assinatura com a VLex, biblioteca virtual	100	2015 - Realizada divulgação da vLex por meio da lista de correio eletrônico dos membros e servidores do MPU; Elaborado e fixado "banner" no hall de entrada da Biblioteca na ESMPU; e Entrega de folhetos, fornecidos pela vLex, aos docentes e discentes na entrada ou saída das salas de aulas.	2015 - Aumento estimado de 200% na quantidade de solicitações de cadastros; e Aumento estimado em 300% na quantidade de documentos pesquisados/vistos.	
		Ampliar o acervo físico, inclusive em Braille	0			

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
INFORMAÇÕES e CONHECIMENTO	3 – Manter a quantidade e a periodicidade de edição das publicações da ESMPU	SEDUC	Realizar previsão orçamentária	100	2016 - Remetida previsão orçamentária de R\$ 21.960,00 (vinte e um mil novecentos e sessenta reais) para a aquisição de materiais bibliográficos para o ano letivo de 2017.	2016 - Aquisição de 506 exemplares para compor a bibliografia básica dos cursos de pós-graduação da ESMPU.
			Implantar um Centro de Documentação	0		
			Tratar do isolamento acústico	100	2015 - Solicitado viabilidade de isolamento acústico da Biblioteca da ESMPU. 2016 - Solicitado viabilidade de isolamento acústico da Biblioteca da ESMPU.	2015 - Em análise pela Engenharia. 2016 - Em análise pela engenharia.
			Elaborar plano de ação anual para a área de publicações	100	2015 - Todas as ações foram desempenhadas conforme o Mapa Editorial.	2015 - Mapa editorial elaborado
			Garantir previsão orçamentária	100	2015 - Execução do mapa editorial conforme orçamento previsto. 2016 - Execução do mapa editorial conforme orçamento previsto.	2015 - Orçamento executado em conformidade 2016 - Orçamento executado em conformidade
	4 – Tratamento e organização do acervo arquivístico da ESMPU	SA	Divulgar as publicações da ESMPU	100	2015 - Encaminhamento à Assessoria de Comunicação de editais para divulgação. Encaminhamento à Assessoria de Comunicação dos pdfs das publicações para disponibilização na página da Escola e preparação de releases para divulgação. 2016 - Encaminhamento à Assessoria de Comunicação dos editais para divulgação. Encaminhamento à Assessoria de Comunicação dos pdfs das publicações para disponibilização na página da Escola e preparação de releases para divulgação.	2015 - Editais e publicações divulgados. 2016 - Editais e publicações divulgados.
			Indexar o Boletim Científico no Portal SciELO	50	2016 - Realização de estudo de viabilidade da referida indexação. Submissão do periódico à análise de aceitação ao SciELO.	2016 - Após estudo de viabilidade, em razão da incompatibilidade entre os alguns critérios de indexação de um periódico no SciELO e o cenário editorial na ESMPU em 2016, tais como endogenia e pontualidade na periodicidade, decidiu-se pela não solicitação de indexação do periódico no SciELO no exercício de 2016. O critério endogenia do conselho editorial é um limitador de aceitação do periódico pelo SciELO. Neste caso, para submeter o periódico à avaliação pelo SciELO, haveria necessidade de alteração da estrutura da Câmara Editorial da ESMPU. O critério pontualidade no exercício de 2016 ficou comprometido em razão do recebimento de grande volume de artigos, o que demandou mais tempo de análise, feita em pares, e dilatou o prazo de publicação do periódico.
			Fazer o diagnóstico institucional	100	2015 / 2016 - Diagnóstico da situação arquivística das áreas DIOF, NUPROT, NURA E DIRGE finalizado	2015 / 2016 - Preenchimento de formulário padronizado contendo, entre outros aspectos, as atribuições do setor, mudanças de nomenclatura ao longo do tempo, principais tipologias documentais produzidas e meios de acondicionamento, armazenamento, conservação e classificação adotados.
			Elaborar e implementar projeto piloto	100	2015 - Proposta de projeto elaborada e aprovada pela Secretaria de Administração	2015 - Aprovação pela alta administração da proposta de projeto
			Implementar modularmente a gestão documental em todas as áreas da ESMPU	57	2015 -Elaboração do Termo de abertura do Projeto de Gestão Arquivística de Documentos.	2015 - Detalhamento da execução do projeto.
	1 - Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola junto a membros e servidores do MPU	SEDUC	Adequar as instalações físicas e do mobiliário destinados ao arquivamento intermediário	20	2015 / 2016 - Elaboração de Termo de Especificação (documento que indica o objeto, justificativa, fundamentação, dentre outros itens) para compra de mobiliário adequado.	2015 / 2016 - Termo de referência para aquisição de mobiliário, nos moldes preconizados pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.
			Elaborar e aprovar Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (CCTTDD)	15	2016 - Classificação dos documentos de Pós-Graduação Lato Sensu de acordo com o CCTTDD estabelecido pelo Ministério da Educação para este tipo de acervo. Ao longo deste trabalho se mapeou os códigos de classificação aplicáveis à ESMPU, os códigos que precisam de adaptação dada a nossa condição de Escola de Governo, e os tipos documentais que exigem a criação de novos códigos. Assim, os trabalhos de análise a serem submetidos à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) já foram iniciados.	2016 - Mapeamento dos códigos de classificação e temporalidade sugeridas, para as áreas meio e fim. A partir disso, a CPAD, após instituída, já terá um arcabouço sobre o qual trabalhar para a aprovação do CCTTDD da ESMPU. Frise-se que o trabalho empreendido é bastante complexo por ter que inter-relacionar as diretrizes de classificação documental de quatro órgãos reguladores: CONARQ, MEC, MPF e CNMP.
			Conectar esta iniciativa ao projeto de Gestão do Conhecimento	0		
			Elaborar plano de atividades em sintonia com os interesses e necessidades dos membros e servidores do MPU	50	2015 - Elaboração do plano de atividade com a participação de comissões compostas por membros e servidores das áreas de gestão de pessoas dos 4 ramos do MPU. Estabelecimento de prazos para membro e servidores encaminharem proposta de atividade para a ESMPU 2016 -	2015 - Possibilitou que os interesses dos membros e servidores dos 4 ramos sejam consideradas pela ESMPU, ainda que por meio dos membros que compõe as comissões de planejamento. Ainda é preciso pensar em instrumentos que identifiquem as reais necessidades de capacitação (não apenas por auto-relato).
			Estabelecer parcerias	0	2015 - Nenhuma ação foi realizada	2015 - Não foram localizadas instituições que pudessem auxiliar a ESMPU no
		Acompanhar os resultados	30	2015 - Avaliação de impacto aplicada em todos os cursos componentes do Plano de Atividades. 2016 - Avaliação de impacto aplicada em todos os cursos componentes do Plano de Atividades. A participação no processo avaliativo tornou-se condição para a disponibilização do certificado do participante, a fim de obter mais adesão.	2015 - A avaliação apontou os cursos que atendem às necessidades de capacitação e contribuíam para a melhoria do desempenho profissional do egresso. Contudo, são poucos respondentes, o que não permite a generalização dos resultados. É necessário pensar em ações que favoreçam a adesão à avaliação. 2016 - Incremento na quantidade de respondentes da avaliação de impacto que verifica se o curso que atende à necessidade de capacitação e contribui para a melhoria do desempenho profissional do egresso.	
		Proceder a ajustes na estratégia	30	2015 - Nenhuma ação foi realizada 2016 - A participação no processo avaliativo tornou-se condição para a disponibilização do certificado do participante, a fim de obter mais adesão.	2015 - Antes de realizar ajustes, é necessário o mapeamento das principais lacunas do planejamento do Plano de Atividades. 2016 - Resolvido parcialmente a dificuldade de acompanhamento de resultados em razão da baixa adesão à avaliação. Em processo de desenvolvimento de cultura e sensibilização da importância da avaliação	

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
2 - Criar ambiente favorável à criatividade e à inovação	SA	Programa de qualidade de vida no trabalho	98	<p>2015 - Atividades de elaboração do Projeto estruturante de Qualidade de Vida no Trabalho (Proposta de projeto, projeto e cronograma de atividades do projeto) para posteriormente ser submetido à aprovação do Diretor-Geral</p> <p>2016 - O Projeto Solte o Sol, que tem como objetivo implementar ações de qualidade de vida no trabalho, programou a execução de 16 ações em 2016, das quais 14 foram concluídas com êxito, e duas foram prejudicadas por fatores extra projeto, conforme relação a seguir:</p> <p>Ações Concluídas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar o projeto caça talentos na ESMPU • Organização comemoração Dia da Mulher • Organizar comemoração Dia das Mães • Organizar Festa Junina • Organizar comemoração Dia dos Pais • Organizar a semana do Amigo • Organizar programa Saúde no Trabalho/Periódico • Promover ambientação para novos servidores • Organizar Palestra Ponta do Lápis – Finanças Pessoais • Organizar comemoração Aniversariantes (bimestral) • Organizar semana do Servidor/Outubro Rosa • Executar projeto do Jardim de Convivência ESMPU/PRDF • Organizar programa Xô Stress • Organizar festa de confraternização de fim de ano <p>Ações prejudicadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar Grupo de corrida – Viva a Vida – 0% (ação prejudicada em virtude da alteração do horário de funcionamento da PRDF; como a proposta era para as duas casas, ficou inviabilizada a execução); • Organizar programa novos caminhos/PPA – Vida com Qualidade – 0% (ação prejudicada em virtude de restrições orçamentárias) 	<p>2015 - O projeto Qualidade de Vida no Trabalho propõe uma programação de atividades para os servidores. As ações foram planejadas de modo a abranger holisticamente as necessidades dos servidores, quais sejam: físicas, emocionais, sociais, profissionais e intelectuais. Deste modo, a Divisão de Gestão de Pessoas pretende criar um ambiente de trabalho motivador, dinâmico, acolhedor, tornando-o, a longo prazo, um local afetivo para os seus servidores, onde eles possam atuar com efetividade, expressando individualmente seus potenciais e superando os desafios. A proposta de projeto é composta pela oferta de 23 diferentes atividades, nos seguintes campos: integração, saúde, educação financeira e acolhimento.</p> <p>2016 - O Projeto visa a Promoção da qualidade de vida no trabalho, com a implementação de ações para prevenir o estresse e doenças ocupacionais e aumentar a satisfação dos servidores quanto aos recursos e condições ambientais, liderança, motivação, visão sistêmica e relacionamento interpessoal.</p>	
		Projeto Escola Cultural	0	2016 - Proposição do Projeto	2016 - A proposta de criação do projeto foi submetido ao Sr. Diretor-Geral e aguarda deliberação.	
		Preparar a chefia para conduzir essas novas equipes	20	<p>2016 - Elaboração e Execução do Projeto "Desenvolvimento de Liderança":</p> <p>Escolher os cursos a serem feitos – 100%</p> <p>Montar agenda de capacitação – 100%</p> <p>Elaborar e aplicar o cronograma de treinamento – concluída a elaboração do cronograma e iniciada a sua execução com o Workshop da Dale Carnegie</p>	<p>2016 - O Projeto de Desenvolvimento de lideranças foi aprovado pelo Exmo. Diretor-Geral em 29/8/2016. E com o intuito de sensibilizar os gestores para a importância do projeto, de forma a conseguir o maior engajamento possível. Realizou-se, em 30 de novembro de 2016, o Workshop Dale Carnegie para ESMPU, o qual teve uma ampla adesão dos gestores da Secretaria da Administração.</p> <p>O projeto tem a finalidade de promover a capacitação continuada para os servidores que ocupam cargos de chefia e seus substitutos. Tem como foco o desenvolvimento de competências e habilidades gerenciais.</p>	
		Fazer seminários e oficinas periódicas, para despertar a criatividade e fortalecer laços interpessoais	100	2016 - Dentro do projeto Solte o Sol, o qual promove atividades de qualidade de vida no trabalho, foram executadas atividades que buscavam despertar a criatividade e fortalecer os laços interpessoais, principalmente as atividades que compunham o braço Integração, que, dentre outras, continha atividades de organização de eventos de datas especiais e comemorativas e implantação de projeto de caça talentos.	2016 - Com estas ações a Divisão de Gestão de Pessoas pretendeu criar em 2016 um ambiente de trabalho motivador, dinâmico, acolhedor, tornando-o a longo prazo um local afetivo para os seus servidores, estagiários e terceirizados, onde possam atuar com efetividade, expressando individualmente seus potenciais e superando os desafios.	
3 - Capacitar servidores e membros do MPU que atuam como orientadores pedagógicos, capacitadores ou tutores na ESMPU	SEPLAN	Planejar a capacitação dos docentes	50	<p>2015 -</p> <p>2016 - Oferta de 2 turmas do curso "Transformando Saberes em Ação", para Orientadores Pedagógicos de cursos presenciais; 2 turmas do curso "Metodologias para aprendizagem na educação a distância" para Orientadores Pedagógicos de cursos a distância e 2 turmas do curso "Metodologias para aprendizagem na formação de tutores".</p> <p>Planejamento do Projeto "Gestão da Prática Docente na ESMPU", que pretende criar um programa permanente de capacitação docente.</p>	<p>2015 -</p> <p>2016 - 156 docentes capacitados.</p> <p>Conscientização da necessidade de um programa de capacitação de docente permanente, no lugar de oferta de ações isoladas. Projeto "Gestão da Prática Docente na ESMPU" em fase de planejamento, cujo pré-projeto foi aprovado pelo Diretor-Geral.</p>	
		Fazer o cronograma de treinamento	50	<p>2015 -</p> <p>2016 - Antecipação do processo de elaboração do plano de atividades 2017, para incluir ações de capacitação dos docentes de 2017 antes do início do ano letivo.</p> <p>Planejamento do Projeto "Gestão da Prática Docente na ESMPU", que pretende criar um programa permanente de capacitação docente.</p>	<p>2015 -</p> <p>2016 - Inclusão, no calendário de elaboração do Plano de Atividades 2017, de cursos de capacitação de orientadores pedagógicos, para elaboração de projetos pedagógicos, considerando-se os métodos pedagógicos participativos como alternativa para o aprimoramento do exercício profissional de membros e servidores do MPU.</p> <p>Projeto "Gestão da Prática Docente na ESMPU" em fase de planejamento, cujo pré-projeto foi aprovado pelo Diretor-Geral.</p>	
		Acompanhar a atividade dos capacitados	100	2015 - <p>2016 - Solicitação de Planos de Aula/Roteiros de capacitadores presenciais e EAD, onde a equipe pedagógica da SEPLAN pode verificar o emprego de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e prestar a devida assessoria pedagógica ao docente.</p>	2015 - <p>2016 - Aumento do número de docentes que adotam metodologias participativas no processo de ensino-aprendizagem. Planos de Aula/Roteiros disponibilizados no edital da atividade, para que o discente tenha ciência do planejamento docente.</p>	
		Mensurar a avaliação de reação das atividades desenvolvidas pelos docentes capacitados	50	2015 - <p>2016 - Equipe de avaliação buscou maior rigor nos prazos para fornecimento de feedback sobre os resultados das avaliações dos cursos aos envolvidos.</p>	2015 - <p>2016 - O respeito aos prazos de feedback da avaliação acadêmica melhorou em relação a 2015, mas ainda é necessário maior clareza quanto aos aspectos indicados como "a melhorar".</p> <p>Pendente a realização de um relatório comparativo entre as avaliações entre docentes capacitados e não capacitados</p>	

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
PESSOAS	4 - Possibilitar para que os membros do MPU conclua a pós-graduação stricto sensu entre 5 e 15 anos de admissão no MPU	SEPLAN	Firmar parceria com instituições de ensino superior, nacionais ou internacionais	15	2015 - 2016 - Parceria firmada com a Syracuse University College of Law. Manutenção da parceria celebrada com a Universidade Católica de Brasília, Univeridade de Roma - Tor Vergata e Universidade de Sevilla	2015 - 2016 - Dessas parcerias, decorreram, em 2016: 1 turma de 20 membros do MPU para o Programa de Mestrado em Direito na Universidade Católica; 6 vagas para membros no curso "Máster em Derecho Constitucional", na Universidade de Sevilla; 5 vagas para membros no curso "Sistemas Jurídicos Contemporâneos", na Universidade de Roma - tor Vergata; e a negociação de vagas para membros no curso "Master of Laws", da universidade de Syracuse. São necessárias mais ações para alcançar a meta, que não se fizeram possíveis em razão de contingenciamento orçamentário.
			Planejar o projeto piloto (Inserir disciplina obrigatória sobre estatística / amostragem em todas as pós-graduações)	0		
			Implementar o Mestrado em parceria e acompanhar a primeira turma	100	2015 - 2016 - Oferta, em 2016, da 3ª turma de membros do MPU para o Programa de Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica.	2015 - 2016 - A oferta de 3 turmas consecutivas (1 turma por ano) em Programa de Mestrado em Direito propiciou a institucionalização da oferta de ações em nível de pós-graduação stricto sensu pela ESMPU.
			Avaliar o curso e readequar	2	2015 - 2016 - Primeiras discussões sobre os instrumentos possíveis para avaliar esse tipo de oferta educacional.	2015 - 2016 - Discussões inconclusivas. Como é uma ação realizada por instituição parceira, a avaliação está na verificação da consecução das cláusulas contratuais. Metodologias de avaliação em estudo.
	5 – Promover cultura de orientação para resultados	SEPLAN	Capacitar em elaboração, análise e acompanhamento de indicadores de desempenho	5	2015 - 2016 - Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU.	2015 - 2016 - Antes de iniciar um trabalho com indicadores na ESMPU, entendeu-se a necessidade de desenvolver, no órgão, a cultura de planejamento e execução do planejado. Verificou-se que o PDI ainda era desconhecido da maioria dos servidores da Escola e, para tanto, realizou-se uma campanha de divulgação e um curso EAD informativo.
			Divulgar a Missão da Escola, as metas estratégicas, indicadores e processos do trabalho	60	2015 - 2016 - Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU.	2015 - 2016 - Verificou-se que o PDI ainda era desconhecido da maioria dos servidores da Escola e, para tanto, realizou-se uma campanha de divulgação e um curso EAD informativo. A avaliação do curso foi positiva (média 8,5) e houve grande adesão e envolvimento dos servidores com o curso oferecido.
			Elaboração de plano de ação e instrumento gerencial por área	60	2015 - 2016 - Realização de estudos sobre metodologias de planejamento em nível tático e operacional, para desdobramento da estratégia da ESMPU em ações por unidades.	2015 - 2016 - Elaboração de proposta de instrumento de plano de ação, a fim de uniformizar os instrumentos de planejamento entre as secretarias. Instrumento a ser validado pela CPA em 2017.
			Envolver os colaboradores no processo de tomada de decisão	10	2015 - 2016 - Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU.	2015 - 2016 - Verificou-se que o PDI ainda era desconhecido da maioria dos servidores da Escola e, para tanto, realizou-se uma campanha de divulgação e um curso EAD informativo. A avaliação do curso foi positiva (média 8,5) e houve grande adesão e envolvimento dos servidores com o curso oferecido.
			Premiar as inovações que signifiquem ganhos em termos de qualidade, tempo e/ou imagem da Escola	50	2015 - 2016 - Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU.	2015 - 2016 - Realizada campanha de conhecimento do PDI da ESMPU.
	6 - Melhorar a estrutura e o conteúdo dos projetos educacionais, atentando para a formalidade dos documentos	SEPLAN	Criar grupo técnico para a revisão do material	50		
Estabelecer critérios para a elaboração			100	2015 - Elaboração do Manual de Elaboração de Projeto Pedagógico 2016 - Inclusão, no calendário de elaboração do Plano de Atividades 2017, de cursos de capacitação de orientadores pedagógicos, para elaboração de projetos pedagógicos, considerando-se os métodos pedagógicos participativos como alternativa para o aprimoramento do exercício profissional de membros e servidores do MPU. Criação de banca de acompanhamento e orientação do docente, para elaboração de projeto pedagógico e seleção de capacitadores. Projeto "Gestão da Prática Docente na ESMPU" em fase de planejamento, cujo pré-projeto foi aprovado pelo Diretor-Geral.	2015 - Manual de Elaboração de Projeto Pedagógico aprovado e divulgado aos docentes. 2016 - Cursos oferecidos em 2016 para os orientadores pedagógicos dos cursos de 2017, para capacitá-los para elaboração de projeto pedagógico. Bancas de orientação e seleção de docentes instituídas. Manuais de elaboração de projeto pedagógico (presencial e EAD) elaborados e divulgados.	
Revisar e aprovar o material das atividades			80	2015 - Equipe técnica da SEPLAN revisa o projeto pedagógico das atividades, indicando ao docente aspectos a melhorar. 2016 - Criação de banca de acompanhamento e orientação do docente, para elaboração de projeto pedagógico e seleção de capacitadores.	2015 - Pela ausência de conhecimento pedagógicos dos docentes da ESMPU, ainda é uma atividade que precisa ser largamente praticada. Muitos docentes ainda não elaboram o projeto pedagógico segundo critérios apresentados pela ESMPU. 2016 - Bancas instituídas. Pendente a criação de instrumentos que documente a atuação da banca.	
Capacitar docentes para a elaboração dos projetos educacionais nos termos aprovados			100	2015 - Nenhuma ação foi realizada. 2016 - Inclusão, no calendário de elaboração do Plano de Atividades 2017, de cursos de capacitação de orientadores pedagógicos, para elaboração de projetos pedagógicos, considerando-se os métodos pedagógicos participativos como alternativa para o aprimoramento do exercício profissional de membros e servidores do MPU.	2015 - Manual de Elaboração de Projeto Pedagógico foi divulgado aos docentes e, após ciência, será planejada capacitação a partir desse documento. 2016 - Cursos oferecidos em 2016 para os orientadores pedagógicos dos cursos de 2017, para capacitá-los para elaboração de projeto pedagógico.	
			Partir da Missão da ESMPU	5	2016 - Capacitação da equipe do Projeto. - Proposta de projeto em fase de aprovação.	2016 - O objetivo do projeto de Gestão por Competências é determinar quais as competências, habilidades e atitudes os servidores da ESMPU necessitam desenvolver e identificar aquelas que já existem, tornando-as mensuráveis. Promover a capacitação e o desenvolvimento de habilidades específicas e identificar os talentos existentes, para que o órgão possa posicioná-los em cargos compatíveis com as necessidades da organização, bem como a real potencialidade de cada profissional. Por se tratar de um projeto complexo e de ampla envergadura, a proposta da área de Gestão de Pessoas, foi de inserção de um período preliminar de estudos, a fim de apropriação do conhecimento e de conceitos, por parte da equipe, antes da proposição do projeto. Foram concluídos alguns cursos e houve participações em Seminários e Palestras, durante o ano de 2016.

Critério	Meta	Responsável	Macroatividades	% Executado	Ações Relacionadas	Resultado / Justificativa
PROCESSOS	7 - Implantar o Programa de Gestão por Competências	SA	Estabelecer os requisitos que os servidores ESMPU devem possuir para atenderem a estratégia	5	2016 - Capacitação da equipe do Projeto. - Proposta de projeto em fase de aprovação.	2016 - O objetivo do projeto de Gestão por Competências é determinar quais as competências, habilidades e atitudes os servidores da ESMPU necessitam desenvolver e identificar aquelas que já existem, tornando-as mensuráveis. Promover a capacitação e o desenvolvimento de habilidades específicas e identificar os talentos existentes, para que o órgão possa posicioná-los em cargos compatíveis com as necessidades da organização, bem como a real potencialidade de cada profissional. Por se tratar de um projeto complexo e de ampla envergadura, a proposta da área de Gestão de Pessoas, foi de inserção de um período preliminar de estudos, a fim de apropriação do conhecimento e de conceitos, por parte da equipe, antes da proposição do projeto. Foram concluídos alguns cursos e houve participações em Seminários e Palestras, durante o ano de 2016.
			Determinar o modelo de Gestão de Competências	5	2016 - Capacitação da equipe do Projeto. - Proposta de projeto em fase de aprovação.	2016 - O objetivo do projeto de Gestão por Competências é determinar quais as competências, habilidades e atitudes os servidores da ESMPU necessitam desenvolver e identificar aquelas que já existem, tornando-as mensuráveis. Promover a capacitação e o desenvolvimento de habilidades específicas e identificar os talentos existentes, para que o órgão possa posicioná-los em cargos compatíveis com as necessidades da organização, bem como a real potencialidade de cada profissional. Por se tratar de um projeto complexo e de ampla envergadura, a proposta da área de Gestão de Pessoas, foi de inserção de um período preliminar de estudos, a fim de apropriação do conhecimento e de conceitos, por parte da equipe, antes da proposição do projeto. Foram concluídos alguns cursos e houve participações em Seminários e Palestras, durante o ano de 2016.
			Implementar o processo	5	2016 - Capacitação da equipe do Projeto. - Proposta de projeto em fase de aprovação.	2016 - O objetivo do projeto de Gestão por Competências é determinar quais as competências, habilidades e atitudes os servidores da ESMPU necessitam desenvolver e identificar aquelas que já existem, tornando-as mensuráveis. Promover a capacitação e o desenvolvimento de habilidades específicas e identificar os talentos existentes, para que o órgão possa posicioná-los em cargos compatíveis com as necessidades da organização, bem como a real potencialidade de cada profissional. Por se tratar de um projeto complexo e de ampla envergadura, a proposta da área de Gestão de Pessoas, foi de inserção de um período preliminar de estudos, a fim de apropriação do conhecimento e de conceitos, por parte da equipe, antes da proposição do projeto. Foram concluídos alguns cursos e houve participações em Seminários e Palestras, durante o ano de 2016.
	8 - Publicar, na Intranet, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto	SEPLAN	Depurar os dados das avaliações de reação aplicadas	80	2016 - Realização de análises estatísticas aos dados coletados. Equipe de avaliação buscou maior rigor nos prazos para fornecimento de feedback sobre os resultados das avaliações dos cursos aos envolvidos.	2016 - Elaboração de relatório de avaliação por atividade, com apresentação de análises estatísticas, aspectos positivos e a melhorar. O respeito aos prazos de feedback da avaliação acadêmica melhorou em relação a 2015, mas ainda é necessário maior clareza quanto aos aspectos indicados como "a melhorar" e o acompanhamento das ações decorrentes, pela CPA.
			Depurar os dados das avaliações de impacto aplicadas	80	2016 - Realização de análises estatísticas aos dados coletados. Equipe de avaliação buscou maior rigor nos prazos para fornecimento de feedback sobre os resultados das avaliações dos cursos aos envolvidos.	2016 - Elaboração de relatório de avaliação por atividade, com apresentação de análises estatísticas, aspectos positivos e a melhorar. O respeito aos prazos de feedback da avaliação acadêmica melhorou em relação a 2015, mas ainda é necessário maior clareza quanto aos aspectos indicados como "a melhorar" e o acompanhamento das ações decorrentes, pela CPA.
			Formatar e publicar	80	2016 - Priorização, pelo Comitê Consultivo de Tecnologia da Informação, do Projeto "Expresso", cujo escopo é automatizar o processo de avaliação de atividades acadêmicas, de forma que a publicação dos dados das avaliações de reação e impacto na intranet e na internet, serão automáticos.	2016 - Projeto em desenvolvimento. Automação completa em 2017.
	1 – Mapear, analisar e melhorar processos organizacionais e padronizar atividades	SEPLAN	Constituir grupo com servidores das três secretarias da ESMPU	100	2015 - Grupo de trabalho definido pela portaria ESMPU nº 80/2015	2015 - GT constituído
			Definir e mapear os processos estratégicos	50	2015 - Definidos processos prioritários da ESMPU	2015 - Processos Prioritários definidos
			Analisar mapeamento e sugerir melhorias	56	2016 - Continuação do Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU	2016 - O Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU está em execução, na fase de mapeamento de análise.
			Aprovar, implantar melhorias	20	2015 - Aprovação e início da execução do Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU	2015 - O Projeto Mapeamento, análise e melhoria de processos organizacionais da ESMPU está em execução, na fase de mapeamento e análise.
Acompanhar periodicamente os processos implantados			0	2015 - Nenhuma ação foi realizada	2015 - Ainda não há processo implantado.	